



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**A quase-informação na Literatura de Cabo Verde
em tempo de censura (1926-1975)**

Sandra Inês Cruz
2009

Dissertação de Mestrado em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Doutor José Luís Pires Laranjeira.

Resumo

Propõe-se, o presente trabalho, analisar as ligações entre Jornalismo e Literatura no arquipélago de Cabo Verde durante o período da ditadura imposta pelo Estado Novo.

Nessa análise serão tidos em conta textos literários de décadas, estilos e autores diversos, bem como publicações periódicas que tenham circulado nas ilhas, nesse espaço de tempo.

Partindo de reflexões e definições que se pretendem edificadoras de teorias em contínua marcha de esclarecimento, nos domínios literário e jornalístico, consideramos alguns conceitos que vêm engrossando limites questionáveis entre Jornalismo e Literatura: a realidade e o que ela pode abranger; a verdade ou a sua ilusão; a historicidade válida de registos diferentes da realidade; o engajamento e a sua necessidade ou inevitabilidade perante o contexto que o ampara.

Pesada a ambiguidade de muitos desses conceitos, cuja reflexão não pode ser posta de lado na abordagem da Literatura, por um lado, e do Jornalismo, por outro, tentamos avaliar a sua presença nas duas formas de escrita, a partir do momento em que a imprensa foi uma realidade em Cabo Verde, mas, com mais atenção, durante o tempo da censura que vigiou a colónia, enquanto extensão de Portugal.

Da análise das variações da lei da liberdade de imprensa desde os princípios do século XIX, e da constatação de que, nas brechas de restrição ditatorial dessa liberdade, o Jornalismo cabo-verdiano acompanhava Portugal e a Europa na missão reguladora da sociedade, passamos à demonstração de como a censura foi obrigando os colaboradores da imprensa a transferir de espaço a exteriorização das suas ideias e, por consequência, a missão de controlar, pela denúncia, os poderes públicos.

Protegida, em parte, pela capa de ficcionalidade que lhe justifica a liberdade na escolha e tratamento dos temas, a Literatura ocupou o lugar do Jornalismo na delação dos mais graves problemas do arquipélago, torneando a vigilância colonial e, alimentando uma consciência social que lançaria as sementes da independência política de Cabo Verde.

É considerando todas as especificidades da criação artística a que a Literatura obedece, mas, sobretudo, o desejo de realismo que consegue chegar a encostá-la à verdade, que nos atrevemos a ver notícias nas obras literárias seleccionadas para este reflexão.

ÍNDICE

Introdução - 5

1. Literatura e Jornalismo

1.1 Missões comunicantes -7

1.1.1 Literatura: entre a prática da estética e a pura ética do criador -7

1.1.2 Jornalismo: proximidades e distâncias do real -11

1.1.3 Emoções rigorosas ou isenção de coisa nenhuma -15

1.2 Quem conta a História? - 19

1.2.1 A extensão da verdade à pseudoreferencialidade -19

1.2.2 A ingénua, mas combativa, ilusão de verdade -23

1.2.3 Do empenho à intervenção: escrever politicamente -30

1.3 Crónicas: o poético relato da realidade -34

2. O lugar da denúncia: do Jornalismo à Literatura

2.1 Imprensa e poder: um controlo mútuo - 41

2.2 Deslocação da opinião interventiva -54

3. Literatura como Jornalismo

3.1 Tensão: Factos, Imprensa e Literatura -63

3.1.1 A Bandeira Negra do Mindelo: 7 de Junho de 1934 -63

3.1.2 A Queda da ‘Assistência’ da Praia: 20 de Fevereiro de 1949 -76

3.2 Fome no Arquipélago -83

3.3 Emigração para S. Tomé -107

3.3.1 Protestos públicos -107

3.3.2 Acusação silenciosa -117

Conclusão -121

Bibliografia -124

Introdução

É amplamente reconhecido o papel que a fome assumiu como motor da escrita e, em consequência disso, como motor do pensamento social de Cabo Verde.

Apesar de continuarem vivas muitas testemunhas das últimas grandes manifestações desse drama secular, são, sobretudo, os registos escritos que garantem a perpetuação da notícia da fome como uma realidade.

Independentemente dos objectivos e regras com que foram produzidos esses textos, o retrato que atravessa o tempo, transportando a calamidade da morte no arquipélago, é carregado de uma intensidade que não costuma ser questionada. Mas poderia, atendendo ao facto de a visão dessa tragédia nos chegar, principalmente, através da ficção.

Claro que houve momentos de liberdade, em que a fome foi catalisadora de discursos extremamente críticos, fossem eles textos jornalísticos, opúsculos ou panfletos. Mas, durante mais de meio século, essa liberdade foi suprimida do exercício da escrita. E nem assim a fome desapareceu das letras.

O que pretendemos, com esta reflexão, é seguir o rasto da realidade pelos caminhos da ficção cabo-verdiana. Encontrar relações entre textos e contextos não será, obviamente, novidade, mas quisemos juntar nessa função de espelho Literatura e Jornalismo de uma mesma época, comparando o desempenho das duas actividades.

O âmbito da nossa análise estende-se, portanto, para além do campo literário, enquadrando-se num espaço mais amplo que considera Literatura e Cultura africanas, opção permitida pela abrangência do presente Mestrado. Deve-se, essa escolha, à formação académica e actividade profissional da autora que sempre fez do Jornalismo a sua ocupação permanente. Foi, precisamente, no desempenho da função de repórter que surgiu o contacto com as memórias das fomes que avassalaram Cabo Verde. A passagem por Santiago, por S. Nicolau, por S. Vicente e Santo Antão, e os testemunhos aí recolhidos em reportagem, foram o mote da presente reflexão.

Assumimos, assim, a atribuição aos discursos literário e jornalístico da legitimidade de fonte que a Antropologia sempre reconheceu à literatura oral, na busca do conhecimento de práticas, costumes e tradições. Este é um trabalho que fica à margem da análise estética; não está em causa avaliar o mérito literário dos textos seleccionados, mas o seu sucesso na prossecução de um papel que, indirectamente, serve a História do país. Acima de tudo, interessaram-nos os conteúdos humanos (sociais, políticos e culturais) dos escritos em causa, e a sua relação com o contexto que os motivou.

Será, pois, uma leitura histórico-sociológica da Literatura e do Jornalismo, em que vamos partir de uma abordagem teórica das duas actividades para, de seguida, confrontarmos conceitos e definições canonicamente aceites com os princípios subjacente à prática dos dois domínios da escrita.

Tentaremos perceber a validade histórica de testemunhos jornalísticos e literários, considerando os contextos e circunstâncias em que foram elaborados. Questionaremos a exigência de verdade e os limites das suas possibilidades nos textos informativos, por oposição à liberdade criativa que, embora não total, deixa mais

solta a produção literária. Intentaremos abrir caminho à possibilidade de as duas formas de escrita se cruzarem sem que abandonem o desempenho das suas funções.

Num segundo momento, analisaremos as leis que regularam a liberdade de imprensa, em Portugal e nas suas colónias, desde os princípios do século XIX, confrontando o exercício do Jornalismo cabo-verdiano com as possibilidades outorgadas por tais leis. Interessará avaliar a forma como a imprensa do arquipélago cumpriu os papéis de regulação social e de controlo dos poderes que lhe são inerentes, ou como, nessa impossibilidade, delegou a sua missão. Perante a restrição da liberdade de expressão, como afirmaram as ideias que defendiam, jornalistas e escritores? Foi a obediência às regras de cada actividade que guiou a escrita desse tempo? Como conseguiu a censura calar uns e outros? Foi interrompido o registo escrito válido, historicamente, da consciência social? Enfrentada pela autoridade colonial, quantas caras teve a verdade?

Na busca dessas e doutras respostas, lançar-nos-emos, por fim, na aventura de olhar, lado a lado, as escritas jornalística e ficcional de Cabo Verde, entre a década de 30 do século XX e os anos anteriores à independência política do país.

O período em análise é vasto, mas vamos tentar representá-lo aqui na sua diversidade; olharemos e interpretaremos as publicações periódicas que de forma mais ou menos regular, foram ocupando fisicamente o espaço reservado à imprensa, e algumas obras de escritores que geralmente se inscrevem em diferentes gerações literárias.

Chiquinho, de Baltasar Lopes, será o texto mais antigo; embora publicado em 1947, sabemos ter raízes na década de 30; a primeira edição do conto «Raiva», de Teixeira de Sousa é de 1972 e será, portanto, a obra mais recente da presente selecção. *Memorial de S. Tomé*, de Jorge Barbosa, apesar de escrito nos anos 60, só veio a público em 1993.

Além destes textos, consideraremos *Hora di bai*, de Manuel Ferreira, *Os flagelados do vento leste*, de Manuel Lopes, *Famintos*, de Luís Romano, *Capitão Ambrósio*, de Gabriel Mariano, *A catástrofe da Praia*, de José Lopes e *Romanceiro*, de Osvaldo Alcântara, sem nos coibirmos de referir alguns outros que nos pareçam pertinentes para as questões reflectidas.

Na expectativa de validar informações que, num ou noutro registo da escrita, se tornaram públicas, cotejaremos todos os textos anteriores com outros conteúdos não ficcionais, que poderão ser actas de uma associação, estudos estatísticos, análises científicas, opúsculos, ensaios críticos ou entrevistas. Olharemos com maior profundidade dois momentos de forte tensão na História do arquipélago (a manifestação de 7 de Junho de 1934 nas ruas de Mindelo, e a queda da ‘Assistência’ da Praia, em 20 de Fevereiro de 1949), tentando perceber como Literatura e Jornalismo perpetuaram os acontecimentos.

Além dessas datas, buscaremos evidências do acompanhamento feito pelas duas formas de escrita, de outros problemas estruturais da sociedade cabo-verdiana; por serem praticamente omnipresentes nas letras de Cabo Verde, atentaremos, especialmente, na fome e na emigração forçada para S. Tomé.

O desafio que nos move é perceber como, perante realidades trágicas, e sob um regime de vigilância censória, Literatura e Jornalismo prosseguiram as suas missões e cumpriram os seus objectivos.

1. Literatura e Jornalismo

1.1 Missões comunicantes

1.1.1 Literatura: entre a prática da estética e a pura ética do criador

Voltaire dizia que “Literatura” era daqueles termos vagos que existem em todas as línguas. Jakobson criou a palavra e o conceito de “literariedade” (*literaturnost*) para designar a especificidade da Literatura. Na verdade, debruçarmo-nos sobre esta questão conduzir-nos-ia a uma diversidade de entendimentos que vagueariam entre dois extremos; aquele em que é possível à Literatura abarcar tudo o que com essa palavra for indicado pelos falantes, e o outro em que se encontra, na impossibilidade de definição, a única definição possível.

Nessa primeira linha encontra-se, por exemplo, Stanley Fish, que levanta um obstáculo intransponível na tarefa de delimitação da Literatura, definindo-a como incharacterizável por via das propriedades formais dos textos. Naquilo que Aguiar e Silva vê como um dos mais radicais e “*hábeis ataques a uma definição referencial* [definição que explica a natureza do objecto definido, por oposição à definição do significado de um termo] *de literatura*”, lega-se à comunidade interpretativa a decisão de reconhecer, ou não, nos textos, literariedade. Esta liberdade não arrastará consigo grandes surpresas classificativas, no que toca ao entendimento do público leitor, uma vez que esse entendimento coincidirá com o conceito de Literatura que, na mesma comunidade, terão os produtores de textos.¹

Apesar de tudo, a diferença entre textos literários e não literários foi, durante séculos, algo relativamente pacífico; alicerçada em Pitágoras e reforçada em Aristóteles, a teoria reconhecia literariedade na ornamentação da linguagem. Esses enfeites que desviavam um texto do falar quotidiano seriam condição para que lhe fosse assegurado um lugar na Literatura. Assim, não será errado dizermos que, seguindo a maioria dos que ao longo dos tempos se dedicaram a pensar este tema, a Literatura inscreve-se no domínio das artes, em contraste com as ciências ou o conhecimento prático. Será uma arte verbal, visto que o seu meio de expressão é a palavra.

Uma proposta de definição menos ambiciosa pode tentar caracterizar a literatura *stricto sensu* – uma literatura superior, elevada ou canonizada:

*aquele conjunto de obras consideradas como esteticamente valiosas pelo ‘milieu’ literário – escritores, críticos, professores, etc. – e aceites pela comunidade como parte viva, fecunda e imperecível da sua herança cultural.*²

¹ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da literatura*, Coimbra, 8ª Edição, Livraria Almedina, 1991, p. 41.

² *Idem*, p. 114.

Seguindo esta linha de pensamento, toda a produção de textos que não atinja tal estatuto fica de fora da literatura *stricto sensu* e terá a designá-la variadíssimas expressões que vão desde a infraliteratura à paraliteratura, da literatura popular e de massas à contraliteratura.

Na prática, tratar-se-á de continuar as teorias aristotélicas, mexendo, não tanto na definição (a ornamentação aproxima-se do “esteticamente valioso”), mas no que é objecto de definição. Acrescentando o *stricto sensu* à Literatura, deixa-se nessa amálgama de outros textos a dificuldade (impossibilidade?) que o correr do tempo sentiu em estabelecer características, limites e regras que trouxessem a esta matéria uma sistematização facilmente aceitável.

Sem pretensões de debater aqui o conceito, teremos de admitir que ele será, pelo menos, abrangente, visto implicar, numa acepção geral, muito mais do que aquilo que se materializa em sinais gráficos. Há géneros de expressão orais, como o dramático, que podem integrar a Literatura. Há obras que constam das Histórias da Literatura e que vêm dos tempos sem escrita; A *Ilíada* e a *Odisseia* terão, com certeza, sido cantadas muito antes de terem sido registadas pela escrita.

Irremediavelmente vago, ao que parece, o campo de significação que a Literatura abre à sua frente tem, pois, espaço suficiente para que nele se encaixem tantas definições quantas as divergências que o pensamento permite à roda de algo que se constrói mais sobre opiniões do que sobre regras. Mas esta quase infinita abrangência do termo não chega para lhe retirar a imprescindibilidade que o saber em desdobramentos sucessivos lhe reconhece para o estudo do Homem em variadíssimas perspectivas:

*I do not believe that authors are mechanically determined by ideology, class, or economic history, but authors are, I also believe, very much in the history of their societies, shaping and shaped by that history and their social experience in different measure. Culture and the aesthetic forms it contains derive from historical experience.*³

Com um pé nos Estudos Culturais e na teorização de Said, poderemos dizer que a Literatura corresponde à parte da cultura que se autonomiza do económico, do social e do político e que se concretiza nas artes da descrição, comunicação e representação, existindo, do ponto de vista estético, para satisfação do prazer. Assim, o poder de contar ou de travar as narrações alheias, impedindo-as de emergir, fará toda a diferença na expressão da cultura, que Said analisa num contexto de confronto entre um modelo imperial generalizado e consequente experiência histórica de resistência ao(s) império(s). Esta dualidade moldará a sua obra *Cultura e Imperialismo*, que aparece estendendo as questões reflectidas em *Orientalismo* às relações entre o Ocidente moderno e os seus *territórios ultramarinos*. Quer se fale de diálogos culturais com o Oriente, quer se considerem as manifestações artísticas das possessões (ou ex-possessões coloniais), tratar-se-á sempre de cultura em movimento, e essa mobilidade será um desafio maior a ter em conta em qualquer teorização.

É dos anos 70 um ensaio do brasileiro Silviano Santiago que se construiu em torno do “*Entre-lugar do discurso latino-americano*” e que procurava perceber o que era produzir cultura e Literatura nos territórios ex-coloniais da América do Sul. Ora as obras que são objecto do nosso estudo inserem-se na produção artística

³ Said, Edward W., *Culture and imperialism*, Londres, Vintage, 1994, p. 24.

desse “entre-lugar” que outros autores chamaram “*tercer espacio*”, “*in-between*” ou “caminho do meio”. Com qualquer um dos nomes, tratar-se-á sempre de zonas de descentramento incompatíveis com a existência de uma única referência europeia “pura e autêntica”.

Torna-se então necessário enquadrar os saberes intermediários, produtos de cruzamentos, misturas de elementos diferentes e, por vezes, até contraditórios. O caminho dessas amálgamas tratadas como “contaminações” e “impurezas” que encontram outras verdades levará à alteridade, mas a divisão de territórios entre o eu e o outro nunca é fácil. A delimitação pressupõe fronteira e esta implicará, de imediato, o conceito de territorialidade. No entanto, ao estendermos a significação de fronteira à identidade, estamos perante um marco de diferença assumida entre as partes divididas.

Os novos tempos trouxeram uma identidade própria de fronteira, um “terceiro” nascido e criado numa situação de passagem que Louise Pratt identifica como “zonas de contacto”. É aí que é gerada a nova cultura, a nova literatura renovadora dos passados em que assenta e, obrigatoriamente, retoma nas suas criações.⁴

O que no presente trabalho é objecto de estudo é criação de escritores cabo-verdianos. Interessará levar em conta a geografia nessa perspectiva da existência de “zonas de contacto” e não mais potenciando o preconceito que antes a origem geográfica insinuava na “etiquetagem” da literatura em causa. Não se trata de “literatura ultramarina” pelo que, durante muito tempo, o conceito arrastou de “outrização” estereotipada dos conteúdos. Havia nesse “ultramarina” uma conotação geográfica e, como é sabido, sobretudo política.

E ainda que, por abrangência cómoda mas já disfuncional, optássemos por arrumar os textos em análise no catálogo da “literatura colonial”, logo teríamos Manuel Ferreira a contrariar-nos, afirmando que não houve uma literatura colonial em Cabo Verde:

*A literatura colonial define-se, essencialmente, pelo facto de o centro do universo narrativo ou poético se vincular ao homem europeu e não ao homem africano. No contexto de literatura colonial, por décadas exaltada, o homem negro aparece como que por acidente, por vezes visto paternalisticamente.*⁵

Não é esse, de facto, o caso da lírica ou da narrativa cabo-verdianas. Na verdade, a revelação da cor de pele está quase sempre ausente do discurso dos autores do arquipélago. Nessa perspectiva, não encontramos uma literatura colonial em Cabo Verde.

E “literatura africana”, pela abrangência de épocas, conteúdos, formas e estilos que encerra a expressão, levar-nos-ia a um afastamento da especificidade destes textos literários que têm já forjada, em larga medida, uma independência intelectual.

Aqui a geografia conta, sobretudo, porque será ela a grande causadora da tragédia que atravessa as Letras cabo-verdianas. A geografia é que vai entregar aos escritores a matéria-prima que eles hão-de recorrentemente moldar e esculpir até dela retirarem a obra feita. A localização física destas ilhas explica a secura de que

⁴ Cf. Núbia Jacques Hanciau, «Entre-Lugar», in Figueiredo, Eurídice (org.), *Conceitos de literatura e cultura*, Juiz de Fora/Niterói, UFJF/EdUFF, 2005, pp. 126-135.

⁵ Ferreira, Manuel, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Investigação Científica, 1977, p. 10.

padecem; a falta de água compromete a existência de alimento suficiente no arquipélago; a fome e a morte serão as últimas consequências da geografia e os primeiros temas da Literatura de Cabo Verde, que se embrenhará na mais plena expressão possível de quadros da vida real, como assinala Luís Romano, escritor censurado do arquipélago:

*é uma forma superior da Arte, em que as palavras conseguem, insufladas pela Imaginação, produzir mensagens e quadros da vida, que nenhum meio artístico até hoje não conseguiu expressar plenamente. O papel que atribuo à Literatura é histórico, dinâmico e fundamental para o conhecimento intrínseco do Homem Universal.*⁶

Nesta óptica a Literatura será beleza documental, documento artístico ou algo que, respondendo a um nome diferente, consiga aliar essas duas funções de forma equilibrada e digna de admiração, satisfazendo, a um tempo, as necessidades estética e testemunhal. Este entendimento estreitaria muitíssimo o campo a considerar como Literatura; de fora da séria missão de agradar fazendo História, ficariam, desde logo, aqueles que Francisco Assis Barbosa considerou ‘beletristas’ – homens afeitos “*exclusivamente ao belo*”.⁷ A dedicação à ornamentação da linguagem que outrora o ‘milieu’ literário privilegiava afigurava-se, pois, insuficiente para integrar o corpo da Literatura.

Assumindo o truísmo em que se tornou a afirmação da interdependência entre os estudos literários e as ciências sociais, Nicolau Sevcenko chama também a atenção para a Literatura como “*ângulo estratégico notável para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes numa estrutura social*”. Não há aqui qualquer sugestão para se minorar a importância do valor estético do texto literário, mas a convicção de que a sua riqueza se deve igualmente ao “*conjunto de significados condensados na sua dimensão social*”. O mesmo é dizer que, sendo a finalidade primeira da Literatura agradar e comover, desligá-la do meio que a gera será como retirar à árvore as raízes que a deixam crescer.⁸

Nessa mesma linha de relações entre a obra e o meio que determina o artista que a faz, afirmava José Régio:

*o artista é um homem, e é na sua humanidade que a arte aprofunda raízes. As obras de arte mais completas podem ser, mesmo, aquelas em que mais complexamente se agitam todas as preocupações de que o homem é vítima.*⁹

Tal é o entendimento em que se apoiam alguns críticos defensores de uma concepção integrada da Literatura, atribuindo-lhe uma dimensão estética que a condição de arte não pode nunca deixar de contemplar, mas também uma dimensão ética que está implícita no humanismo do criador. Haverá que dosear os dois ingredientes para que a obra não reflecta apenas as preocupações do autor, deixando confundi-lo com um

⁶ Romano, Luís, in Laban, Michel, *Cabo Verde, encontro com escritores*, I vol., Porto, Fundação Eng. António José de Almeida, 1992, p. 235.

⁷ Barbosa, Francisco de Assis, «Prefácio», in Sevcenko, Nicolau, *Literatura como missão*, 4ª ed., São Paulo, Editora brasiliense, 1995, p. 14.

⁸ Cf. Nicolau Sevcenko, *op. cit.*, p. 20.

⁹ Apud Manuel Veiga, *A Sementeira*, Linda-a-Velha, ALAC, 1994, p. 166.

moralista ou historiador, e para que não sirva somente de reflexo de questões estéticas esvaziadoras do humanismo considerado necessário. Não estão incluídas nesta teoria, naturalmente, finalidades literárias diferentes, como a propagandística ou a que visa apenas o lucro, destinando-se essas comunicações a satisfazer outros objectivos que não o que se preconiza ser o da Literatura, dentro de toda a ambiguidade que – sabemos – as suas definições assumem.¹⁰

Procurar uma definição academicamente aceite, no que à Literatura diz respeito, não seria, no entanto, uma solução para o problema que aqui levantamos, uma vez que o outro elemento da nossa dicotomia - o Jornalismo – é (talvez de forma menos assumida) igualmente versátil em termos de significação.

1.1.2 Jornalismo: proximidades e distâncias do real

Há um passado em que Jornalismo e Literatura se confundem. Num tempo não muito distante, pensar a Literatura incluía algumas (muitas?) das coisas que se escreviam na Imprensa. E, verdadeiramente, há um certo Jornalismo que ainda agora não pode ser totalmente dissociado da Literatura, apesar de todas as tentativas de sistematização dos vários ramos da comunicação.

Partamos da certeza de que os textos que possamos analisar nem sempre se guiaram por normas que desejassem uma separação vincada entre o que hoje pretendemos arrumar em dois mundos separados, às vezes distantes. Mas vamos, por uma questão de método, assentar que há uma escrita literária e uma escrita jornalística.

Jornalismo, equacionando a questão de forma simplista, será a função de transmitir os factos e acontecimentos importantes de forma clara e sucinta, para que a informação chegue ao maior número possível de pessoas. Fazendo um rápido exercício semelhante ao que nos pareceu pertinente quando falámos de Literatura, teremos de buscar o mais que o conceito pode abranger. No extremo equivalente àquele em que, na Literatura, se admite tudo quanto os falantes designem como tal, estará a frase que vagueia sem autor: “*Jornalismo é o que fazem os jornalistas*”. Ir às raízes da questão e pensar no que a palavra supõe poderá levar-nos à periodicidade, e assim aceitaríamos quase tudo o que de relato periódico se fizesse e chegasse até ao público. Mas tal como a viagem até à *littera* já não deixa delimitar o âmbito da Literatura, pensar o Jornalismo através do próprio termo não bastará para lhe chegarmos à essência, ou, pelo menos, a uma definição pacífica. A teoria que suporta a disciplina tem dado um maior contributo à sua contextualização dentro dos processos comunicativos do que à reflexão sobre a natureza específica da sua prática, antes de partir para a clássica divisão do Jornalismo em géneros que, apesar de definidos, tantas dúvidas continuam a levantar. Esse será, de resto, um ponto comum à Literatura; a definição dos géneros literários parece, apesar de nem sempre fácil, levantar menos problemas do que a reflexão em torno do conceito de Literatura.

¹⁰ Cf. Manuel Veiga, *op. cit.*, p. 168.

O que nas últimas décadas tem acontecido relativamente à tentativa de elaboração de uma base teórica que acompanhe o evoluir dos meios de comunicação de massa em que o jornalismo se engloba pelas práticas informativas de televisões, rádios e jornais (falando apenas dos mais clássicos), é um encontro de áreas diversas com ópticas naturalmente diferentes na abordagem do fenómeno da comunicação que envolve as massas – multidão heterogénea, denominador comum condicionador das experiências comunicativas.

A década de 70 foi fundamental para a aceitação desta coexistência de perspectivas e para o abandono do impasse que vivia então a *communication research*, não permitindo a superação da fragmentação e dispersão dos conhecimentos que tinham vindo a ser obtidos de forma desintegrada, sem deixar que se chegasse a decidir, sequer, o que estudar e como estudar.

No entanto, permaneceram oposições que devem ser levadas em conta no contacto com as Teorias da Comunicação: a linha norte-americana de estudo (conhecida por pesquisa administrativa) que privilegiou sempre o conhecimento do sistema dos *mass media*, por um lado; e a orientação europeia (pesquisa crítica) que teimou em não desviar-se da valorização das relações gerais entre os *mass media* e o sistema social. Podemos dizer que na consciência da complexidade de análise dos meios de comunicação estará a linha mais unificadora da teorização nesta área de estudo.

Ainda assim e, independentemente das divergências que marcam a construção de uma base teórica de análise, foi determinante a aceitação de que a Sociologia tinha, neste estudo, um papel fundamental, aproximando convicções europeias e norte-americanas, chegando mesmo a admitir-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar do fenómeno comunicativo dentro da própria Sociologia.

A informação enquanto objecto de estudo tomou um lugar de destaque e já não é ensombrada pelo interesse que outrora suscitavam a propaganda e a publicidade. Acresce a tudo isto a concordância em avaliar os processos comunicativos, não através dos seus efeitos imediatos, mas de forma projectada temporalmente, isto é, a longo prazo.¹¹

A articulação dos sistemas dos meios de comunicação com as outras estruturas e instituições sociais passou a integrar o âmbito do estudo dos *mass media*, abrindo um largo caminho para a reflexão dos *cultural studies*.

A análise da comunicação terá, pois, de ser feita, tomando cada processo comunicativo como parte de uma cultura em contínua evolução, ditada pela atribuição de sentidos progressivamente diferentes à realidade e conseqüente transformação da base comum de significados, e por mudanças nas práticas sociais. Quase tudo tem de ser levado em conta, de forma a conseguir-se interpretar, de forma satisfatória, um domínio evidentemente complexo pelo facto de existir assente, não em factos, métodos e sistemas, apenas, mas, sobretudo, em relações como um processo comunicativo tem de ser.

Haverá ainda que ter em conta que os meios de comunicação de massa são reprodutores da estabilidade social. Os processos que usam na prossecução desse equilíbrio interessam à análise da evolução de uma cultura e, por isso, aos *cultural studies*. Não importa apenas considerar a dinâmica económica em torno deste processo, como chegou a supor-se, entendendo as práticas culturais como simples mercadorias, mas, como refere Mauro

¹¹ Cf. Mauro Wolf, *Teorias da comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 10-13.

Wolf, valorizar essa realidade como uma superestrutura em que cada condicionante da mensagem conta para a avaliação do efeito ideológico global de reprodução do sistema cultural operada pelos *media*.¹²

Para falarmos de Jornalismo, em particular, teremos de mergulhar nesta superestrutura até ao momento em que estamos frente-a-frente com a prática da actividade que é aqui o nosso centro, mas mantendo a consciência de que a análise teórica da disciplina se constrói em tantos campos do saber quanto aqueles a que interesse a sua observação.

Em que assenta, pois, o Jornalismo? Mais do que considerar a actualidade a base susceptível de integrar continuamente a disciplina, deveremos antes partir do que, nessa actualidade, será considerado importante pelos jornalistas – os agentes divulgadores dos factos. No dizer de Lorenzo Gomis

*una teoria del periodismo debe explicar cómo el medio decide lo que va a decir y por qué; una teoría del periodismo debe ofrecer un modelo abstracto que permita comprender por qué una noticia desplaza a otra y por qué comentamos una noticia en vez de otra.*¹³

Decidir o que interessa noticiar está longe de uma selecção aleatória, sendo antes uma missão guiada pelos valores éticos sobre os quais se edifica a comunidade em que trabalham os jornalistas. As razões que fazem de determinado facto algo de noticiável são as mesmas em que se baseia o contrato ético que o jornalista mantém com a sociedade em que se insere. O sentido das notícias nasce, por isso, fora das redacções,¹⁴ e, nesta questão, podemos estabelecer uma ponte com dois sentidos em direcção aos *cultural studies*. Se há perpetuação da ordem social por parte dos meios de comunicação, em geral, e do Jornalismo, em particular, é a essa mesma ordem social que os jornalistas vão buscar os fundamentos em que se baseiam para fazer a actualidade.

Ora, sendo determinado acontecimento considerado importante ao ponto de ser tornado público através de canais próprios, ele é, pois, tido como capaz de interferir na vida das pessoas. Não vamos tão longe quanto Al Hester, professor da Universidade da Geórgia, que apregoava só terem valor “*as informações que ajudem os povos a combater a fome, a conquistar a independência e a viver em paz(...)*”,¹⁵ mas não devemos ignorar a capacidade de transformação que encerra cada notícia e, por trás dela, cada acontecimento. É essa potencialidade de mudança que investe o Jornalismo do poder de ‘fazer’ o presente, contribuindo para que cada dia se construa com base nas notícias da véspera e nas reacções por elas suscitadas e interiorizadas. Dessa relação interminável parte, justamente, Lorenzo Gomis, que, ao escrever a sua *Teoría del periodismo*, sustenta parte da explicação teórica que desenvolve no efeito que os factos produzem no público, criando neste expectativas de novos factos, que re-alimentam o processo.

¹² *Idem*, pp. 93-96.

¹³ Gomis, Lorenzo, *Teoría del periodismo, cómo se forma el presente*, Barcelona, Paidós Comunicación, 1991, p. 11.

¹⁴ Cf. Carlos Chaparro, «O que é Jornalismo?», *blog colectivo do Projecto Mediascópico (CECS–Universidade do Minho)*, disponível em: <http://mediascopio.wordpress.com/2008/02/27/o-que-e-jornalismo-responde-carlos-chaparro/>

¹⁵ *Apud* Daniel Ricardo, *Manual do jornalista*, Lisboa, O Jornal, Dezembro de 1989, p. 15.

Nessa sucessão de notícias temporais, i.e., que remetem para momentos determinados, radica o entendimento que considera o Jornalismo uma actividade dedicada ao efémero. Não obstante, essa sequência de tempos implica uma acumulação de factos. De factos, de suas correspondentes notícias e de reacções por elas desencadeadas. A esse processo contínuo refere-se Júlio Cortázar, dizendo que o Jornalismo “*é a História através do quotidiano*”,¹⁶ e Lorenzo Gomis, esclarecendo:

*Explicar como funciona el periodismo es explicar cómo se forma el presente en una sociedad (...) el periodismo es un metodo de interpretación sucesiva de la realidad social; es más noticia el hecho que tendrá más repercusiones que otro (...); la noticia que no se comenta no influye; el comentario hace presente el pasado y prepara el futuro.*¹⁷

Neste sentido, a efemeridade será questão que se coloca ao nível da actualidade das notícias e não ao do carácter da actividade jornalística que, pela sequenciação de momentos, dia após dia, participa activamente na construção da mais ou menos duradoura ética social. Por outras palavras, as notícias de jornal duram o tempo em que se lêem, mas o seu reflexo será modelado em tempo posterior.

Não interessará aqui enumerar as diferentes formas de fazer Jornalismo, pois isso equivaleria a abordar os vários géneros jornalísticos, e, ainda que alguns se nos afigurem pertinentes a esta reflexão pelas históricas relações que mantêm com a Literatura, eles serão um pouco mais desenvolvidos em capítulo próprio. No entanto, há uma palavra que não podemos deixar de lembrar agora: verdade. A verdade que se deseja (exige) sempre presente no texto do jornalista. A verdade global, cuja procura sistemática contrasta com a aceitação, pela Literatura, da verdade poliédrica de que fala Cortázar.¹⁸

Com a verdade, entramos em terrenos de relativizações várias, mas hoje já não é escandaloso abstermo-nos de complicadas explicações para que possamos afirmar pacificamente que não há, nem pode haver, no Jornalismo, objectividade pura e total segura estilística. Citando Baptista-Bastos, em reflexão sobre Literatura e Jornalismo, seus idênticos meios e fins semelhantes:

*Servem-se de matéria ficta – porque a ficção da realidade é tão evanescente, tão verosímil, tão inverosímil e tão parcial como a realidade da ficção.*¹⁹

Sendo o discurso uma prática expressiva da linguagem com vista à produção e circulação social de sentido, ele terá sempre a pluralidade de quem o produz. Daí que a narrativa, ou seja, a criação de um universo imaginário apoiado em lugares, acontecimentos e personagens, porque resulta do discurso, faça a refração do olhar de muitas maneiras. Se a própria fotografia selecciona pedaços do real, combinando os elementos presentes

¹⁶ Cortázar, Júlio, «O Jornalista se falhar uma reportagem fica ligado durante toda a vida a esse falhanço», in *Diário Popular - Suplemento Letras e Artes*, 16 de Fevereiro de 1978, p. 1.

¹⁷ Gomis, Lorenzo, *op. cit.*, p. 11.

¹⁸ Cf. Júlio Cortázar, *op. cit.*, p. 1.

¹⁹ Baptista-Bastos, «Literatura e Jornalismo», in *Público - Suplemento Leituras*, 4 de Junho 1994, p. 3.

segundo uma percepção ou opção pessoal de quem a faz, não haveria a narrativa, construída de palavras, andar aceitavelmente longe da realidade, tal como imaginamos que seja se um estado “puro” lhe for possível?

Na sua teorização, Lorenzo Gomis afasta-se do perigo das definições mas, a quem precise de uma sistematização da actividade jornalística, o autor empresta a ideia de um método que interpreta periodicamente a realidade social:

*La interpretación consiste aquí básicamente en lo mismo que consiste cuándo se habla de interpretación de las leyes por los legisladores y juristas, la interpretación de las lenguas por los traductores, la interpretación de las obras artísticas por actores o músicos o la interpretación de los actos de los demás que hace cada uno en la vida corriente.*²⁰

Só depois de ser receptor de factos, o jornalista é emissor de uma notícia; num primeiro momento, como qualquer pessoa, ele recebe estímulos do exterior. Começa então um trabalho interno de processamento da informação e de separação dos elementos que interessam dos que são considerados desnecessários. A emissão da notícia é já o culminar deste trabalho.

Espera-se que o Jornalismo se limite a produzir asserções sobre acontecimentos e personagens do mundo histórico ao invés de inventar acontecimentos ou personagens, mas a imaginação criadora terá sempre parte da responsabilidade no produto final, isto é, no modo como o discurso consegue representar o real.

1.1.3 Emoções rigorosas ou isenção de coisa nenhuma

A rádio e a televisão (para não evocar outras e novas formas de fazer jornalismo) poderiam bem servir os propósitos de demonstração da rapidez como regra/limitação da produção do texto jornalístico, por oposição ao texto ficcional, mas parece indicado contemplar somente a imprensa na presente reflexão, visto partilhar com a Literatura os alicerces da sua construção – a escrita.

Na escrita dita literária as normas são as que cada escritor se impõe a si próprio, pesem embora os constrangimentos impostos pela tradição, quanto à extensão, quantidade de personagens e tipo de linguagem, por exemplo, ao passo que o Jornalismo, como actividade profissional, assenta num conjunto de princípios e regras, e guia-se por objectivos que se estabeleceram como determinantes na ampla e multifacetada missão de informar.

Ainda que essa regulamentação seja útil ao jornalista na prossecução das diferentes escritas que possa ter de praticar, não deixamos de estar perante fracas imposições, que, pela sua generalidade, nem sempre permitem traçar fronteiras firmes entre os textos, quer consideremos apenas os textos jornalísticos, quer tenhamos em conta estes e os textos literários. É nesse sentido que Fernando Dacosta fala de separação artificial e perversa,

²⁰ Gomis, Lorenzo, *op. cit.*, p. 36.

defendendo que aquele que exige do jornalismo mais do que notícias, e da literatura mais do que estórias, não põe diferenças entre Jornalismo e Literatura e não concebe escritas com hierarquias diferentes:

*escrever bem é ter estilo, imaginário próprios (...). Reduzir o jornalismo aos factos é empobrecê-lo. Os factos apenas dão dos acontecimentos e das pessoas o exterior, o accidental. Para lhes captar a alma é necessária a literatura, a poética.*²¹

Deixemos de lado as questões de graduação que andam geralmente associadas à comparação de Jornalismo e Literatura para nos concentrarmos nessa estranha questão da oposição entre imaginação e sistemática, que continua a tolher muitas das análises que juntam as duas formas de escrita.

Sobre a tal verdade global que se aponta como meta do Jornalismo, poderemos entender a objectividade decorrente da possibilidade de os factos na origem das notícias poderem ser confirmados e terem uma existência independente, pesem embora todas as considerações a ter em conta em torno dessa realidade "de facto" que abordaremos no ponto dedicado ao Realismo. Mas, quando, na busca dessa verdade, se pretende ver uma possibilidade de reprodução exacta dos factos, estamos frente-a-frente com um dos maiores problemas na teorização do Jornalismo. Como nota Ernesto Rodrigues:

*mais do que o visto, é o ponto de vista que determina. Pelas suas fissuras entre a arte de fazer História e o viperino dizer literário. Equivale essa 'verdade global' à velha verosimilhança, indiferente, nos seus princípios constituintes, à imaginação?*²²

É frequente pôr-se lado-a-lado as duas actividades como práticas inseparáveis, buscando a colaboração de quase todos os escritores do século XIX e, em grande parte, XX também, em jornais ou revistas. Nas tentativas de evidenciar a interpenetração de Jornalismo e Literatura é costume citar-se Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Ramalho Ortigão, Raul Brandão, Eça de Queirós, José Saramago, José Jorge Letria, Fernando Dacosta, Inês Pedrosa, Manuel António Pina, Augusto Abelaira, entre outros. Nas Letras brasileiras nunca ficam fora da questão Machado de Assis, Jorge Amado e José de Alencar, e haveria muitos outros que poderiam ser citados a este propósito. Duvidamos realmente que todos esses clássicos exemplos de jornalistas-escritores e escritores-jornalistas tenham contribuído para uma distinção clara do ponto exacto onde acaba o efémero noticioso e começa o eterno que define a obra de arte. O jornalista Adelino Gomes lembra o caso de Ramalho Ortigão, de quem Guerra Junqueiro disse ser um repórter de génio. E, no entanto, foi o seu genial livro de crónicas – *As Farpas* - que Eça de Queirós considerou "*a obra mais viva da literatura portuguesa*".²³

²¹ Dacosta, Fernando, *Público - Suplemento Leituras*, 4 de Junho de 1994, p. 2.

²² Rodrigues, Ernesto, *Mágico Folhetim, literatura e jornalismo em Portugal*, Lisboa, Colecção Artes e Ideias, Notícias editorial, Novembro de 1998, p. 75.

²³ Gomes, Adelino, «Jornalismo, literatura, a relação ambígua», in *Público - Suplemento Leituras*, 4 de Junho de 1994, p.2.

As tentativas de definição do que caracteriza uma e outra forma de manobrar as palavras esbarram sempre com uma impossibilidade desafiadora, mas imutável. Veja-se o que dizia Jacinto de Prado Coelho em 1979:

*Em princípio, dir-se-á que o jornalismo, tal como hoje o entendemos, se define por uma expressão nua, directa, impessoal, 'não literária', e portanto que a literatura começa onde o jornalismo acaba. Todavia, a par do noticiário e da publicidade, os jornais continuam a incluir subgéneros literários, como a grande reportagem e a crónica, onde se afirma a possibilidade dos autores, o seu estilo de visão e de expressão. Sem dúvida, trata-se de uma literatura sui generis.*²⁴

Donde podemos concluir que, grande parte das vezes, e tratando-se dos géneros jornalísticos referidos, a Literatura começará antes de acabar o Jornalismo. Não haverá dúvidas, como observa Gomis, de que os géneros jornalísticos nascem como herdeiros dos géneros literários.²⁵ Por outro lado, e dentro do que é considerado texto próprio de um jornal, a expressão pode ser nua, impessoal e revelar um estilo de visão e de expressão. Por último, e atendo-nos, ainda e somente, à definição de Prado Coelho, podemos classificar uma grande reportagem como subgénero literário, mas também como literatura *sui generis*. Os manuais de Jornalismo não prescindem da certeza de que a grande reportagem é o mais completo género jornalístico.

Há uns anos, quando Gabriel García Márquez, antigo repórter dos jornais *El Heraldo* e *El Espectador* se preparava para lançar um livro, o jornal *Público* dava à notícia o título «Uma grande reportagem». Não era desmerecimento da escrita, nem tique da hierarquização costumada sempre que os nomes das duas áreas se aproximam (as práticas fazem-no em permanência); o autor - que nesta circunstância e, perante as separações canónicas das duas escritas, deverá ser identificado como jornalista - dizia que já não era a primeira vez que importava para a ficção algumas reportagens suas, e explicava que cuidados tinha dispensado a esses textos, na busca de uma credibilidade sólida junto do público. Falava na “*fidelidade à informação sobre os factos*” durante o relato das nove histórias de outros tantos jornalistas sequestrados por ordem de narcotraficantes. Quando terminada e revista, a compilação ia ser entregue aos protagonistas dos acontecimentos, de forma a que os mínimos detalhes fossem corrigidos de acordo com o que ‘na realidade’ havia acontecido. O autor desta grande reportagem, Prémio Nobel da Literatura, confessava ter um objectivo fundamental com a publicação do trabalho em forma de livro:

*pressionar o Governo a negociar as condições de entrega [dos jornalistas] às autoridades.*²⁶

E aqui está lançada a fundamental questão deste trabalho: a escrita, assumida ela o carácter que a teoria lhe imputar, pode, em determinados momentos e contextos, ter como objectivo principal a denúncia. E a denúncia, seja ela mais ou menos declarada, implica uma atitude de pressão, geralmente dirigida aos poderes.

²⁴ Coelho, Jacinto do Prado, *Dicionário de literatura*, 2º vol., 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1979, p. 504.

²⁵ Cf. Lorenzo Gomis, *op. cit.*, p. 44.

²⁶ García Márquez, Gabriel, «Grande Reportagem», in *Público*, 17 de Setembro de 1995, p. 48.

É neste sentido que admitimos uma aproximação menos ténue das duas formas de escrever do que aquilo que a velha teoria teimava em prever e prescrever até há umas décadas. As regras que podemos encarar como limitações da escrita jornalística existem, mas estão longe de a deixar privada de ponto de vista, opinião e imaginação. Para aí caminha o moderno entendimento da questão:

*Desaprovo que a não-imaginação colida com a verdade poliédrica; que o 'dado de facto', a 'verdade global', contradigam reflexos múltiplos de múltiplos espelhos.*²⁷

Os meios de comunicação preocupam-se crescentemente com a necessidade de oferecer ao seu público algo mais do que as notícias “puras” que a teoria preconiza serem a essência do corpo do Jornalismo. Esse complemento de informações que facilitam a compreensão dos factos e correspondentes notícias poderá ser visto como um suporte da função informativa dos jornais. É neste contexto que, referindo-se às notícias, Gomis fala de interpretação informativa ou de primeiro grau, e, a propósito do comentário, sugere que se fale de interpretação de segundo grau, isto é, interpretação da primeira interpretação que é a notícia. É dele a convicção de que:

*no habrá teoría del periodismo suficiente y funcional hasta que la noticia y el comentario se integren en un sistema.*²⁸

Além do mais, se olharmos a prática da Imprensa em regimes de liberdade democrática, facilmente concluímos que, em muitas páginas, as notícias dividem o espaço com colunas de opinião de colaboradores permanentes ou ocasionais que se assumem como autores de um texto não imparcial. Não é de esperar que, na consciência de cada leitor, fique separado o valor ‘jornalístico’ de um programa de acção de defesa ambiental apresentado de forma considerada mais ou menos isenta por um jornalista, da ‘verdade’ das palavras que um político assina em texto que se apresenta como opinativo. Quer isto dizer que há uma facilidade inegável de transformar em notícia determinadas opiniões, dependendo do espaço físico que um jornal lhes atribui.

A especialização cresce dentro do Jornalismo. A Literatura tenta acomodar-se aos mandos editoriais que tratam do assunto mais económica do que literariamente. Mas os horizontes estão mais abertos e, por isso mesmo, menos visíveis. As definições relativizam-se, no que à(s) escrita(s) diz respeito. A definição de notícia de Augusto Delkáder insere-se inteiramente nesse desprendimento da antiga obsessão de deixar nu o Jornalismo, negando-lhe a roupagem da imaginação:

Los ecos, los datos. La emoción rigurosa. Conturba nuestra vida. Acrecienta las pasiones y divide las opiniones. El echo rompe la ignorancia. Destruí la incomunicación. Iguala a los ciudadanos. Crisol de la sociedad plural. Frontera de la sociedad democrática. Objeto preciado para la manipulación. Tesoro interesado del poder.

²⁷ Rodrigues, Ernesto, *op. cit.*, p. 75.

²⁸ Gomis, Lorenzo, *op. cit.*, p. 49.

*Materia sustantiva del oficio de periodista. Cuando sepas algo, intenta contarlo. Siempre que interese a todo el mundo. Al menos, piensa que es así.*²⁹

É considerando todas as previstas especificidades da escrita ficcional, mesmo a verosimilhança, que o desejo de realismo consegue chegar a encostar à verdade, que nos atrevemos a ver notícias nas obras literárias seleccionadas para este reflexão. Quando não havia outro veículo de fazer chegar ao público as “rigorosas emoções” que a secura das ilhas fazia transbordar, os livros responderam a esse intento de dar a conhecer a todos o que alguns julgaram que importava saber.

1.2 Quem conta a História?

Estabelecendo o inventário dos vícios e das virtudes, reunindo os principais factos das paixões, pintando os caracteres, escolhendo os eventos principais da Sociedade, compondo tipos pela reunião dos traços de vários caracteres homogéneos, talvez eu pudesse chegar a escrever a história esquecida por tantos historiadores, a história dos costumes.

Balzac

Aprendi mais com Balzac do que com os historiadores e os economistas de profissão!

Engels

1.2.1 A extensão da verdade à pseudo-referencialidade

Porque não é de livros de História que aqui tratamos, interessará, porventura, pensar certos termos e conceitos que estarão presentes ao longo do trabalho a que nos propomos. Buscando em romances e poemas o reflexo de factos ignorados por jornais, parece pertinente procurar alguns limites ou fronteiras entre áreas que andam, por vezes, mais próximas do que aquilo que a teoria estabeleceu.

O que é, ou o que pode ser, a ficção? Recuando do presente até onde encontra um princípio, a teoria aceita que *fingere* - a palavra latina na origem do termo – pode compreender uma ampla gradação de fingimento até se chegar ao conceito de “dizer falsamente”, isto é, mentir. De *fictio*, de onde derivam as formas portuguesas “ficção” e “fingimento”, virá o significado prevalecte que aponta para a invenção linguística e literária.

Em conformidade com este princípio fundador, afigura-se quase impossível não associar definitivamente ficção e mentira, mas, ainda assim, mesmo à luz duma valoração empírica, é pacífica a aceitação de que as

²⁹ *Apud* Ernesto Rodrigues, *op cit.*, p. 75.

construções ficcionais não deixam de ser textos mais ou menos respeitadores das possibilidades (quando não das actuações) do real.

A *mimesis* de Platão não é mais do que a substituição da realidade vivida por uma sombra ou reflexo, reflexo esse que adquire uma realidade própria.³⁰ O escritor, que não deixa de ser uma espécie de mentiroso autorizado perante a sociedade, esbaterá ou acentuará as parecenças de acordo com a sua vontade, imaginação e (porque não?) conveniências.

*Mimese e ficção instauram uma dialéctica em que assume relativa importância a efectiva relação com o real, mas em que assume uma importância muito maior a intenção comunicativa do escritor, o fim por si atribuído à formulação de «modelos».*³¹

Há uma espécie de automatismo que faz com que se considere essa relação com o real tão mais ‘efectiva’ quanto mais numerosos forem os referentes de um texto. Esse é um entendimento que se baseia na convicção restritiva de que um referente é obrigatoriamente um objecto real. Contrariando este princípio, o conceito de «pseudo-referencialidade» a que recorre Aguiar e Silva aponta outro caminho – o da existência de condições e objectos da referência que não existem antes nem fora do texto literário, sendo produzidos pelo próprio texto. Entre personagens, estados de alma e acontecimentos que não existem empiricamente e são, por isso, considerados objectos de ficção, haverá outros que tiveram ou têm existência própria à margem do texto literário; se Nhâ Venância de *Hora di bai* não existiu, de facto, e não morou no Mindelo dos anos 40 do século XX, a cidade que Manuel Ferreira descreve, e a que chegava gente faminta de outras ilhas, foi e é, ainda, uma realidade, apesar de nela não ter morado aquela D. Venância. Mindelo é um objecto do mundo histórico e não perde, por fazer parte de um texto ficcional, propriedades do seu estatuto de existência empírica. Mas, no romance, a cidade adquire um estatuto ficcional, pois não pode ser identificada exactamente com o seu referente empírico. De facto, nunca morou ali a D. Venância que lá vivia na estória.

Aguiar e Silva fala de filosofia ingenuamente realista ou cepticamente empirista para se referir à teoria que nega uma existência aos objectos ficcionais literários e os considera sempre uma mentira. Defende este autor que nada disto pode ser julgado à luz de um conceito de verdade que exija a correspondência das proposições com a realidade, mas sim em função dos enunciados dos textos literários em que ocorrem os ditos objectos.³²

A essa mesma conclusão chega Ruy Duarte de Carvalho:

*A ficção como processo sempre me assustou, mesmo sabendo que nenhuma ficção o é. Uma acção que se invente é sempre uma acção possível, real, portanto.*³³

³⁰ Cf. Romano Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 17 Literatura-Texto, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 46-47.

³¹ *Ibidem*.

³² Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *op. cit.*, pp. 640-643.

³³ Carvalho, Ruy Duarte de, *Como se o mundo não tivesse leste*, 3ª ed., Lisboa, Vega, 1992, p. 20.

A veracidade da morte dos filhos de José da Cruz seria, pois, medida na escala das possibilidades que a ficção dos *Flagelados* pressupõe, visto que tudo “*é verdade no mundo possível instituído pelo texto literário*”.³⁴

Por não se manifestar, no texto literário, uma função referencial idêntica à que está presente noutra tipo de textos, ela não deve ser afastada por completo da ficção; “*a pseudo-referencialidade não anula a referencialidade ao mundo empírico*”.³⁵ Paul Ricoeur admite mesmo uma espécie de segunda linha de referencialidade, ao ver no mundo possível do texto literário uma referência mediata, de segundo grau, ao mundo empírico.³⁶ Não se coloca, portanto, como obrigatório (ou mesmo provável) o completo alheamento do texto literário em relação a um dado contexto dito real.

Em tempos que estendem a relatividade aos cânones, Peter Burke junta-se às vozes que atam realidade e ficção com um nó que parece não conhecer mão que o desate:

*Faz-se necessário, no momento, levar em conta que historiadores e etnógrafos estão no ramo da ficção tanto quanto romancistas e poetas; em outras palavras, que também eles são produtores de ‘artefactos literários’ de acordo com regras de género e estilo.*³⁷

A verdade é que alguns estudos recentes olham para trabalhos sociológicos e antropológicos como “*construções textuais*” da realidade, fazendo com que possam, em certa medida, ‘ombrear’ com romances no reflexo/interpretação do mundo empírico.

Mesmo que se não confessem (ou não se reconheçam, até!) limitados, no seu trabalho, por convenções literárias, muitos historiadores não conseguirão despir de certa poética textos que constroem no desempenho da missão de perpetuação do real.

Não haverá, então, essa transposição fiel, essa escrita que conta o que ‘realmente aconteceu’, mas sim um mito do realismo em cujas teias teimam em manter-se presos muitos historiadores. Outros, atendendo a desafios de quem questiona, antes de tudo, a possibilidade de isenção perante a realidade, aceitam trabalhar com técnicas de narrativa próprias de romancistas e cineastas, em experiências de ‘não-ficção criativa’, assumindo a contaminação que parece crescentemente encarada como uma inevitabilidade.³⁸ Perguntava Maria Lúcia Lepecki em 1982:

*até que ponto a escrita da História é sempre uma racional reorganização da mítica? Até que ponto o discurso do mito, enquanto forma de conhecimento, contamina o discurso objectivo da História? Será possível historiar sem mitificar? Talvez não.*³⁹

³⁴ Silva, Vítor Manuel de Aguiar e, *op. cit.*, p. 643.

³⁵ *Idem*, p. 645.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Burke, Peter, *História e teoria social*, São Paulo, Editora da Unesp, 2002, p. 176.

³⁸ *Idem*, pp. 175-180.

³⁹ Lepecki, Maria Lúcia, «Ficção», in *Balanço da actividade literária portuguesa* (Ano de 1982), Lisboa, Centro Português da Associação Internacional dos Críticos Literários, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 15.

Ora, tal como sugere Burke, não deixaria de ser interessante que a teoria tomasse a História de frente para pensar se, além de disciplina, ela não poderá justificar um género literário novo, ou mesmo um conjunto de géneros que contemplasse regras específicas para relacionar evidências e afirmações e, sobretudo, que norteassem a representação.

Ainda a propósito do panorama de publicações de língua portuguesa, em 1981, Maria Lúcia Lepecki olha as questões coloniais e a descolonização como temas de uma linha narrativa que começa a sedimentar uma tradição, interpretando assim essas iniciativas “histórico-ficcionais”:

*De carácter documental, muitas vezes confessional, descritivos por um lado, mas críticos e analíticos por outro, sempre profundamente dramáticos, esses romances contam, com laivos de ironia, de mágoa ou de humor, uma «verdade» que só agora pode dizer-se sem recorrer à clandestinização ou à eufemização dos conteúdos políticos, ideológicos e sociais. Sempre tensos, carregando o peso das subjectividades que vão “revivendo” no plano ficcional, uma experiência tanto objectiva e histórica quanto interior (e não menos histórica) esses são dos mais importantes romances da nossa actualidade pois desocultam e desambigam.*⁴⁰

Encontraremos essa ideia de missão “desocultadora” nas considerações que alguns escritores cabo-verdianos fazem acerca da sua própria obra e do lugar que lhes atribuem dentro da sociedade que lhes inspirou a escrita. Manuel Lopes usa palavras como “realidade”, “história”, “sociologia”, “testemunho”, “denúncia”:

*As minhas narrativas são testemunhos sociológicos (...) são apenas transparentes na sua simplicidade e objectividade. (...) As personagens de ficção (...) são testemunhos vivos da sua época e do seu meio, e podem servir a História.*⁴¹

*Os meus escassos trabalhos de ficção (...) reflectem o meio ambiente e resultam da vivência e observação atenta do meio e do homem nele integrado – daí a importância que dou à paisagem física envolvente. É a denúncia da realidade que vivi nas ilhas. (...) O drama dos Flagelados (...) é uma realidade histórica, uma fatalidade geográfica.*⁴²

Por evidente impossibilidade de partilhar de outra forma estas realidades do arquipélago em desgraça, os escritores cabo-verdianos das décadas de 30, 40, 50 e 60, principalmente, serviram-se dos romances e poemas como chave capaz de entreabrir a porta que jornais, revistas e boletins tinham fechado estrondosamente.

As fronteiras que os separariam de si próprios enquanto colaboradores ocasionais da Imprensa ficaram mais indefinidas. Em alguns momentos, poderemos falar mesmo de uma consciente transposição desses ambíguos limites, opção que se manifesta não apenas na veracidade dos ambientes recriados, mas no aparecimento de datas, nomes e factos concretos que esvaziaram o Jornalismo desses dias e integraram a Literatura.

⁴⁰ *Idem*, p. 16.

⁴¹ Lopes, Manuel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 93.

⁴² *Idem*, p. 92.

Mas não seria preciso chegar tão longe para olharmos os escritores cabo-verdianos do período em causa como testemunhas actuantes de uma época; o rigor na descrição de ambientes, a verosimilhança e a fidedignidade característicos do clássico romance histórico não são as únicas afirmações válidas de uma realidade através da ficção. Mais do que o facto, a consciência individual do facto, de que fala Miguel Real,⁴³ é algo que decorre da escrita de Manuel Lopes, Baltasar Lopes, Gabriel Mariano, Jorge Barbosa e vários outros homens de letras de Cabo Verde na ficção e poesia que construíram a partir da realidade das ilhas, e nos propósitos da decisão que tomaram e que confessariam mais tarde, em tempos de menos ‘constrangimentos’ ou em lugares mais ‘inacessíveis’. Desta interpenetração de referentes de graus diversos dirá José Saramago:

*Estes dois vastos mundos, o mundo das verdades históricas e o mundo das verdades ficcionais, à primeira vista inconciliáveis, podem vir a ser harmonizados na instância narradora.*⁴⁴

No entendimento de Burke, na nossa ‘era pós-moderna’ só poderemos vislumbrar as ruínas de uma ilusória fronteira entre facto e ficção.

Teoricamente classificados como ficção, o livro-romance, o livro-conto, o livro-poesia, não estão impedidos de prosseguir os objectivos de reflexo do real, de denúncia, de crítica e de potencial transformação do meio, apesar de estruturados com recurso à imaginação e à fabulação. Ficcionalizar o real pode ser a resposta a um prazer, apenas. Ou pode ser uma ‘arma de reserva’.

1.2.2 A ingénua, mas combativa, ilusão de verdade

Pela repetição do termo « real » ou « realidade » a propósito de escrita ficcional, somos inevitavelmente conduzidos ao Realismo enquanto corrente literária. Não esquecemos as considerações de Jakobson, que, em 1921, encara o realismo apenas como uma convenção estética de uma geração de escritores, cujo objectivo primeiro será demarcar-se da geração precedente, mas parece pacífico usarmos hoje a expressão como referindo-se a uma construção artística que segue um conjunto de regras e objectivos específicos.

Uma vez mais, não será fácil encontrar uma delimitação que sirva melhor do que outras, até porque o nível crítico de quem olha teoricamente estas questões varia e tem em conta épocas, práticas e espaços diferentes. Mas há, de facto, uma ficção dita realista e, em parte, interessa-nos perceber quais as características que se lhe apontam, porquê e com que finalidade os seus pressupostos moldam os textos literários.

Começaríamos por considerar a necessidade de um certo relativismo conceptual para encararmos a realidade; ela é-o na medida em que a concebemos como tal, ou seja, o nosso aparelho conceptual não pode ser separado

⁴³ Cf. Miguel Real, «A Psicologia no romance histórico», in *Jornal de Letras* N° 1009, 3-16 de Junho de 2009, p. 23.

⁴⁴ Saramago, José, «O diálogo com a História», in Reis, Carlos, *O Conhecimento da literatura*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2008, pp. 503-503.

da nossa representação do mundo real. Dito de outra forma, o “mundo objectivo”, tal como o conhecemos, mais não é do que o resultado da nossa actividade intelectual que o apreende, interpreta e organiza de uma e não de outra maneira. Em rigor, deveríamos falar do “nosso mundo real” por tudo o que nos é exterior não poder ser identificado à margem dos nossos conceitos e representações. Mas a exaltação deste princípio não deve implicar que desistamos de encontrar na linguagem a representação de algo que esteja fora de si. De outra forma seria prolongada a espera nesse patamar de impasse que nunca nos deixaria estabelecer qualquer correspondência entre as nossas representações do real e as suas supostas propriedades objectivas.

Se dessa atitude céptica saltarmos para a convicção de que o mundo existe, de forma objectiva, independentemente dos nossos conceitos, admitiremos a sua representação verdadeira desde que se refira a objectos que realmente existam.

O que torna estas duas teorias tão gastas em algo pleno de actualidade? Segundo Hilary Putnam,⁴⁵ o apreço pela verdade cultiva a necessidade de uma atitude realista. Ora, na análise da *intencionalidade* da Literatura que aqui nos interessa considerar, basta-nos essa ideia ingénua de Realismo em que o mundo real é visto como a nossa experiência do dia-a-dia e, ao contrário, a nossa vivência diária é parte dessa vasta realidade que existe por si só, sem necessidade de interpretações, conceitos, etc.

Ainda que, considerando a Literatura, alguns façam remontar a Homero a ideia de exploração do real, de análise da sociedade e figuração da História, haverá sempre opiniões várias que encaixam o realismo literário entre períodos diferentes, com ou sem princípio, com ou sem fim, dependendo da abertura que existe para ver em cada geração de escritores uma nova possibilidade de reinventar a representação do real arrancado às teorias filosóficas acima aludidas.

É indubitável que em todos os períodos que possamos considerar, a Literatura se interessou pela realidade. Desde sempre que o real físico e social é ponto de partida/inspiração para as criações literárias, mas tal não implica que todas essas manifestações artísticas caibam na designação de Realismo literário, ou seríamos obrigados a, assim, considerar realista a “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto. Não é ela uma sequência de episódios que recriam lugares e figuras, costumes e mentalidades?

Se nos ativermos aos princípios doutrinários, às estratégias que definem o Realismo como movimento literário, podemos situar o seu aparecimento na segunda metade do século XIX, na França de Maupassant e Flaubert.

É o tempo em surgem novas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e a Linguística. Com estes e outros novos saberes na roda oficial, prontos para servir de matéria-prima, a Literatura não resistia ao natural chamamento de acompanhar a evolução.

Os idealismos e paixões do Romantismo são retirados de cena pela convicção de que é preciso retratar a sociedade com linguagem objectiva, crua se preciso for. A visão dominante passa a privilegiar o que é empiricamente verificável por um retratista que se deseja tão neutro quanto possível. É como se os pintores das letras cedessem o palco da moda aos talentosos fotógrafos que desejam ser fiéis ao que vêem em volta.

⁴⁵ Cf. Hilary Putnam, *Las mil caras del realismo*, Barcelona, Ediciones Paidós – I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1994, pp. 11-48.

Em tempos diferentes, vários autores definem a nova corrente literária em termos praticamente iguais àqueles a que Aristóteles tinha recorrido para falar de *mimesis*. Imitação ou representação, em causa não deixa de estar a reprodução estética, tão fiel quanto possível, da realidade tal como pensamos que a percebemos.⁴⁶

Mas a necessidade do século XIX de dotar os textos literários de força documental valoriza a observação cuidada e a análise detalhada dos costumes que tornem a obra mais *próxima do real*. Assiste-se ao advento dos registos sociolinguísticos de que fala Benjamin Abdala Júnior, “*pela vinculação pensamento/linguagem com a situação social.*”⁴⁷ Nessa base de factos cuidadosamente comprovados assentará a crítica social que moldará o Realismo. Esse será o cerne da estratégia que Eça de Queirós revestia de mordacidade:

*Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase dizer, a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. E apontando-o ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático – preparar a sua ruína. Uma arte que tem este fim – não é uma arte à Feuillet ou à Sandeau. É um auxiliar poderoso da ciência revolucionária.*⁴⁸

A irreverência de Eça não deixa de apontar claramente para a tendência irreversível de a Literatura perfurar essa camada de hipocrisia que resguardava a classe burguesa do confronto com a realidade nas suas facetas tidas por menos dignas, e, como tal, não publicitáveis.

O Realismo trará às páginas dos romances temas antes ocultos. A mulher ganha papéis principais e, ainda que não deixe de ser exposta como objecto de desejo (o que canonicamente deve ser lido, estudado, reproduzido e impresso continua a ser masculino), apresenta-se com uma sensibilidade mais fina, prova dum conhecimento que antes seria tido por desrespeitador dos bons costumes, para não dizer escandaloso. São tempos de afronta. A prostituição passa a ser tema presente na Literatura como na pintura, campo em que Courbet dá largas ao pormenor realista. Se as meninas retratadas na margem do Sena já incomodam pelo que subentendem do duvidoso código de valores, a *Origem do Mundo* é um insulto, não só à sociedade parisiense, mas a todo o mundo ocidental, na tranquila travessia de um dos mais pudicos períodos da História. Mas é nessa provocação que se afirma também o Realismo:

*Le réalisme se fait alors dévoilement toujours plus ou moins scandaleux. Bousculant les tabous, le roman de la socialité a une vocation d’obscénité, et pas seulement dans l’ordre sexuel. (...) Décrire la pauvreté dans tout son détail relève d’une audace scandaleuse qui valut facilement au réalisme une réputation de pornographie sociale.*⁴⁹

⁴⁶ Cf. Darío Villanueva, *Teorias del realismo literario*, Madrid, Instituto de España, Espasa Calpe, 1992, pp. 20-21.

⁴⁷ Júnior, Benjamin Abdala, *Literatura, História e política*, São Paulo, Editora ática, 1989, p. 72.

⁴⁸ Apud Carlos Reis, *O Conhecimento da literatura, introdução aos estudos literários*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, Outubro de 2008, p. 437.

⁴⁹ Dubois, Jacques, *Les romanciers du réel – De Balzac à Simenon*, Paris, Points Essais, Seuil, 2000, p. 61.

Mais do que provocar, as artes dão conta do acto da provocação. Não é a decadência que surge já como um aviso no Salão de Paris de 1847, na obra grande de Thomas Couture, professor de Manet? *Les Romains de la décadence* aponta a ruína que se preconiza para uma sociedade sem valores morais. E estavam frescas ainda as tintas da *Origem do Mundo* e já Offenbach estreava a sua ‘ultrajante’ opereta *La Vie Parisienne*, cantando os turistas que chegariam do mundo inteiro a Paris e à sua ‘vida de perdição’ por altura da Exposição Mundial de 1867.

O Realismo vai assumir este ataque à sociedade puritana dominante do século XIX. E essa audácia vai abrir, na Literatura, lugar para matérias antes ignoradas, desprezadas mesmo. O romance - o género mais propício à materialização das fundamentais descrições do Realismo – passa a revelar também o conhecimento mais ou menos profundo que têm, desses novos temas, os escritores.

Embrenhado na transposição, para as letras, do adultério, das condições de trabalho das classes operárias, da pobreza ou de outras matérias obscuras para a sociedade burguesa, o Realismo vai enfrentar mais um grande desafio, como notava Guy de Maupassant: o da selecção dos factos que podem e devem integrar o texto ficcional, uma vez que a matéria-prima encontra-se agora ao virar da esquina, na mais insignificante cena da vida quotidiana. A abundância de alternativas traz problemas como

*a selectividade que o Realismo cultiva, demonstração insofismável da dificuldade que o escritor experimenta quando se propõe olhar (e descrever) a realidade de forma efectivamente objectiva.*⁵⁰

A exactidão (às vezes científica) no relato da realidade que a audácia de integrar a moda literária incluiu na ficção, o desejo de aproximação tenaz ao real traz uma insegurança que a liberdade anterior não enfrentaria no devaneio ilimitado que era o acto de criação literária.

Embora o século XX arraste um Realismo “*degenerado e perdido*”,⁵¹ segundo Jacques Dubois (também por culpa do mau uso do conceito a propósito dos romances-tese e da literatura classificada de realismo socialista), os propósitos realistas mantêm-se e podem ajudar a definir o papel da Literatura na sociedade, deixando encará-la numa perspectiva histórica. “Romancistas do real” é o termo proposto por Dubois para evocar os autores das obras de que falamos, em vez de “romancistas realistas”, expressão que poderá, segundo o autor, levar a confusões alimentadas pela intromissão de outro tipo de romances como os que acima são referidos.

O presente trabalho partirá então de textos que, sendo ficcionais, se apresentam como testemunhos de um tempo. Ainda que polvilhadas de imaginação e poesia, estas obras desocultam os referentes reais que lhes dão o mote e, expondo-os num patamar ficcional, cumprem cabalmente o objectivo de denúncia-amostragem da realidade:

A história «objectiva» - a seca de 1943 -, modelo do discurso de Manuel Ferreira, busca, através de uma significação imediata – descritiva, parcial -, significação mais profunda. E assim a intenção ficcional ultrapassa a

⁵⁰ Reis, Carlos, *op. cit.*, pp. 438-439.

⁵¹ Dubois, Jacques, *op. cit.*, p. 10.

*observação real, levando o leitor a ingressar, imperceptivelmente, num mundo de ilusão, onde o espaço acaba por constituir-se de uma interrogação à vida em Cabo Verde.*⁵²

Há, em *Hora di bai*, como em vários outros romances cabo-verdianos, uma transposição da realidade histórica e geográfica do arquipélago, através de um discurso que provoca mais interrogações do que as feitas por ele próprio.

*São interrogações orientadas, sobretudo, para questionar aqueles que manipulam os poderes, num protesto dissimulado.*⁵³

Na inquestionável missão de dar ao leitor uma imagem próxima da pobreza extrema, da irracionalidade provocada pela fome vista de perto, e, com isso, agitar o destinatário do romance, reconhecemos esse traço irreverente do Realismo francês do século XIX de que falava Dubois.

Já não será escandalosa, no século XX, mas não deixa de ser audaz a decisão de descrever a pobreza “*dans tout son détail*”. O tempo é de censura, de tortura, e deportações. Os pequenos pormenores podem ter a chave de grandes questões e não serem tão insignificantes como o lugar no discurso faz crer.

“*Todo o realismo começa por um detalhismo*”.⁵⁴ E essa convicção parece sobrepor-se ao género de escrita que possamos ter em conta. Dubois fala de romances e das suas estratégias para alcançarem um realismo ditado pela moda. Buscando esse “detalhismo”, Manuel Ferreira aproveita cada momento em que chama à narrativa de *Hora di bai* a música de Cabo Verde, para incluir no texto mornas célebres, escritas e interpretadas por pessoas que existem fora do texto literário. É assim que, a propósito da emigração e das saudades de que ela enche as ilhas, encontramos Chico, personagem do romance, cantando:

*Quem mostrabo esse caminho longe
Esse caminho pâ São Tomé?
(...)
Sôdade sôdade
Sôdade desse nha terra de São Nicolau.*⁵⁵

É o próprio autor que, à imagem do esperado num texto ensaístico, no final da obra, cita as suas fontes:

*As letras das mornas das páginas 26,28 e 50 são da autoria de Dante Marino; o poema das páginas 125 e 126 foi extraído do livro Caminhada, de Ovídio Martins, e a finação da página 115 da revista Claridade.*⁵⁶

⁵² Caniato, Benilde Justo, «Hora di Bai: Típica síntese caboverdiana», in *Les Litteratures africaines de langue portugaise – actes du colloque international – Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1989, p. 209.

⁵³ *Idem*, p. 210.

⁵⁴ Dubois, Jacques, *op.cit.*, p. 88.

⁵⁵ Ferreira, Manuel, *Hora di bai*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1987, p. 50.

Zeloso em relação aos ambientes, aos nomes, à música e até à poesia contemporânea mais provocatória do regime (Ovídio Martins, autor de um dos poemas incluídos em *Hora di bai*, foi perseguido e preso pela P.I.D.E.), Manuel Ferreira insinua uma contestação latente recorrendo a pormenores rigorosos que introduzem questões melindrosas; quando se fala, no romance, do veleiro *Senhor das Areias* a um público que esteja alheado da realidade do arquipélago, o nome do barco não será fundamental para a construção dessa visão crítica a que o autor claramente se propõe, mas o resultado será diferente se avaliado entre a comunidade que pode entender o romance na íntegra. O *Senhor das Areias* não é apenas o barco construído em Espanha, e reconstruído depois em Aveiro, em 1943. O veleiro que, em 1945, se chamava *Senhora das Areias*, e que passou mais tarde a *Senhor das Areias*, conforme anúncio no Boletim Oficial, é o mesmo barco pelo qual se clama no jornal *Notícias de Cabo Verde*, na edição de 11 de Setembro de 1946. Sem ele não haveria possibilidade de continuar a comunicação entre as ilhas. Perguntava-se então:

*Era o único. Quando teremos novamente o Senhor das Areias a navegar?*⁵⁷

O barco existiu, portanto, prestando um serviço fundamental aos ilhéus, e chegando a levar à imprensa uma das poucas perguntas que ousavam os jornais por esses tempos.

Não se tratará tanto, neste caso, de uma questão de moda, mas do recurso ao detalhe como potenciador da credibilidade de uma obra que se engloba, segundo o próprio autor, numa época literária de oposição, ainda que branda, ao poder.⁵⁸

Gabriel García Márquez apela a essa mesma técnica do detalhe para tornar credível a sua missão jornalística; quando se prepara para lançar o livro que, segundo o *Público*, “*promete ser um trabalho importante de jornalismo de investigação*” - narra as histórias de jornalistas raptados a mando de Pablo Escobar, chefe do cartel de Medellín - o Prémio Nobel da Literatura diz “*ter cuidado ao máximo dos pormenores e não ter inventado nada*”. Ao chamar a atenção para a inexistência de uma dimensão ficcional da obra, García Marquez quer assumir o registo ‘apenas’ informativo do seu novo livro: “*Foi fascinante voltar ao jornalismo, ainda mais sem um chefe de redacção*”. O que, segundo ele, aproxima os dois registos de escrita – a Literatura e o Jornalismo – é esse “*trabalho sobre o detalhe na busca da credibilidade e o esforço de permanente captação do interesse do leitor*”.⁵⁹

Mas voltemos à ficção assumida como tal; digamos que o romance social usa os detalhes como pequenos tijolos na construção dos seus ambientes reais. Pode apresentá-los numa descrição arrumada que aponte para uma espécie de inventário de pequenos objectos, traços, ou atirá-los como que casualmente para o discurso, sem que à sua volta se teça qualquer tipo de teia descritiva. Neste caso, os pormenores tenderão a parecer

⁵⁶ *Idem*, p. 130.

⁵⁷ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 237, 11 de Setembro de 1946, p. 1. (*O Senhor das Areias* foi perpetuado em edição especial das moedas de 50 escudos e, em Dezembro de 1968, foi desmantelado).

⁵⁸ Ver citação correspondente à nota 254.

⁵⁹ Márquez, Gabriel García, *op. cit.*, p. 48.

dados sem importância, resultado de um olhar rápido sobre uma cena incluída no texto. E essa é uma ideia que Roland Barthes sugere que se encare cuidadosamente, pois “*tudo na narrativa é significativa*”, mesmo as “*notações insignificantes*”⁶⁰. Se estes detalhes, frequentemente considerados pormenores inúteis, são postos de lado pelas análises estruturais empenhadas em sistematizar as grandes articulações da narrativa, essas minudências, que Barthes chega a qualificar de ‘enchumaços’, podem ser recuperadas pela estrutura através de um valor funcional indirecto, dado que o seu contributo é muitas vezes determinante na caracterização de personagens e ambientes. O mesmo papel poderá ser atribuído às descrições, pese embora o diferente propósito que num momento inicial teria a sua incorporação no discurso; Barthes lembra que o objectivo primeiro das descrições, na Antiguidade, era a admiração do público. Não havia então qualquer comprometimento com o real, e tão louváveis seriam as descrições verosímeis como as que se inscrevessem num universo imaginário, desde que satisfizessem a finalidade estética da linguagem.

Bem diferente será o exercício da função descritiva nos escritores ditos realistas; se a descrição não deixa de pretender a satisfação do belo, ela é espartilhada pelos limites que se supõem delimitar a exactidão do referente. Haverá então uma interpenetração das imposições estéticas e das referenciais, servindo as primeiras como travão à interminável possibilidade de catalogação dos elementos que compõem o quadro a descrever. Na ausência de imperativos estéticos que doseiem a quantidade de dados descritivos a incluir no texto, eles seriam infindáveis; numa hipotética maratona descritiva, a representação ‘pura e simples do real’ não chegaria a abarcar tudo quanto pudesse ser observado.

Ainda assim não será a descrição exaustiva de um lugar que expressa uma verdade sobre o mundo; são as relações humanas, as palavras próprias de um ambiente, classe ou idade que sustentam essa realidade. O realismo não se alimenta apenas de factos, mas também do que os ‘embrulha’ com veracidade, e em alguns casos, os contextualiza com verdade.

Ora, não se negando o (re)conhecimento de um mundo real anterior ao mundo ficcionado que, de alguma forma, o reproduz nas obras que são objecto de análise no presente trabalho, e considerando as confissões dos autores de que actuaram movidos pelo desejo de denunciar e dar voz ao povo que morria silenciosa e realmente, não podemos deixar de ler *Hora di bai*, os *Flagelados do Vento Leste*, *Chiquinho*, *Capitão Ambrósio*, entre outros, como iniciativas que estão na linha da frente na reflexão do real, na denúncia desse universo de seca, fome e morte que modelou durante séculos o arquipélago. Não deveria ter sido esta a função da imprensa, caso tivesse ela liberdade para contar ao mundo a verdade das ilhas?

Ao registo das intenções dos autores dever-se-á juntar a utilização do crioulo, que mescla grande parte desses textos numa aproximação subtil à essência de uma mistura aceite pelo colonizador, mas relegada para uma espécie de plano não oficial, embora necessário, da História do arquipélago. Se, por um lado, a integração de expressões em crioulo na produção literária das ilhas aproxima a escrita desse mundo real que as letras perseguem, por outro, ela tem de ser vista como atitude, talvez não provocatória, mas ostensivamente

⁶⁰ Barthes, Roland, «O Efeito de real», in *Literatura e realidade – que é o realismo?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, p. 90.

defensora de uma identidade cultural não reconhecida pelo povo dominador. Nesse sentido, a utilização do crioulo permitirá que se fale de engajamento social.

1.2.3 Do empenho à intervenção: escrever politicamente

« J'accuse », publicado por Émile Zola no *L'Aurore* de 13 de Janeiro de 1898, costuma ser visto como a primeira manifestação clara de engajamento literário, pesem embora todas as dúvidas e ambiguidades que a expressão possa transportar de uns entendimentos para outros. Esse é o momento em que, segundo Benoît Denis:

*un agent, utilisant et mettant en jeu le prestige et la compétence acquis dans un domaine d'activité spécifique et limité [littérature, philosophie, sciences, etc.] s'autorise de cette compétence qu'on lui reconnaît pour produire des avis à caractère général et intervenir dans le débat sociopolitique.*⁶¹

A ligação da Literatura à Política era consumada pela tomada de posição pública de um escritor consagrado sobre uma questão que integrava o contexto político francês contemporâneo. Foi, digamos, uma extravagância permitida a Zola por si próprio e pela sua respeitabilidade no meio intelectual.

Mas de que falamos nós quando falamos de engajamento? Engajamento político será uma coisa; literário, outra, muito diferente. Como tal, a expressão, por si só, será insuficiente para lhe adequarmos um texto, uma prática, um autor. Teremos de ir além da ideia simples de 'expressão de opiniões políticas'.

A literatura dita engajada é, segundo Denis, um movimento literário específico da França do século XX. Um movimento onde a teoria logo aponta Sartre. Quer através dos seus escritos teóricos, quer pelas obras literárias, Jean-Paul Sartre será um exemplo de engajamento que se revela dentro da obra, e não em manifestações políticas extra-literárias.

Mas também aqui, abrir o conceito a várias materializações possíveis, facilmente nos faz chegar a uma ambiguidade capaz de agrupar um universo inquantificável de textos:

*toute œuvre littéraire est à quelque degré engagée, au sens où elle propose une certaine vision du monde et qu'elle donne forme et sens au réel;*⁶²

A meu ver o escritor é sempre um «engagé», quer voluntariamente, quer não. Pelo menos involuntariamente ele está, porque basta que ele trate dum determinado assunto, ele lança aquilo ao público e o que acontece é que o público agora é que vai entender aquilo segundo esta ou aquela óptica. Ele é «engagé» através da repercussão que ele conseguir desencadear no público, está sempre «engagé», de qualquer maneira é «engagé», quer queira,

⁶¹ Denis, Benoît, *Littérature et engagement, de Pascal à Sartre*, Paris, Seuil, 2000, p. 21.

⁶² *Idem*, p. 10.

*quer não queira. Simplesmente há o «engagé» voluntário, o premeditado, e o «engagé» «sem saber ler nem escrever», por força maior das circunstâncias.*⁶³

Não parece errado termos presente que o mais invisível dos escritores não consegue nunca despojar a sua obra de si próprio, tal como o jornalista mais adepto da neutralidade não pode apagar-se diante da realidade que relata, mesmo que, num e noutra caso, o conteúdo nem chegue a tocar questões políticas.

Os problemas que a catalogação implica são inúmeros; o aparecimento, sob o rótulo de ‘literatura engajada’ de obras cuja intenção é apenas a de transmitir uma mensagem, independentemente da qualidade literária com que isso é feito, será, sem dúvida uma das questões que dificultará a reflexão dos conceitos em causa.

Mas é um facto a intromissão da política na Literatura, e não é novidade dos escritores do século XX, sequer, apenas se podendo entender esta ‘caça’ ao político dentro das criações literárias pela despolitização dos escritores de que já falava Baudelaire a propósito da Modernidade.⁶⁴ O engajamento dos escritores deixou de ser uma evidência para se abrigar na condição de sombra que paira sobre toda a Literatura. E quer falemos de uma literatura engajada ou de causas, a aliança tanto abrigou já as tendências políticas de um autor e a forma como ele se posicionava na sociedade, como foi evocada a propósito das ideias gerais que vincavam uma obra, ou por causa da função que o autor atribuía à sua actividade criativa. O termo chegou, por isso, a aplicar-se a obras literárias sem qualquer propósito político.

Evidentemente que campo tão vasto como é o das reflexões sobre a relação entre ficção e política tem dado espaço, não só a cruzamentos diferentes entre as duas, como a classificações que dependem do enquadramento geográfico e temporal desse encontro. O conceito de “literatura protestatária” é um exemplo; apesar de o nome poder indiciar uma atitude quase de combate, o seu intento é perceber as características comuns às obras em que haja uma evidente intenção política, deixando de lado a filiação partidária do seu autor. Assim, segundo John Stauffer, haverá três estratégias retóricas que, nestes escritos, tentam ‘converter’ o público: a empatia que o escritor estabelece com o leitor, encorajando-o a participar das emoções das vítimas; o choque que tenta despertar no público a vontade de mudar o que lhe parece mal, agindo; finalmente, o simbolismo que confere abertura ao texto e o enriquece pela multiplicação de sentidos possíveis.⁶⁵

Mas, seguindo Benoît Denis e o seu intento de re-arrumar o conceito da literatura de causas, consideremos como engajadas as obras com ligações à política, seja pela forma de atingir a classe que a faz, seja através do caminho mais discreto de tocar a sociedade com questões que, indirectamente, alcançam a classe política.

Em Março de 2008, foi lançado em Mindelo, S. Vicente, *Poemas do Tempo de Trevas* de Onésimo Silveira. São textos inéditos e dispersos vindos desses anos de escuridão de há meio século, anunciados em cerimónia descrita por um jornal *online*. É um recuo que se enterra no chão duro das ilhas dos tempos dramáticos da fome. Tempos vigiados, além-mar, pelo colonizador português. São do autor (a propósito do livro e não no livro) as palavras:

⁶³ Lopes, Baltasar, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 42.

⁶⁴ Cf. Benoît Denis, *op. cit.*, pp. 194-195.

⁶⁵ Cf. Alice Béja, « Au-delà de l’engagement : la transfiguration du politique par la fiction », in *Tracés - revue de sciences humaines*, N° 11, Outubro de 2006, disponível em : <http://traces.revues.org/index240.html>.

*Não havia processos, nem convocatórias da Procuradoria que me pudessem silenciar. Contra tudo e contra todos, eu queria ser testemunha, por isso fiz poesia.*⁶⁶

As testemunhas que tornam públicas as vozes de outrem costumam ser os jornalistas ou, quando estes chegam tarde, quem eles escolhem/encontram para ajudar a contar algo que não presenciaram. As testemunhas vivenciaram, mais ou menos intensamente, algo que é importante e que, pelo carácter extraordinário do assunto, importa divulgar. E isso remete-nos para matéria dita noticiosa. Neste caso, matéria cuja divulgação pública compromete a classe política.

O *lead*⁶⁷ da notícia que dá conta do lançamento de *Poemas do Tempo de Trevas* diz assim:

*poemas escritos há mais de 50 anos denunciam a precariedade da vida do cabo-verdiano diante da falta de chuva e do descaso das autoridades coloniais portuguesas.*⁶⁸

Não é apenas a intenção ético-ideológica do autor partilhada com o público que permite falar de uma atitude engajada; as suas realizações literárias espelham as intenções anunciadas ao mexer em feridas comuns (*É preciso lutar pelo pão das crianças sem pão/As crianças de barriga inchada/De lombriga e de fome!*).⁶⁹

Como a poesia de Onésimo Silveira, o comprometimento da classe política será um dos grandes objectivos de parte considerável da literatura cabo-verdiana no período em que a censura regulava as publicações impressas em Portugal e nas suas colónias.

Teixeira de Sousa fala em sentimentos que o ‘picavam’. Entre eles estava a incompreensão de, em anos de crise e seca, as lojas das cidades estarem cheias de comida enquanto as pessoas morriam de fome.⁷⁰ No mesmo momento explica como, já depois do contacto com os escritos da *Claridade*, percebeu, à chegada a Lisboa e mediante o contacto com leituras ditas clandestinas porque marxistas, como o *Avante*, que tudo quanto sentia na juventude estava afinal racionalizado. Fala, a esse propósito, de abertura e de lucidez intelectual, depois de anos a sentir que algo no colonialismo o irritava. Era a política que desencadeava, moldando, a ficção.

Não desejava Manuel Lopes ver os efeitos da sua prosa na atitude da classe política contemporânea do real que ele ficcionava e, indirectamente, na sociedade cujos males exibiu através dos seus *Flagelados*? O que pretendia Baltasar Lopes com *Chiquinho*, de que, por acaso, ia dando conta, aos poucos, num periódico da “metrópole”, através de excertos em que se morria de fome com naturalidade? Que outro motivo forte, para lá da denúncia e, logo, da participação na tentativa de transformação do social, teria Manuel Ferreira para condensar em *Hora di bai* tantos dos pequenos e grandes males de Cabo Verde?

⁶⁶ http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=30770.

⁶⁷ O texto inicial que, resumindo a notícia, costuma apresentar-se destacado graficamente do corpo da mesma.

⁶⁸ http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=30770.

⁶⁹ Silveira, Onésimo, «Lema», in Ferreira, Manuel, *No reino de caliban I*, 1º volume, 4ª ed., Lisboa, Plátano Editora, 1997, p. 185.

⁷⁰ Cf. Henrique Teixeira de Sousa, in Laban, Michel, *op. cit.*, pp. 301-303.

Não se trata de ficção que esperneie efusivamente contra um regime opressivo, mas todas estas obras têm de ser vistas como formas de resistência a um colonialismo de abandono. E todas elas respondem aos requisitos estabelecidos por John Stauffer para se poder falar, também aqui, em literatura protestatária.

Tal como continua a ser difícil não reconhecer ao Jornalismo um poder (o 4º, segundo se convencionou chamar-lhe) de controlo da sociedade, mediante a denúncia que pratica, não devemos deixar de olhar as criações literárias dos tempos de silêncio obrigatório como meios de agitação, de consciencialização e - porque não? - de transformação da sociedade. Mesmo que não haja palavras de ordem. Mesmo que a opção não seja uma literatura panfletária. Mesmo que a denúncia seja subtil, mas esteja lá, por trás da escrita, dentro do escritor. É de Roland Barthes a reflexão:

*C'est donc ici que notre enquête doit commencer, dans ce moment où les écrivains [...], définis et rassemblés par les opinions qu'ils professent, les mots d'ordre qu'ils défendent, les manifestes qu'ils signent, les congrès auxquels ils assistent et les revues dans lesquelles ils publient, s'effacent pourtant devant leur œuvre, imposent le silence à leur personne et laissent apparaître derrière eux la littérature dans sa solitude et son énigme, debout sous le regard véritable de l'Histoire.*⁷¹

Nesse frente-a-frente entre o escritor e a realidade que ele há-de ajudar a integrar a História, o 'olhar verdadeiro' não pôde, no caso de Cabo Verde, ignorar a língua que expressa, desde sempre, o ser colectivo. As proibições da política colonial à utilização de 'línguas indígenas' nos textos dos periódicos não bastaram para afugentar da Literatura o reflexo linguístico da sociedade cabo-verdiana. A propósito de Manuel Ferreira e da criouliidade como aspiração suprema da sua prosa e ensaísmo, considera Benjamin Abdala Júnior:

*Converge, assim, nos [seus] textos literários e ensaísticos (...) uma voz plural de resistência à política assimilacionista de Salazar, que tolhia qualquer manifestação cultural mais autónoma de carácter nacional ou social.*⁷²

Antes de ser título do romance de Manuel Ferreira, *Hora di bai* era o nome de uma das mais conhecidas e apreciadas mornas de Cabo Verde (a morna é a primeira forma artística associada à identidade nacional de Cabo Verde). Ao longo do texto encontramos várias letras de outras mornas, uma *fição* (cantiga de dança e desafio) publicada na revista *Claridade*, e até um excerto de um poema de Ovídio Martins retirado do livro *Caminhada*. Devemos lembrar que, quando começa a ditadura, o mito imperial faz com que o poeta que fale das mornas, da dança, da culinária, escreva o crioulo ou exalte Cabo Verde seja rotulado de nativista. Olhados com esta desconfiança foram Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, ambos vistos como uma espécie de pilar sobre o qual se poderia montar um 'perigoso' nacionalismo.

⁷¹ *Apud* Benoît Denis, *op. cit.*, p. 7.

⁷² Júnior, Benjamin Abdala, *op. cit.*, p. 85

Destacando estes elementos dentro do texto literário, ao invés de os mesclar discretamente no corpo do romance, Manuel Ferreira assume uma defesa clara de algo contra a determinação política vigente. Neste sentido, a utilização do crioulo na ficção é uma consciente forma de engajamento literário.

E se o grande desafio do escritor de ênfase social é, como diz Abdala Júnior, “*a construção de um objecto literário capaz de comunicar-se simultaneamente com diversas faixas de leitores*”,⁷³ o recurso ao crioulo servirá também para alargar o público junto de quem a obra literária pode ter um efeito de ‘conversão’ contra o poder político. Essa é uma capacidade que o senso comum gosta de deixar longe do Jornalismo que considera honesto. A menos que se incluam na reflexão outros géneros jornalísticos em que, para além da notícia, tem lugar a opinião de quem escreve.

1.3 Crónicas: o poético relato da realidade

Como acontece na abordagem de outros conceitos incluídos nesta reflexão sobre as ligações entre Jornalismo e Literatura, não existe uma definição pacífica de crónica sobre a qual possamos iniciar um raciocínio linear. A indefinição de um género que não é estritamente literário, como o romance ou a tragédia, nem estritamente jornalístico, como a reportagem ou a entrevista, é a ponte diplomática, mas complexa, entre as duas escritas aqui em análise. Mais do que a ponte, a crónica será, como afirma Fernando Dacosta, o pilar em que assentam Literatura e Jornalismo.⁷⁴ Agarrando-se a estes dois mundos que muita teoria prefere manter separados, a crónica vale a Carlos Reis e Ana Cristina Lopes a confissão de que se trata de “*um tipo de narrativa de definição algo problemática*”.⁷⁵ As propostas de caracterização multiplicam-se, de um e de outro lado das letras, sempre com essa irremediável ambiguidade:

*[A crónica] deve tanto ao jornalismo como à literatura: supõe um elemento temporal e histórico, mas pode ser povoada de valores poéticos e simbólicos, compatíveis com a leitura intencional ou cúmplice.*⁷⁶

*Elo precioso entre o jornalismo moderno e os géneros literários clássicos, a crónica é a arma jornalística ideal para realçar a realidade e a actualidade através da ficção.*⁷⁷

*Género ambivalente, combinando o relato dos fatos noticiosos com o juízo do cronista.*⁷⁸

⁷³ *Idem*, p. 128.

⁷⁴ Cf. Fernando Dacosta, *op. cit.*, p. 2.

⁷⁵ Reis, Carlos, e Lopes, Ana Cristina, *Dicionário de narratologia*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, 2000, p. 87.

⁷⁶ Melo, José Marques de, «A crónica», in *Jornalismo e literatura, actas do II encontro afro-luso-brasileiro*, Lisboa, Vega, 1986, p. 57.

⁷⁷ Letria, José Jorge, e Goulão, José, *Noções de jornalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 86.

⁷⁸ Vivaldi, Martin, *apud* , José Marques de Melo, *op. cit.*, p.44.

“Elemento temporal”, “actualidade”, “fatos noticiosos”, “informativo” - todas estas características associadas à crónica apontam, pois, para o tempo como factor sobre que deve assentar qualquer tentativa de definição. A etimologia (do grego *chronos* = tempo) lembra esse atributo de forma mais expressiva do que encontraremos em qualquer outro género narrativo. Essa elaboração do tempo justificará o “destino sociocultural da crónica”, quer consideremos os relatos historiográficos medievais, quer tenhamos em conta os actuais textos de imprensa.⁸⁰

Como narrativa historiográfica, a crónica medieval é um antepassado da moderna historiografia. A essas características corresponderão, por exemplo, os escritos de Gomes Eanes de Azurara e de Fernão Lopes. Este último haveria, no entanto, de aproximar-se mais das premissas do Jornalismo pela busca do rigor documental, e, segundo algumas opiniões, pela valorização dos contextos sociais que enquadram o evoluir dos acontecimentos relatados.⁸¹ Mais perto da História ou do Jornalismo, já nessas folhas de prosa dispersas por tempos muito anteriores à divulgação pública e periódica de informação, encontramos, pois, os principais traços da crónica, tal como ela é hoje (in)definida.

A *Carta*, escrita em 1500 por Pêro Vaz de Caminha que nela relata a descoberta do Brasil, anuncia, logo no início, o que vai ser escrito – a notícia do achamento de nova terra –, sublinhando desde logo a intenção de ser fiel à verdade:

*tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afear, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.*⁸²

Os factos são expostos de forma cronológica, com a clareza possível desde o início. A intenção de ser exacto relativamente ao que aconteceu é evidente, recorrendo mesmo, o autor, à citação de fontes como forma de credibilizar o discurso:

*A partida de Belém foi (...) segunda-feira 9 de Março. E sábado, 14 do dito mês, entre as 8 e 9 horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da grande Canária. (...) E domingo, 22 do dito mês, às dez horas mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, a saber da ilha de São Nicolau, segundo o dito de Pêro Escobar, piloto.*⁸³

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ Cf. Reis, Carlos, e Lopes, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 87.

⁸¹ *Idem*, p. 88.

⁸² Caminha, Pêro Vaz de, *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987, disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>

⁸³ *Ibidem.*

O quê, quando, quem, como, onde - todas as perguntas do jornalismo vão sendo respondidas por Pêro Vaz de Caminha, o que não impede que, no decorrer do relato da descoberta, o autor d' *A Carta* dê as suas opiniões de forma assumida:

*a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.*⁸⁴

Porque são relatos nem sempre apoiados por documentos ou testemunhos com o valor de prova que o jornalismo moderno obsessivamente exige, estes textos trazem consigo uma mais ou menos discreta ficcionalização, até porque um dos fins óbvios de semelhantes registos era o destaque de alguém – um nobre, um rei, mas sempre um herói por via dos feitos narrados. Ainda assim, e embora tratando-se de um exercício prestigiante duma arte respeitada e bem remunerada, as crónicas medievais têm um forte papel de ‘serviço público’, ao deixarem memória de um tempo, de um feito ou de uma pessoa para as gerações posteriores.

Com o aparecimento da imprensa, e a associação da crónica aos jornais, os autores deste tipo de textos passaram a desempenhar um papel quase pedagógico em relação ao público, assumindo ideologicamente as suas posições sobre temas da actualidade num discurso simples, ditado pela necessidade de chegar a um grande número de pessoas. O jornalista poussa a máquina fotográfica que partilha com os realistas e usa, em vez disso, um pincel que dá a conhecer, com traços mais elaborados, uma realidade noticiada ‘factualmente’ algures, nas páginas do periódico, e contada de modo opinativo numa coluna. A subjectividade é pacificamente aceite na divulgação do real em que ocupa lugar de relevo a matéria factual próxima do público leitor.

*Sua motivação principal [da crónica] é o conjunto dos fatos que o jornal acolhe em suas páginas e colunas. Só que ela não os reconstitui; sua função é a de apreender-lhes o significado, ironizá-los ou vislumbrar a dimensão poética não explicitada pela teia jornalística convencional.*⁸⁵

Tal como os relatos historiográficos medievais, e ainda que a crónica jornalística de hoje guarde as referências de actualidade, ela é, pois, um estilo também praticado como acto de criação estética, portanto, com objectivos artísticos. Assim se explica a aproximação ao modo de construção do texto literário:

*O posicionamento do cronista perante o real revela algumas afinidades com o do narrador de um relato ficcional: também o cronista adopta uma posição em princípio exterior aos factos e figuras que os vivem, enunciando, para os representar, um discurso virtual ou efectivamente narrativo.*⁸⁶

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ Melo, José Marques de, *op. cit.*, p. 47.

⁸⁶ Reis, Carlos, e Lopes, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 88.

Ainda assim, haverá diversidades na sedimentação das pedras basilares da crónica, dependendo da cultura que a pratica e das tradições que consigo arrasta nesse domínio. Marques de Melo aponta as diferenças que podem encontrar-se entre a crónica hispânica e a luso-brasileira, radicando a primeira, segundo ele, nos relatos históricos, e oferecendo, por isso, o claro testemunho dos factos, enquanto a segunda descenderá da crónica literária nascida para entreter, com direito a recursos poéticos e ficcionais capazes de adoçar as dificuldades da vida quotidiana.⁸⁷

Da mesma forma, o entendimento dos géneros literários pode adquirir tonalidades diversas em função de diferenças históricas, geográficas e sociais. E em Cabo Verde, por exemplo, de um conto, não se espera apenas uma *estória* inventada. Há costumes que se transformaram quase em exigências:

*o sentido da crónica de costumes, (...) a tendência para «dar conta», quer dizer, testemunhar, num jeito entre a ficção e a crónica pura e dura ou mesmo a «autobiografia romanceada».*⁸⁸

Mas deixaremos de estar perante tradições de escrita moldadas pelo uso continuado de formas comunicativas quando tempos censórios obrigam a desvios que forçam contaminações, talvez não inesperadas, mas de efeitos quase inibitórios de separação das técnicas ou formas de comunicação. Tal como “*a reunião de crónicas metafóricas será a escrita de um tempo, inevitavelmente cuidadosa*”,⁸⁹ alguns textos literários de épocas de restrição de liberdades terão esse mesmo resultado de representar, cuidadosamente, um período da História.

Irremediavelmente aceite como “*relato poético do real*”;⁹⁰ pesadas todas as características apontadas à sua prática em tempos e suportes diferentes; a crónica pode albergar a essência de muitos e muitos escritos que, não se identificando como género jornalístico, preenchem os obrigatórios requisitos de certa informação. Não há em *Chiquinho*, por exemplo, como nas crónicas dos jornais diários, actualidade, oportunidade e difusão em larga escala? A *estória* parte dos verdadeiros tempos de seca e de fome que matam Cabo Verde e que, pesem os obstáculos políticos e os riscos da subtileza certa, não deixam, através do livro, de ser noticiados.

Benjamin Abdala Júnior pisa esse terreno movediço da não-fronteira entre o Jornalismo e a Literatura na sua reflexão sobre as estratégias dos escritores engajados; reconhecendo que a objectividade do texto jornalístico é um mito, mas que, apesar disso, a ambiguidade tende a manter-se afastada, encontra em alguns casos uma completa confusão de discursos e sentidos. Referindo-se ao poema *Regresso* de Onésimo Silveira, Abdala Júnior diz tratar-se de um discurso “*meio jornalístico e meio literário*” que “*oscila entre a poesia, a crónica e a notícia*”.⁹¹ Na verdade, são palavras que não se encaixam num género, apenas:

No momento patético e jubiloso do desembarque

⁸⁷ Cf. José Marques de Melo, *op. cit.*, p. 53.

⁸⁸ Laranjeira, Pires, «Uma iniciativa inédita: acrescentar contos de Cabo Verde», in Fontes, Francisco (org.), *Tchuba na desert, antologia do conto inédito caboverdiano*, Coimbra, Saúde em Português e Autores, Novembro de 2006, p. 16.

⁸⁹ Rodrigues, Ernesto, *op. cit.*, p. 86.

⁹⁰ Cf. José Marques de Melo, *op. cit.*, p. 47.

⁹¹ Júnior, Benjamin Abdala, *op. cit.*, p. 118.

*o cais da Alfândega sorri invisível e imaterial para os seus filhos
e as almas do cativo de São Vicente abrem os braços fraternos
para receber as vítimas inocentes da liberdade...*⁹²

O relato dos factos autoriza a expressão do “eu” poético, sem deixar que a apreensão da mensagem fuja ao imediatismo pedido pelas regras jornalísticas que zelam pela rapidez de transmissão da notícia. A notícia era, inevitavelmente, algo que a censura subtraía às páginas dos periódicos – o regresso dos contratados das roças de São Tomé, tão reais como o Porto Grande, o cais da alfândega ou a ilha de S. Vicente. Não será usual a crónica vestir-se de poema, mas nada o impedirá, visto estar em causa, não a forma, mas o conteúdo de um texto que se quer interpretativo do real. E essa função é claramente desempenhada por *Regresso*, como pela totalidade das obras seleccionadas para esta reflexão sobre o papel social, porque em grande parte jornalístico, da literatura cabo-verdiana em tempo de censura.

Ao buscarmos, na especificidade da crónica, mais elementos que, pontualmente, a tornam diferente dos outros géneros que com ela partilham o espaço na Imprensa, poderíamos apontar também “*o tom dialogante e interpelativo da carta escrita a um destinatário que se queira relativamente familiar*”.⁹³ O resultado será um discurso que parece tão próximo do emissor quanto do receptor. E esta proximidade é algo que decorre igualmente de alguns textos literários. Veja-se Manuel Ferreira em *Hora di bai*; entre letras de mornas e frases que, em crioulo, deixam escritor e público num mesmo patamar de entendimento, encontramos interpelações do tipo “*Gente, São Vicente tinha Porto Grande*”.⁹⁴ É, de resto a mesma estratégia de Eça de Queirós em “*Cartas Familiares de Paris*” e “*Bilhetes de Paris*”, publicados na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

A separação óbvia de que fala António Fernando Borges entre a escrita de Machado de Assis cronista e Machado de Assis romancista não será sempre tão óbvia assim. É nas crónicas dos jornais que muitos escritores exercitam, ainda hoje, a sua competência narrativa. A mesma que dá ensejo a que se fale na “*dimensão paraliterária da crónica*”.⁹⁵

Juca Florêncio, uma das personagens de *Hora di bai*, afirma, em certo momento do romance, ter entre mãos um novo livro. Homem dado à escrita, apesar de menos apreciado do que julga, está a escrever *Crónicas ao correr da pena*, “*uma análise breve, mas incisiva aos principais aspectos da vida quotidiana do Mindelo*”:

*Pretexto talvez para um grande romance. Pensava fazer ali o que o nosso Eça fez sobre a sociedade lisboeta.*⁹⁶

Uma vez mais, e, desta vez, dentro da ficção, a análise dos aspectos da vida quotidiana serve, tanto as crónicas dos jornais, como a matéria de um romance, à imagem do que acontecia fora da ficção. Ora, sem querer discutir a existência de um ou dois Eças que apareciam alternadamente por detrás de escritas diferentes, não

⁹² *Apud*, Benjamin Abdala Júnior, *op. cit.*, p. 118.

⁹³ Reis, Carlos, e Lopes, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 89.

⁹⁴ Ferreira, Manuel, 1987, p.16.

⁹⁵ Reis, Carlos, e Lopes, Ana Cristina, *op. cit.*, p. 89.

⁹⁶ Ferreira, Manuel, 1987, p. 42.

poderá deixar de ser lembrada a *Correspondência de Fradique Mendes* como obra em que se reconhecem o romancista e o cronista reunidos no mesmo punho:

*não mais em estado elementar de confusão, porém antes de fusão, (...) realizada em plano superior, de completo domínio da sua potencialidade de artista.*⁹⁷

Luís Fernando Veríssimo evocou recentemente⁹⁸ os tempos da censura no Brasil, lembrando como a falta de liberdade potenciava a crónica – o tal estilo indefinido, a meio caminho entre a opinião séria e a fantasia do conto, a deambulação não reprimida, mas esconderijo de críticas e denúncias aquietadas nas metáforas das entrelinhas. No dizer de Veríssimo, a crónica dá a possibilidade de abordar qualquer assunto sem deixar de ser crónica. O Brasil será, provavelmente, um dos países que mais cultivam este género dito jornalístico, mas não é por isso, defende Veríssimo, que encontra para ele uma definição não ambivalente.

Vários autores tiveram essa dupla cara de jornalistas/escritores: Eça de Queirós e Fernando Namora escreveram crónicas. José de Alencar, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade escreveram crónicas. Vitorino Nemésio levou o discurso das crónicas à rádio e à televisão, entrecruzando, de forma ainda mais vincada, essa duplicidade do género que encontra assento pacífico tanto na Literatura como no Jornalismo.

Em África, como no Brasil e na Europa, muitos dos escritores publicamente reconhecidos escrevem ou escreveram crónicas que publicaram na Imprensa. Não parece haver a convicção de que Ana Paula Tavares ou José Eduardo Agualusa modificam o seu estilo enquanto escritores quando publicam uma crónica num jornal. Mia Couto optou por escrever contos-crónica, assentes no pilar desse estilo ‘misto’ que lançou no livro *Cronicando*.

Em Cabo Verde, para além do nome de Germano Almeida e de tantos outros que, há mais tempo, nos jornais, passavam revista ao que, segundo eles, ia bem e mal na sociedade do arquipélago (José Lopes, Luís Loff de Vasconcellos, Amílcar Cabral, Teixeira de Sousa), encontramos em Maria Helena Spencer um curioso caso de mistura de estilos que Ondina Ferreira interpreta como “*zona de sobreposição, de contornos pouco nítidos, entre a crónica e o conto. Vale notar uma flagrante interdisciplinaridade entre os dois géneros de que a escritora MHS é exemplificadora*”.⁹⁹ Como não poderia deixar de acontecer, os temas tratados por Helena Spencer estão presos às ilhas do arquipélago, à educação, saúde, higiene e outras questões que espelham o quotidiano social do tempo da escrita. Entre os textos seleccionados por Ondina Ferreira numa colectânea recente, encontramos, na secção de contos, um que se intitula «Reportagem».

⁹⁷ Pereira, Astrogildo, «Eça de Queiroz, Cronista», in Reys, Câmara, e Pereira, Lúcia Miguel (org.), *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa-Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1945, p. 184.

⁹⁸ Comunicação feita durante a 10ª edição das *Correntes d’ Escrita* - encontro que reúne, anualmente, dezenas de escritores de expressão ibérica na Póvoa de Varzim.

⁹⁹ Ferreira, Ondina, «Nota Prévia», in Spencer, Maria Helena, *Contos, crónicas & reportagens*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005, p. 17.

Como esperado e sempre praticado num género que junta dois mundos de escrita, as crónicas que Helena Spencer lia ao microfone da Rádio Clube de Cabo Verde partiam da actualidade real das ilhas. Mais do que a expressão artística da locutora, a intervenção social e cívica das suas crónicas valeu-lhe a viagem forçada, sem volta, para Lisboa. Uma vez mais, a denúncia saltava ostensivamente por entre palavras que podiam construir ‘apenas’ um texto literário.

Nas descrições da crónica, como na sua prática durante o correr dos tempos, ela não vai afastar-se nunca da Literatura, e, à medida que a imprensa se difunde e desenvolve, este permanecerá como um dos géneros jornalísticos mais estáveis na sua (in)definição.

2. O lugar da denúncia: do Jornalismo à Literatura

2.1 Imprensa e poder: um controlo mútuo

Cabo Verde conhece imprensa própria em 1842. Por iniciativa do marquês Sá da Bandeira, ministro da marinha e do ultramar, as províncias ultramarinas passariam a publicar boletins oficiais. O nº 1 do boletim de Cabo Verde foi publicado na ilha da Boa Vista.

*Raiou felizmente para esta Província uma nova era de ilustração; (...) Já agora temos entre nós a Imprensa, este grande vehiculo das luzes e da sciencia; [...] parabéns, pois, ó Cabo-Verdianos! Livres pela civilização dos nossos irmãos da Europa, vós ides dever a vossa civilização á Liberdade, que a não ser ella, ainda hoje se não teriam rasgado as densas nuvens do obscurantismo que ennegreciam esta Província.*¹⁰⁰



Fig. 1 – Boletim Oficial nº 1.

¹⁰⁰ Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde, Nº 1, Boa Vista, 24 de Agosto de 1842, reproduzido no Cabo Verde - Boletim De Propaganda e Informação, Nº11, Ano I, 1 de Agosto de 1950, p. 18.

Por três décadas esta seria a única imprensa das ilhas. Não havendo outra publicação para lá da oficial, foi destinada uma parte do boletim à expressão de poetas e prosadores locais que ali incluíam anúncios e crónicas, além de poemas, folhetins e outra ficção.

Na metrópole, o panorama em matéria de actividade jornalística era, então, já bem diferente. O regime político saído da revolução liberal de 1820 desencadeara profundas mudanças em todo o reino. Se, numa primeira fase, os receios de instabilidade levaram a que se não derrubasse imediatamente a censura prévia, era inegável o ascendente que os periódicos iam ganhando sobre o público. Só em 1821 apareceram mais de trinta novos jornais.¹⁰¹

Contrariadas por esta realidade, algumas vozes ainda presas ao regime absoluto, faziam-se ouvir através de opúsculos como os de José Agostinho de Macedo que publicou *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro e Exorcismos contra Periódicos e Outros Malefícios*, ambos em 1821.

A imprensa foi uma das primeiras grandes questões que agitaram as discussões das cortes. Os projectos de decretos sucediam-se, as intervenções dos deputados empolgavam a assembleia, as discussões assumiam tons quentes, a lei demorava. Foi Fernandes Tomás que em 27 de Abril desse 1821 protestou:

*Senhor Presidente, outra semana está no fim, e, de liberdade de Imprensa, nada. É preciso ver se isto se adianta de algum modo, porque assim não pode ser. A liberdade de Imprensa é a língua da Nação; esta não pode falar por outro modo e agora está muda e não pode dizer aquilo que é preciso.*¹⁰²

A primeira lei que instituíu a liberdade de imprensa sairia três meses depois, e seria consagrada na Constituição do ano seguinte, com um arrojado que suplantava os textos francês e espanhol a que foi buscar inspiração. Extinguia-se a censura prévia, proclamava-se a propriedade literária, nomeava-se um Tribunal Especial de Protecção à Liberdade de Imprensa, e inaugurava-se uma época singular no jornalismo português que passava a acompanhar, sem mordagens, a agitação social decorrente das profundas convulsões que abanavam o país. Alguns jornalistas exilados regressavam ao Portugal pós-revolucionário, trazendo, com eles, as mais modernas técnicas jornalísticas praticadas em França e na Inglaterra desse período. Jornais com grande projecção, como o *Astro da Lusitânia*, ganharam uma influência inquestionável sobre a burguesia vintista, agitando a opinião pública de uma forma que os governantes não tinham, com certeza, considerado possível.

Nascia em Portugal a imprensa de opinião.

Em Cabo Verde, o novo regime foi proclamado em 21 de Março de 1821, na ilha da Boavista. Essa seria, pois, a data que iria marcar o início de uma lenta viragem no arquipélago, tanto em termos da implementação da instrução, como do estabelecimento da imprensa. Aos poucos, vão abrindo escolas de ensino primário nas várias ilhas, embora só a partir de 1845 sejam decretados os fundamentos da instrução pública que começa a funcionar, integrando a instrução primária e o ensino liceal e eclesiástico.

¹⁰¹ Cf. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed, Lisboa, Caminho, 1989, pp. 123-125.

¹⁰² *Apud* José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 128.

Há, nessa segunda metade do século, registros de uma vida cultural que preenchia as crescentes necessidades da elite letrada que se ia consolidando; além de uma biblioteca e vários gabinetes de leitura, o *Boletim Oficial* dava conta de saraus culturais, tertúlias e serões familiares que incluíam música e declamação de poesia.¹⁰³ Apesar de existir, pois, um público preparado para uma imprensa mais consistente, capaz de com ela colaborar, só em 1877 chega à cidade da Praia *O Independente*, fazendo, pelo nome, jus às ambições dos intelectuais que vinham divulgando as características que ambicionavam para a imprensa da colônia:

*O jornalismo [que] sabe fugir ao domínio do espírito parcial das facções políticas, e não troca a sua magestosa independência pela degradante posição de instrumento de deshonestas ambições, de vinganças miseráveis, de desordem e desgraça dos povos.*¹⁰⁴

O nome – supõe-se - era, então, mais imputável ao desejo de independência política do que a pretensões nacionalistas. A garantir essa proclamada isenção, estava uma tipografia própria que o jornal adquiriu.

O momento histórico estimula o interesse pelo que se passa dentro e fora da colônia; falta um ano para a extinção oficial da escravatura no arquipélago¹⁰⁵, e dois anos para a desanexação do ‘distrito’ da Guiné da ‘província’ de Cabo Verde. Os anos de 70 do século XIX são, aliás, vistos como um marco na História caboverdiana, o fim de um período e o começo de outro que terminará na década de 70 do século seguinte.¹⁰⁶

Os jornais entram na roda agitada dos acontecimentos, por vezes, verdadeira arena de combate, até então ocupada por panfletos e opúsculos. Sem muitas limitações para além do bom senso e da ética a que se impuseram as próprias publicações, os textos dos periódicos iam tratando de reclamar a aplicação de leis, no que ao acesso à instrução e à função pública dizia respeito, e discorrendo sobre a agricultura e o comércio do arquipélago, numa assumida concentração sobre os problemas da colônia.

Esta atenção às questões internas vai, com alguma facilidade, transformar-se em resistência à dominação colonial, e a imprensa será, como nota Gabriel Fernandes, o meio ideal para “*negociar espaços de acção e quadros de pertencimento (...), numa altura em que os caboverdianos começaram a se aperceber de que o arquipélago não estava completamente imune às novas investidas colonialistas iniciadas com o ‘terceiro’ império*”.¹⁰⁷

Evidência dessa prática colonialista (seria, talvez, melhor falar em opressora inacção colonialista) estava no abandono dos ilhéus, entregues à seca miséria do arquipélago, e na permissão/encorajamento do recrutamento contínuo de mão-de-obra para São Tomé e Príncipe, em condições que se toleravam pela ausência de soluções outras que enfrentassem a ameaça da fome, quando não a fome.

¹⁰³ Cf. Manuel Brito-Semedo, *A Construção da identidade nacional – análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 127.

¹⁰⁴ Andrade, Hypolitto O. da Costa, «Comunicado – instituição da imprensa política n’esta província», in *Boletim Oficial de Cabo Verde*, Nº 46, 18 de Novembro de 1871.

¹⁰⁵ A abolição oficial da escravatura em todos os territórios portugueses, excepto Macau, data de 1869, altura em que os escravos passaram à condição de libertos, mantendo a obrigação de prestarem serviço aos “seus senhores” até Abril de 1878.

¹⁰⁶ Cf. João Nobre de Oliveira, *A Imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação de Macau, 1998, p. 120.

¹⁰⁷ Fernandes, Gabriel, *Em busca da nação*, Florianópolis/Praia, Editora da UFSC, 2006, p. 99.

A liberdade de se escrever sobre qualquer coisa para uma considerável comunidade de leitores possibilitava a exposição pública de assuntos ditos sensíveis porque delatores de uma capacidade de colonização questionável. Quem vai questioná-la será a elite emergente. Sem poder político factual, ela terá um poder virtual, resultante da instrução que a difere positivamente do resto da população. É a *intelligentsia* de que também fala Manuel Brito-Semedo, buscando emprestada a Giddens a explicação do termo para identificar esse grupo de indivíduos que teve acesso a ocupações profissionais por via da sua educação especializada, superior ou técnica. Estamos, pois, frente a uma classe que pode ser vista como adjacente da classe dominante por via do prestígio adquirido com a instrução e que, estando em minoria, tem acesso ao espaço público através da imprensa que lhe potencia a influência na sociedade. Na expressão de Alfredo Margarido, os poetas estariam “*no vértice da pirâmide social*”, na medida em que se faziam “*eco dum povo que protesta contra o condicionamento geo-económico do arquipélago*”¹⁰⁸.

Mas, sendo a imprensa um espaço de partilha, ela assumirá função mais complexa do que reproduzir, apenas, os protestos que, genérica e alegadamente, pertencerão ao povo; dinamizada por essa elite ciosa da identidade cabo-verdiana, a imprensa ultrapassa a condição de veículo de difusão, para se assumir como uma tribuna – a tribuna de que falam os auto-eleitos representantes morais de um povo, e aquela de que falam também os ‘conselheiros’ do poder colonial, investidos dessa representação da população.

Não havendo, obviamente, carácter vinculativo nas opiniões/decisões transmitidas pela imprensa, ela não deixa de ter uma acção vigorosa do ponto de vista moral, pela assumpção de uma autoridade suportada pelo enraizamento no húmus social. É a “*operacionalização de dupla interlocução*” de que fala Gabriel Fernandes, ao constatar a transposição dos atributos morais da elite cabo-verdiana dos finais do século XIX para a imprensa, numa atitude que não pretende contrariar a ideia de que os jornais seriam órgãos isentos e independentes. Pelo contrário, assumindo a supremacia dos interesses sociais sobre os individuais, a imprensa estaria fortalecendo a sua ascendência moral sobre as duas partes: a que assume representar, e aquela a quem se apresenta como legítima representante.

*Nesse sentido, a elite anula-se numa imprensa cuja moralidade e imparcialidade seriam o garante da neutralidade da interlocução. Por essa via, ao menos num primeiro momento, é essa imprensa, e não os seus promotores, que surge como intermediária das relações entre os governantes e os governados.*¹⁰⁹

Mas esta liberdade de imprensa que, mais ou menos abertamente, deixou fluir ideias e opiniões durante os finais do século XIX foi, como seria esperado, uma ameaça para os governadores de Cabo Verde, pela sua potencialidade de quase fiscalização do poder e conseqüente denúncia. Mais do que intermediária, pode dizer-se que, pouco depois de se instalar, a imprensa não-oficial (e a moralidade que propagava) ocupa, assumidamente, o lugar de contra-poder, confirmando a missão de que falava o *Boletim Oficial* em 1871:

¹⁰⁸ Margarido, Alfredo, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 45.

¹⁰⁹ Fernandes, Gabriel, *op. cit.*, p. 101.

*Do alto da sua [da Imprensa] tribuna vão os echos da sua voz ao gabinete dos poderes públicos, a detel-os á beira do perigo que os attrahe, e, d'ahi, desvial-os para caminho seguro, em defeza dos direitos sociaes; e esses echos continuam, resolvendo graves problemas económicos e políticos, esclarecendo a autoridade nos seus juízos, rasgando o véu aos abusos do poder.*¹¹⁰

Abusos que já antes do aparecimento dos primeiros jornais eram, de alguma forma, controlados ou, pelo menos, expostos publicamente. Os opúsculos desempenhavam essa função delatora que não deixava de exercer um certo controlo social. Com a imprensa a funcionar, os ‘livrinhos’ continuaram a circular, em parte, porque havia um certo patamar do domínio público a cujas necessidades os jornais não davam cabal resposta. Nem sempre as personalidades ofendidas ou atacadas por via da prática da liberdade de expressão teriam acesso à imprensa. Por isso, porque ela fosse ainda insuficiente para dar espaço a todos quantos queriam falar ao público; por afastar das suas páginas questões mais privadas; ou ainda por receio da violência de certas verdades, os opúsculos continuaram a ser necessários para ataques e defesas que se queriam partilhados com a sociedade.

Além deste, havia ainda um outro meio de comunicação que ocupa, até hoje, um lugar não desprezível na sociedade cabo-verdiana – o panfleto anónimo. Tais panfletos, muitas vezes de cariz político, levaram as autoridades coloniais a algumas medidas repressivas que, todavia, nunca acabaram completamente com esta forma de expressão. E tudo isto se passava já num período anterior ao da chegada da imprensa ao arquipélago, ou seja, o combate através da escrita era já uma prática em Cabo Verde, antes do reconhecimento da actividade jornalística.¹¹¹

Nesse espírito combativo de responsabilização pública da entidade colonial, surgem, em alturas críticas para a sociedade cabo-verdiana, relatos duríssimos das consequências do abandono do arquipélago por parte do governo da metrópole. Dessas publicações, destacamos uma, da autoria de Luís Loff de Vasconcellos, cujo vigor nos parece fundamental para ombrear com o discurso frágil da imprensa dos anos da ditadura.

Quando escreve *O Extermínio de Cabo Verde – Pavorosas revelações*, em 1903, Loff de Vasconcellos tem já alguns anos de, talvez não militância, mas, de certeza, apoio vincado à independência de Cabo Verde. O opúsculo, um livrinho de 18 páginas, é um ataque violentíssimo aos poderes da nação. E não é texto que se perca em generalidades ou em meandros metafóricos antes de chegar ao destino. Os nomes dos alvos estão lá, e a sua credibilidade é posta em causa por comparação com alguns testemunhos que o autor considera dignos de mais confiança, por provirem de gente que está no arquipélago à data em que escreve, ou que conhece bem a realidade de que dá conta.

O ano de 1903 é um dos mais difíceis da História de Cabo Verde. Segundo os levantamentos de António Carreira, só nesse ano morreram, na colónia, mais de oito mil pessoas. Ao todo, entre 1901 e 1904, dezasseis mil cabo-verdianos desapareceram. A maioria, segundo os relatos que atravessaram o tempo, morreu de fome.

¹¹⁰ Andrade, Hypolitto O. da Costa, *op. cit.*

¹¹¹ Cf. João Nobre Oliveira, *op. cit.*, pp. 36-40.

Loff de Vasconcellos começa o seu apelo ao país, louvando a “*mais humanitária e gloriosa*” campanha, encabeçada pela Associação Comercial de Lisboa, para recolha e donativo de géneros ao povo de Cabo Verde, tentando “*salvar das garras da morte centenas de criaturas, que, sem esse recurso, pereceriam inevitável e fatalmente á fome*”.¹¹² Segundo diz, os cabo-verdianos morriam às dezenas por dia, numa “*agonia cruel e estripitosa*”,¹¹³ porque o governo português tinha feito muito pouco para o evitar, tentando mesmo convencer o país do contrário. Entre outras manobras políticas, Loff de Vasconcellos refere a publicação de um telegrama do governador da colónia, datado de 14 de Julho desse ano, em que o combate às consequências da seca parece estar a ser de grande utilidade, mantendo estabilizada a situação dos necessitados. O telegrama, transcrito no opúsculo, diz estarem a ser distribuídas mil e quinhentas refeições diárias à população chegada do interior à capital; garante haver leite para as crianças, albergues para os necessitados, assistência médica, trabalho nas obras públicas e, ainda assim, haver homens que preferem mendigar.

Com a transcrição de cartas de alguns amigos, enviadas de Cabo Verde na mesma data e na véspera do telegrama do governador, Loff de Vasconcellos não hesita em negar a veracidade das informações oficiais, acusando o poder na pessoa de Hintze Ribeiro, então ministro do ultramar:

*É uma responsabilidade gravíssima que o governo está assumindo perante o paiz (...) deixando morrer á fome milhares de súbditos portugueses n'uma colónia portuguesa. É um perfeito extermínio d'um povo. (...) A população de S. Thiago está morrendo, é por falta de providências a tempo. A foice da fome está devastando por dia cerca de oitenta pessoas. E tudo isto havendo nos cofres da província recursos para debellar esse sinistro flagello. É um crime, dos mais hediondos e repugnantes, o que se está passando n'essa colónia. Está aniquilada a província de Cabo Verde; reduziram-n'a, os seus algozes, a um montão de cadáveres (...). Reclame-se o apuramento e exija-se a responsabilidade de todos os factos.*¹¹⁴

Um relato da situação desse 14 de Julho dá conta de que o hospital não tinha lugar para toda a gente que chegava em macas ou nos braços dos polícias, apesar de todos os dias saírem umas seis ou sete pessoas para o cemitério; haveria centenas de crianças a vaguear abandonadas, anémicas e doentes; a população ambulante a viver ao ar livre nos arredores da Praia ultrapassaria as duas mil pessoas; segundo os dados de Vasconcellos, alguns cemitérios não tinham mais espaço disponível para os mortos e os enterros estavam já a ser feitos em valas; na ilha toda morreriam entre sessenta a oitenta cabo-verdianos por dia, e, os que tinham passado pelo hospital tinham a declaração de inanição como causa da morte assinada pelo médico; nas ruas encontravam-se muitos cadáveres.

Por tudo isto, e pelo conhecimento de rumores que dão conta da duvidosa distribuição dos dinheiros públicos, Loff de Vasconcellos não tem receio de acusar quem considera responsável pelo extermínio do povo de Cabo Verde:

¹¹² Vasconcellos, L. Loff de, *O Extermínio de Cabo Verde – pavorosas revelações*, Lisboa, Guimarães, Libânio & C.ia, 1903, p. 3.

¹¹³ *Idem*, p. 4.

¹¹⁴ *Idem*, pp. 6-7.

*Querem, está hoje absolutamente provado, a completa extinção d'esta raça, querem que Cabo-Verde se despovôe. Que triste systema de colonisar, próprio só de canibae. O que o governo da província informa para o ministerio, não se sabe ao certo. O que porèm, fazem constar, os que sempre acompanham o governador e que são manifestamente contra os naturaes e que não teem rebuço em declarar **que devem desaparecer**, esses dizem que o governador tem pedido providencias sobre providencias, mas que o ministério diz que nada dá e que os deixasse morrer. No telegrapho estabeleceu-se a censura e nenhum telegramma é expedido que descreva a fome ou que falle em mortalidade.*¹¹⁵

Directa e ousadamente, o homem que foi um convicto opositor do colonialismo tal como era praticado em Cabo Verde, concluía ser a realidade muito diferente daquela crise que Hintze Ribeiro declarara “*conjurada pelas providencias adoptadas pelo governo.*”¹¹⁶ Seria de esperar que, tendo passado pelo funcionalismo público, Loff de Vasconcellos tivesse sido afastado do Estado; não só o opúsculo denunciava, como transcrevia documentos que desmentiam os poderes da nação e, mais do que isso, exigia o apurar de responsabilidades! Terminava, pedindo à imprensa portuguesa que continuasse a “*santa cruzada*” a favor de Cabo Verde. A imprensa podia.

Embora em 1890 um decreto ditatorial atribuisse aos editores de periódicos penas severas e previsse o encerramento no caso de reincidência de delitos, e apesar de em 1896 o governo de Hintze Ribeiro mandar que a polícia apreendesse tudo o que criticasse as instituições monárquicas, em 1898 outra lei volta a dar algum fôlego à imprensa portuguesa. A publicação e circulação de opiniões que contrariassem os poderes têm, pois, de ser entendidas como possíveis durante estes curtos períodos mais permissivos que podem ser vistos como uma espécie de intervalos no ‘cuidado extremado’ das autoridades relativamente à imprensa.

Desde a liberdade instaurada pelos febris revolucionários de 1820, o Jornalismo da metrópole conheceu sobressaltos vários e trilhou caminhos, por vezes, pouco iluminados. A Constituição de 1822 não vigorou muito tempo. O descontentamento provocado pela independência do Brasil desacreditou os liberais, o movimento anticonstitucional ganhou força, e a censura conquistou, de novo, lugar. A Carta Constitucional outorgada a Portugal por D. Pedro, depois da morte de D. João VI, era bem mais conservadora do que a Constituição de 1822, apenas regulando a liberdade de imprensa no seu último artigo, e salvaguardando os castigos determinados pela lei para quem abusasse de tal liberdade.

A chegada de D. Miguel a Portugal vai, como seria de esperar, implicar uma pressão mais forte sobre os jornais. O período seguinte não é muito claro em matéria de liberdades e limites na escrita dos periódicos. Atentados à moral cristã, incitamentos à rebelião ou anarquia são seriamente ameaçados pela lei. Os princípios que regulam a liberdade de imprensa andarão à mercê das reviravoltas no poder, e o rebuliço em matéria de texto constitucional vigente não prolonga a estabilidade das regras que norteiam o Jornalismo.

¹¹⁵ *Idem*, pp. 9-10.

¹¹⁶ *Idem*, p. 14.

O ano de 1850 será um momento negro na história da imprensa, com a promulgação da Carta-de-Lei que ficaria conhecida pela Lei da Rolha, mas, por tão excessivamente repressivo e complexo na sua aplicação, o diploma é revogado logo no ano seguinte.

A segunda metade do século (1861-1889) admite o rotativismo partidário com consequências positivamente significativas para a livre circulação de ideias. Contudo, sob a ditadura de João Franco, em 1907, a Lei de Imprensa é revogada e, no seu lugar, o Decreto de 20 de Junho “*proíbe a circulação, exposição e qualquer forma de publicação atentatória da ordem e da segurança pública*”. No mesmo ano, outra lei institui o «Gabinete Negro» formado por agentes do Ministério Público encarregados de fiscalizar a imprensa.

Como em todas as épocas em que a comunicação é barrada, a necessidade de tornar público um assunto encontra caminhos alternativos. Com os jornais dominados, a força do silêncio imposto incentiva a imaginação; nesse mesmo ano de 1907, o povo de Cabo Verde aproveita a visita de D. Luiz Filipe ao arquipélago para, sem registo escrito ou tom reivindicativo, confrontar a autoridade máxima com as precisões das ilhas. É de José Bernardo Alfama a morna *Saudação Nhô D. Luiz Filipe*, cantada na recepção ao príncipe:

(...) *Nhô Dom Luiz Filipe!*

Nhô fazê um z'móla

Nhô deixa nês terra

Nem qu'ê só um scóla

(...) *Nhô Dom Luiz Filipe!*

Nhõ qu'ê branco fino

Câ nhô 'squecê di nês

*Nem di nês distino...*¹¹⁷

Os ideais republicanos tinham entretanto ganho uma força incontornável. Quando é derrubada a Monarquia, a política de informação segue por caminhos livres que a nova Constituição consagra, aproximando as práticas de expressão às permitidas pelo liberalismo vintista. A nova Lei de Imprensa instituía que não eram proibidos meios de discussão crítica de diplomas legislativos, de doutrinas políticas e religiosas, e de todos os que exerciam funções públicas. Pretendia, esta liberdade, permitir o esclarecimento e a preparação da opinião dos possíveis leitores.

Por esses dias de ares politicamente renovados, *A Voz de Cabo Verde* faz questão de lembrar aos seus leitores a força da palavra multiplicada com um exemplo da França do século XIX; no mesmo dia em que o rei quis silenciar a imprensa, encerrando os prelos e as redacções, um texto de resistência impresso e rapidamente divulgado fez levantar barricadas, cair o governo e fugir o rei.¹¹⁸

Serão, no entanto, tomadas medidas que tentam acautelar a conturbação dos tempos; é lançado um decreto que proíbe a venda de publicações pornográficas ou “*redigidas em linguagem despejada e provocadora*”; outro

¹¹⁷ Silva, Alveno Figueiredo e, *Aspectos político-sociais na música de Cabo Verde do século XX*, Praia-Mindelo, Instituto Camões, Centro Cultural Português, p. 20.

¹¹⁸ *A Voz de Cabo Verde*, N° 2, Praia, 8 de Março de 1911, p. 1.

define penas para quem desrespeitar publicamente a bandeira nacional; a apreensão de periódicos que atentassem, pela linguagem, contra a ordem e tranquilidade públicas passa a estar prevista, bem como multas e prisão para quem instigasse os portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares.¹¹⁹

Ao mesmo tempo que estas fortes mudanças políticas sacodem a metrópole, em 1912, Cabo Verde parece respirar o mesmo ar, apesar de tudo, republicaneamente novo que varre Lisboa. As famílias dominantes economicamente, pouco instruídas e agora decadentes, vão sendo lentamente substituídas por uma nova classe que já passou pelos bancos do Seminário de S. Nicolau e se instala nos centros urbanos, dedicando-se ao comércio, ou entregue à função pública. Deste grupo em ascensão vão sair muitos dos jornalistas do arquipélago e também a maioria dos seus leitores.

A imprensa das ilhas move-se então entre o relato de situações que considera menos apropriadas e a denúncia do que, aos olhos de quem escreve, pode ser ou é grave para Cabo Verde.

Nesse espírito, *O Independente – Folha Quinzenal republicana dedicada aos interesses da província de Cabo Verde*¹²⁰ – inclui, num dos seus primeiros números, um artigo de um leitor/colaborador que alerta para os perigos e injustiças envolvidos na emigração para S. Tomé; haveria relatos e provas de que os donos das roças não estavam a cumprir com o pagamento aos contratados que seguiam de Cabo Verde. O texto desenrola-se por baixo do título «Para Ponderar» e leva o redactor e editor do jornal a comprometer-se com os leitores na divulgação de tudo o que de importante for surgindo relativamente ao assunto, já que:

*O Independente “não anda – dil-o o seu nome – adstrito a partido algum, e só cuida dos interesses da província e da defeza dos oprimidos, não largará a questão, expondo-a conforme souber, mas sempre com sinceridade.”*¹²¹

Da mesma forma empenhada com que abre as suas quatro páginas às considerações dos leitores, *O Independente* demora-se no que é um real problema do arquipélago – «Chuvas e Arborização» pede a atenção do Governo da Província para as missões agronómicas que, em vez de continuarem a tentar aclimatar plantas do norte em chão seco, devem poupar tempo e dinheiro, trazendo para as ilhas árvores úteis e capazes de suportar a seca. A crítica aos estudos na área em questão está implícita, tal como no artigo «O Empréstimo», em que o redactor se insurge, sem meias-palavras, contra a falta de informação de como vai sendo aplicado o dinheiro pedido à metrópole, e de como isso vai aumentando os encargos da colónia que continua a ser descurada por Lisboa.

Duas semanas depois, *O Independente* volta à carga; em S. Filipe, no Fogo, a escassez de água está a causar o racionamento – 1 litro diário por habitante numa ilha que, segundo dizem, é das que mais contribuem para os cofres do Estado:

¹¹⁹ Cf. Graça Franco, *A Censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 21-39.

¹²⁰ Não se trata do mesmo jornal que inaugurou a imprensa não-oficial de Cabo Verde. Este, a que aqui fazemos referência, circulou entre 1912 e 1913.

¹²¹ *O Independente*, Praia, 15 de Fevereiro de 1912, p. 2.

*Urge que o Fogo saia do abandono a que tem sido votado. Exige-o o decoro da propria República.*¹²²

A apologia da mulher e da necessidade de instruí-la, na metrópole como nas colónias, e a notícia das violentas greves que agitam Portugal continuam a deixar ver no quinzenário uma postura decidida em termos de formação cívica e uma atitude seriamente informativa. Em Lisboa tinha sido decretado o Estado de Sítio, tal era a proporção das manifestações que recorreram a bombas, pararam o trânsito da capital, feriram gente e levaram à prisão várias pessoas. A Guarda Republicana e as tropas tinham sido afrontadas. Ao que parece, tudo terá decorrido de uma onda de solidariedade para com os “*rurales de Évora*”, organizada pela União dos Sindicatos. E *O Independente* não usou de falas macias para dourar o clima da metrópole.

O mesmo número do jornal inclui críticas violentas à contínua transferência de funcionários públicos por compadrios e amizades, e à burocracia sem fim que rodeia os trabalhos nos caminhos das ilhas; pede a reforma imediata da pauta aduaneira que estabelece altos direitos sobre os géneros de 1ª necessidade, e a extinção da obrigatoriedade de passaporte para circular entre as colónias portuguesas; que a descentralização administrativa seja um facto, e que se mandem publicar relatórios dos directores de repartições no *Boletim Oficial* para se apurar o valor de cada um e a sua dedicação à província que os sustenta.

No dia 12 de Maio do mesmo ano de 1912, *O Independente* há-de falar no “*morticínio dos cerca de vinte mil caboverdeanos pelos horrores da fome*” durante os difíceis anos de 1901 a 1904. Esse episódio foi, segundo o jornal, “*uma das mais trágicas e horrendamente vergonhosas páginas da história da administração colonial*”¹²³. O artigo chamar-se-á «A CRISE» [em maiúsculas no original] e será uma sensata reflexão sobre as precauções a tomar, pela administração central, no estabelecimento de medidas que visem combater a nova crise que bate à porta:

a crise é inevitável e os horrores da fome já se vão sentindo. Sobre o governo provincial incide, pois, n’esta conjuntura, graves responsabilidades, que lhe incumbe arcar de frente e serenamente.

*De resto, é nas ocasiões difíceis que se evidenciam as qualidades dos chefes, como é na maneira de debellar o mal – sem desfalecimentos que desmoralisem, nem precipitações que comprometam – que se reconhece o seu valor.*¹²⁴

O jornal está, pois, atento à governação da colónia. Com poucos periódicos em circulação no arquipélago até à data, é notória a função de ‘fiscalização’ que a imprensa assume perante os poderes. Um papel que será o dela ao longo da História, quando livre e independente (há que pesar-se a relatividade do termo) em termos políticos. Sem avançarmos por essa designação fácil que é a de 4º poder, não deixamos de admitir aos jornais essa tarefa de controlo da vida social.

¹²² *Idem*, 29 de Fevereiro de 1912, p. 3.

¹²³ *Idem*, 12 de Maio de 1912, p. 2.

¹²⁴ *Ibidem*.

Em data posterior e, porque houvesse boatos ou acusações, mesmo, de falta de independência política a *O Independente*, o jornal ocupa duas colunas inteiras da 2ª página, refutando o que considera calúnias e reforçando a sua posição de defesa da sociedade cabo-verdiana contra interesses diversos. O artigo chama-se «A Nossa Attitude» e começa por afirmar que, quando iniciou a sua publicação, havia já a certeza de que muitos obstáculos se levantariam contra a franqueza que postulavam. É para confirmar a sua posição de independência que escreve:

*Mudar de attitude, isto é, seguir na esteira do que outrem dissesse, para applaudir; renunciar á livre crítica, subordinar o pensamento próprio ao alheio, equivale a uma abdicação. E O INDEPENDENTE não abdica. Aceitar, como directriz de acção, o ódio e a peçonha, seria o suicídio. E O INDEPENDENTE não se suicida.*¹²⁵

O Independente ousará tocar em todas as feridas que julgue convenientes para elucidar os cidadãos, desenvolvendo-lhes o espírito crítico. Não serão de estranhar, por isso, as críticas claras, não só à actuação dos poderes locais, como também ao governo central, desacreditado por marés de corrupção e penúria que faziam aumentar a dívida pública e que arrancavam ao jornal juízo de má administração.¹²⁶

Duas ou três edições de um quinzenário de quatro páginas bastam, pois, para mostrar que, em princípios do século XX, Cabo Verde sabe para que servem e como se fazem jornais. Na inclusão dos pequenos problemas quotidianos ao lado das grandes questões decisivas; no dar voz a quem tem visão esclarecida, e no relato do que vai contra a harmonia desejada, revela-se a opinião da elite que escreve. Mais do que isso, o jornal empenha-se na denúncia.

Pela imprensa, em geral, grassa a consciência do seu poder, mas acima de tudo, da sua função reguladora da sociedade. *A Voz de Cabo Verde* insiste em vincar, junto dos leitores, o seu papel, ainda que nem sempre cabalmente desempenhado por motivos ‘de força maior’:

*Em qualquer recanto do mundo civilizado, é, o Jornal, um drástico depurador: regula as funções do organismo social; purga-o de humores tóxicos; lava-o de impurezas; corrige-lhe os aleijões; lanceta-lhe os bubões: eleva-o sobre os atascadeiros (...) – entre nós, porém, Ex.mo Senhor, ela, a Imprensa, mais não tem podido ser que uma firma desacreditada, uma infeliz às bolandas entre a fome quotidiana e a polícia correcional, sempre entalada (e quasi sempre seriamente!) entre uma promoção do senhor doutor delegado, e um arrepiante franzir de sobranceiras do próprio senhor governador.*¹²⁷

É preciso ter em conta que *A Voz de Cabo Verde* era um jornal privado e com tipografia própria, não dependendo, por isso, dos suportes técnicos oficiais para circular. Nesse estatuto residia a independência que mantinha face ao governo, e que lhe mereceu uma vasta concorrência.

¹²⁵ *Idem*, 12 de Julho de 1912, p. 3.

¹²⁶ *Idem*, 12 Abril de 1913, p. 1.

¹²⁷ «A Imprensa Cabo-Verdiana», in *A Voz de Cabo Verde*, N° 151, Praia, 6 de Julho de 1914, p. 1.

No entanto, em períodos de indefinição política, a liberdade dura pouco; a participação portuguesa na guerra de 1914-18 volta a instituir a censura prévia, ainda que apenas para questões militares, e os espaços onde tivesse sido cortado algo eram deixados em branco.

Incompatível com os ideais democráticos saídos de 5 de Outubro, a censura prévia foi abolida no fim da I Guerra.

Aproveitando as pequenas brechas de liberdade que deixavam respirar a informação, os retratos de Cabo Verde que chegavam a público eram dramáticos; César Augusto de Sá Nogueira, director e colaborador de vários periódicos, escrevia este telegrama n' *A Acção* em 1921:

*População – Ilha – Santiago – extingue-se – pela fome. – Média – mortalidade – diária – Praia – trinta – interior – acima cinquenta. – Pelos – caminhos – campos – cadáveres – insepultos – servem – pasto – cães – corvos. – Mães – falta – gente – conduzem – braços – filhos – mortos – cemitério. – Precisam-se – providências – prontas – enérgicas – violentas – para – salvar – resto – população – aliás – nada – escapará – nem – honra – até – casos – antropofagia – há.*¹²⁸

Mas, a partir de 1926, Portugal estará sob ditadura militar. A lei diz que “*A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia*”. Mas há algumas limitações:

*“É proibido, sob pena de prisão correccional e multa correspondente, afixar ou expor nas paredes ou em quaisquer outros lugares públicos, pôr à venda ou vender, ou por outra forma espalhar pelo público, cartazes, anúncios, avisos e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que contenham ultraje às instituições republicanas, ou injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República ou Governador da colónia, no exercício das suas funções ou fora dele, ou que aconselhem, instiguem ou provoquem os cidadãos portugueses a faltar ao cumprimento dos seus deveres militares ou ao cometimento de actos atentatórios da integridade ou independência da Pátria ou contenham boato ou informação capazes de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado ou que contenham afirmação ofensiva da dignidade ou do decoro nacional, ou ainda algumas das ofensas previstas nos artigos (...) e bem assim quaisquer publicações pornográficas ou redigidas em linguagem despejada ou provocadora contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade pública.”*¹²⁹

Em 1928, Óscar Carmona é eleito presidente por sufrágio universal, e a ditadura nacional assenta praça na capital do império. Em 1933, é referendada uma nova Constituição e nasce o Estado Novo. O regime político autoritário e corporativista de Estado vigorará em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde 1933 até 1974.

¹²⁸ *Apud* Manuel Brito-Semedo, *op. cit.*, p. 225.

¹²⁹ Dec. Nº 12:271, transcrito no *Boletim Oficial do Governo da província de Cabo Verde*, Nº 43, 23 Outubro de 1926, Cap. II, art. 9º.

Em Lisboa como em Timor, em Macau como em Cabo Verde, o tempo será de silêncio. Durante mais de quatro décadas, o medo das palavras dominará o império. As queixas, a indignação, a revolta ou apenas a verdade dura sobreviverão nas entrelinhas, na clandestinidade ameaçada com torturas e exílios.

Salazar terá dito que “*politicamente só existe aquilo que o público sabe que existe*”.¹³⁰ A verdade era, de uma forma simples, a do regime. Os espaços em branco determinados pela censura prévia foram banidos da imprensa para que ninguém, além de jornalistas e tipógrafos, detectasse a acção arrasadora dos censores. As prisões estavam cheias de jornalistas.

Costuma dividir-se a actividade jornalística de Cabo Verde por períodos que correspondem a fases de produção jornalística mais ou menos contínua, seguindo as directrizes dos vários contextos históricos que a foram moldando. Assim, no entender de João Nobre de Oliveira, teríamos um primeiro tempo que vai de 1877, o ano de lançamento d’ *O Independente* (o primeiro jornal cabo-verdiano com este nome), a 1883. As publicações periódicas estão sedeadas na Praia. Entre os sete jornais que existem neste período, será de referir também *A Imprensa*, um jornal inicialmente conotado com o poder, mas que se tornou, depois, tão violento na divulgação dos males do arquipélago, que passou a ser considerado cáustico e panfletário.

A segunda época da imprensa cabo-verdiana é a mais curta; situa-se entre 1899 e 1904, e coincide com uma das piores crises de fome das ilhas (1900 – 1903). A escrita passou a ser dominada pelo Mindelo.

O terceiro período é o mais longo – de 1911 a 1924, quase acertando com a duração da 1ª república portuguesa que acabará em 1926. Algumas tipografias particulares vão conseguindo assegurar certa independência política, o que vale aos jornais alguma oposição por parte do poder. É assim que aparecem, com apoio do governo, diversos periódicos distribuídos por várias ilhas do arquipélago – Santiago, Brava, Fogo e S. Vicente como que para ‘distrair as atenções’. Este terá sido, segundo diz João Nobre de Oliveira, o período mais brilhante do jornalismo cabo-verdiano.

De 1931 a 1936 a imprensa já será muito diferente. Portugal e, por inerência, as suas colónias, estarão sob a mão pesada de uma ditadura que por várias décadas censurará tudo quanto for escrito nos jornais. O jornalismo possível volta para o Mindelo, onde, apesar de tudo, proliferam publicações académicas e literárias. Serão as alternativas permitidas. 1936 é o ano de estreia da *Clareza – Revista de Artes e Letras*, a publicação considerada pioneira do modernismo cabo-verdiano. O *Notícias de Cabo Verde* vai dominar esta fase e, pela longevidade imbatível até ao momento, toda a história da imprensa do arquipélago também. Mas

*a linguagem dos jornais é moderada, dando mais atenção às informações inócuas e menos às denúncias políticas, escrevendo mais artigos sobre a situação no estrangeiro (até sobre temas que nada dizem respeito à província) do que sobre a situação interna. Enfim, os velhos guerreiros de outrora refugiam-se na literatura.*¹³¹

Em cada publicação, o carimbo ‘Visado pela Censura’ lembra que acabaram as verdades inconvenientes. Já não haverá discursos pujantes, nem artigos incómodos. A realidade do arquipélago será, apesar de tudo, mais

¹³⁰ Letria, José Jorge, e Goulão, José, *op. cit.*, p. 33.

¹³¹ Oliveira, João Nobre de, *op. cit.*, p. 25.

fielmente reflectida pelo realismo da poesia e da prosa emergentes do que por uma imprensa macia e obediente que se manterá subjugada pelos poderes. Passando por cima da suposta libertação alcançada com a independência do país, em 1975, Nobre de Oliveira só considera poder falar-se de uma nova fase jornalística em Cabo Verde a partir de 1990, na sequência da abertura política decidida pelo P.A.I.C.V.

2.2 Deslocação da opinião interventiva

No mesmo ano em que se instala a ditadura militar, o decreto que regula a actividade da imprensa é publicado, na íntegra, no *Boletim Oficial de Cabo Verde*:

*Considerando que é absolutamente preciso obstar, o que todas as nações coloniais fizeram, a que nas colónias se possa estabelecer uma imprensa que, não estando à altura da sua elevada missão, possa vir a constituir um verdadeiro perigo social: (...) Ficam revogadas todas as leis sôbre liberdade de imprensa e mais legislação em contrário.*¹³²

O Ministro das Colónias, João Belo, manda que se cumpra.

Será então a vez dos livros. Bebendo nos ambientes de cada pedaço do império, muitos homens pegam na caneta para dizer o que vêem, o que vivem e vêem viver. Com imaginação, arte, realismo e maior ou menor intenção de denúncia. Mas denunciando com a ficção.

Seguindo, pois, o caminho possível, em Cabo Verde – o caso que aqui nos interessa e que não diferirá muito do que aconteceu onde a censura tomou conta de tudo quanto se dizia e escrevia - a denúncia estará nas mãos dos homens que, na imprensa, não tiveram espaço (leia-se liberdade) para dizer o que era mais importante. O que era, de facto, importante. Mas são eles que, em publicações alternativas, puxando pelas razões regionalistas, trazem a lume o problema de Cabo Verde - o “*nosso problema*”, como explicava Baltasar Lopes em 1956. Era o problema da formação social das ilhas, o estudo das raízes.¹³³

Apesar de se considerar, por vezes, que, até aos anos 50 do século XX, não houve, em Cabo Verde, uma literatura de crítica anti-colonial, e muito menos de cobertura do processo de libertação nacional; pesem embora todos os julgamentos que condenaram os novos denunciadores do arquipélago por passividade semi-oculta em delírios de promoção pessoal; durante algumas décadas, estes homens deixam de ser apenas os ilhéus esclarecidos, ainda que forçosamente tolerantes, e passam a denunciadores, numa atitude coerente com a que se espera de uma elite instruída e, de alguma forma, portadora dos interesses da população que representa. A contenção foi uma óbvia e irremediável exigência dos tempos. Arrastar problemas reais, suavizados e ocultados pelo poder político, para a Literatura, foi já acto de coragem, merecedor de admiração, pelo menos.

¹³² Dec. Nº 12:271.

¹³³ *Apud* Manuel Ferreira, *No reino de caliban I*, 1º volume, 4ª ed., Lisboa, Plátano Editora, 1997, p. 85.

À definição que reconhece uma geração literária onde há partilha de um projecto estético-literário resultante de um dado contexto histórico e social,¹³⁴ não abdicaremos, no caso de Cabo Verde, de lembrar a firme decisão de denúncia sobre a qual assenta esse projecto começado por Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Baltasar Lopes, e continuado por Teixeira de Sousa e Gabriel Mariano, entre outros.

Evidentemente que não se tratou de um projecto anunciado em todas as suas dimensões. A hora não era de falar alto, mas, apesar de todas as reservas com que se discute a essência nacionalista da *Claridade*, será esse grupo sempre associado à procura da alma de Cabo Verde, a geração (talvez se possa falar em mais do que uma) a quem cabe, por largo tempo, completar a imprensa, registando a História do futuro país. À intenção de exaltar o que era intrinsecamente cabo-verdiano, seremos obrigados a juntar a inteligente e audaz capacidade de furar a ‘rolha’ que sufocava o pensamento independente e a livre comunicação das ideias.

Não se trata de encontrar um novo propósito ou extensão de objectivos para o trabalho da *Claridade*. A verdade é que são, em grande medida, os escritores ‘claridosos’ que afirmam dores e passam os protestos para fora do arquipélago, intencional e concertadamente. Apenas tinham de esconder os seus propósitos. Muito mais tarde, em tempos de expressão libertada, Baltasar Lopes admitiria sem reservas:

*Tínhamos de intervir. Mas, na óbvia impossibilidade de emprego de meios de acção directa, que opção nos restava? Também obviamente seria a imprensa a nossa arma. Todavia, para nós não existia em Cabo Verde imprensa no sentido jornalístico da palavra. Nestes termos, o caminho possível seria criarmos a imprensa, mediante a fundação de um jornal, que seria o nosso órgão de combate.*¹³⁵

Pode pôr-se aqui uma questão – a da identidade dessa revista, a *Claridade*. Se as limitações legais à liberdade de expressão não permitiam que houvesse uma imprensa “no sentido jornalístico da palavra”, então uma revista literária poderia servir também(?) de veículo ‘oficial’ de parte das notícias que ficava fora dos jornais. A lei de João Belo estipulava como imprensa periódica ou periódicos “todas as publicações que não tratem exclusivamente de assuntos científicos, literários, artísticos ou religiosos”.¹³⁶ Ora isso terá, talvez, contribuído para que os olhos da censura estivessem mais fixos noutros jornais, onde a actualidade tivesse lugar esperado.

De outra forma (e salvo autorizações pedidas e concedidas, a que não encontrámos referência alguma), como poderia a *Claridade* abrir o 1º número, com “*lantuna & 2 motivos de finaçom*” (‘*M pidi Nhôr-Dés/pê cá matam muto nobo/nem pê cá matam bedjo di-más...*’), e o Nº 2 com uma morna de B.Leza? O decreto Nº 12:271 previa que:

¹³⁴ Cf. Vítor Aguiar e Silva, *op. cit.*, p. 427.

¹³⁵ Lopes, Baltasar, «Depoimento», in *Claridade – revista de arte e letras*, 2ª ed. facsimilada (Março 1936 - Dezembro 1960), Linda-a-Velha, ALAC, 1986.

¹³⁶ Decreto Nº 12:271, Cap. I, Art. 1.º

A publicação em qualquer colónia de periódicos escritos, no todo ou em parte, em língua indígena ou estrangeira só pode fazer-se com prévia autorização do Governador da Colónia ouvido o Conselho Executivo.¹³⁷

E, tranquilamente, a revista começava o seu percurso em crioulo, parecendo em nada ofender as disposições legais que apontavam em sentido contrário.

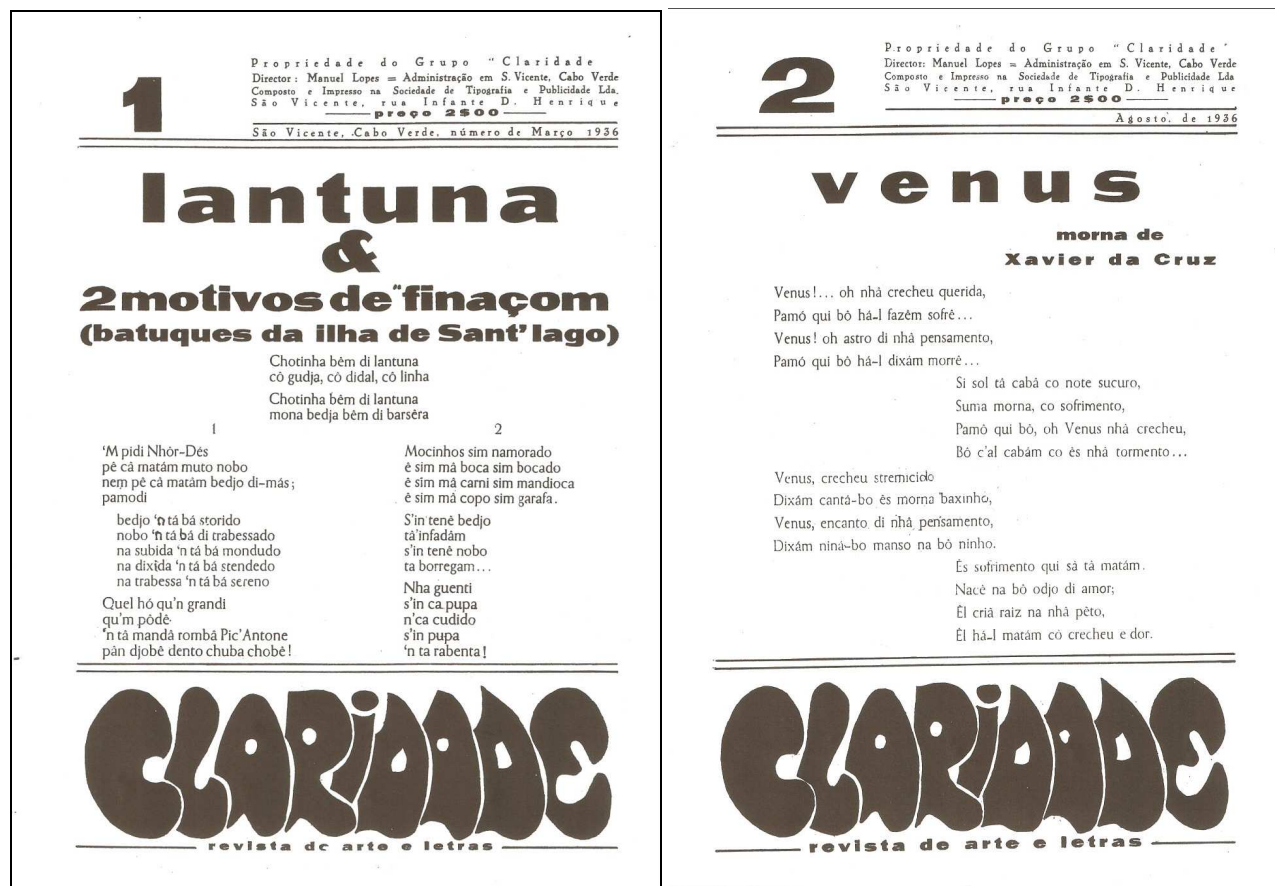


Fig. 2 – Revista *Claridade*.

Mas, apesar de folha literária quase considerada um ‘não-periódico’ pela designação que a lei estabelecia, por um lado, e, por outro, pela falta de regularidade na publicação,¹³⁸ a revista era, mesmo assim, portadora do carimbo “Visado pela censura” – algo que não deveriam ter perdido de vista os que mais tarde criticaram, nesta geração, o conformismo.

Aliás, Baltasar Lopes que, no entender de Alberto Carvalho, deve ser visto como a alma vertebradora da *Claridade*,¹³⁹ faz questão de lembrar essa limitação político-literária que lhe inviabilizou a publicação, na revista, de um conto - «A Caderneta»; a estória incluía uma antiga prostituta que deveria, por uma questão de

¹³⁷ *Idem*, Cap. II, Art. 9.º

¹³⁸ Isso mesmo se assumiu na capa do Nº 4, em 1947.

¹³⁹ Cf. Alberto Carvalho, «De Baltasar Lopes, a Obra e o Homem», in *Revista ICALP*, vols.16 e 17, Junho-Setembro de 1989, p. 249.

controlo sanitário, continuar a apresentar-se no hospital, mesmo depois de há muito ter abandonado a actividade:

*Pois bem, não foi permitida a sua publicação, que eu pretendia, num dos números de Claridade, decerto para se não ficar sabendo que em Cabo Verde havia prostituição.*¹⁴⁰

Poemas, contos e considerações literárias iam aguilhoando o real que só figurava, em parte, nas publicações periódicas que se esperavam informativas. Diria o mesmo Baltasar Lopes, décadas depois:

*Estávamos em profundo desacordo com a forma como isto corria e com a ditadura que governava em Portugal e, portanto, aqui também. Era um jornal de oposição.*¹⁴¹

Cremos não se dever entender esta oposição de que fala Baltasar Lopes como um combate meramente político. A assumpção da diferença cultural por parte dos ‘claridosos’ implica algo mais profundo do que uma perspectiva diferente de gestão política do arquipélago. A afirmação, através da revista, de uma identidade cultural própria demarca-se também, em nosso entender, da ostentação de costumes diversos dentro do grupo luso; nesse caso pareceria oportuno falar-se de regionalismo. Mas, se a diferença se proclama, não em termos de variantes diferentes da mesma cultura, mas como outra cultura, o corte parece profundo demais para que se fale em especificidades regionais. Também, por isso, acreditamos, chamaram à *Claridade* um dos primeiros movimentos nacionalistas cabo-verdianos.¹⁴² É de esperar que as construções políticas, económicas, religiosas e sociais que regulam um povo assentem na sua cultura. A unidade coerente que liga e torna comunicantes essas construções será, no seu princípio, cultural. Nessa perspectiva, não parece absurdo falar-se de um propósito nacionalista por detrás dos escritos da *Claridade*

No combate que aqui reconhecemos como tal, os ‘claridosos’ serviram-se, sobretudo, do português, o que alguns, como Onésimo Silveira, acharam vício de uma cultura europeizada e limitadora da verdade caboverdiana.¹⁴³ Mas parece claro que, se denúncia implica divulgação de algo, o crioulo não responderia a esse objectivo, uma vez que apenas seria eficaz ‘dentro de portas’. Ora, não era no arquipélago que se buscava a principal ajuda necessária. Era preciso chegar mais longe, onde o julgamento público em maior escala, ainda que silencioso, tivesse poder de coacção sobre as autoridades. No esforço cauteloso de atingir esse fim, os ‘claridosos’ não podiam optar pelo discurso incendiado, por inflamadas palavras que conduzissem à revolta, mas pela discrição inteligente. Se a via que encontraram pode ser vista como pouco prática no sentido do imediatismo, isso deveu-se à inexistência de outros caminhos; os estudos honestos foram reservados a

¹⁴⁰ Lopes, Baltasar, «Palavras prévias», in *Publicação Comemorativa do Cinquentenário de Claridade – Revista de Artes e Letras*, Cabo Verde, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986, p.XV.

¹⁴¹ Lopes, Baltasar, in Laban, Michel, *op. cit.*, p.25.

¹⁴² Santos, Elsa Rodrigues dos, «Revisitar Jorge Barbosa», in *Obra Poética de Jorge Barbosa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Associação Cabo-Verdiana de Escritores, 2002, p. 14.

¹⁴³ Cf. Onésimo Silveira, *Conscencialização da literatura caboverdiana*, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1963, pp. 9-25.

arquivos sombrios; alertas brandos ficavam sem resposta; manifestações públicas de desagrado tinham a sorte dos jornais vigiados pela censura. A denúncia fazia-se da única forma possível; nos apontamentos breves, contos, mornas e poemas de uma revista literária ou nos próprios livros que a censura catalogava como ficção. Por ser a única fuga ao silêncio obrigatório, a Literatura não tinha apenas a oportunidade de registar os dias reais do arquipélago; tinha essa obrigação. Amílcar Cabral exigia que os poetas falassem pelo povo e representassem a terra. Que escrevessem transcendendo o sonho de evasão:

*O sonho tem de ser outro, [o de outra terra dentro da nossa terra] e aos poetas – os que continuam de mãos dadas com o povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum – compete cantá-lo.*¹⁴⁴

À ficção é entregue o trabalho que deveria, numa sociedade livre, ser também e, sobretudo, da imprensa. Incumbência séria, os homens de letras não deixaram de tomá-la com a força de resistentes cúmplices. Não será estranho, por isso, abirmos livros que estudam a imprensa do arquipélago (*A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa*, por exemplo,) e encontrarmos poemas a documentar factos e acontecimentos ao lado de actas de uma Câmara Municipal ou de uma Associação Comercial.¹⁴⁵

Aquele que é hoje o esperado registo das notícias não podia, na época em causa, assentar tudo aquilo de que se iam fazendo os dias de Cabo Verde, das outras colónias ou da metrópole. Em Fevereiro de 1946 era entregue ao presidente da República de Portugal um abaixo-assinado com mais de 230 nomes, pedindo que:

*seja imediatamente publicada e posta em vigor a lei de imprensa prometida pelo Governo, com as garantias indispensáveis à livre, responsável e digna expressão do pensamento, eliminando definitivamente o regime de censura a que estamos ainda submetidos.*¹⁴⁶

Assinavam o documento, alguns colaboradores da imprensa portuguesa. Entre eles, Aquilino Ribeiro, José Régio, Adolfo Casais Monteiro, Rodrigues Lapa, Raul Rego e Maria Lamas. Mas ainda faltava muito para que as páginas dos jornais chegassem a aproximar-se da liberdade com que se escreviam romances, poesias e contos. Tudo o que saísse do universo ficcional era trespassado de cuidados impostos na divulgação da informação. Mesmo os estudos considerados científicos reconheciam os seus limites e respeitavam-nos: em 1959, nos Colóquios Cabo-Verdianos organizados pelo Centro de estudos políticos e sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Bacellar Bebiano apresentava «Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde». Antes de enumerar as fontes produtivas do arquipélago, analisar dados

¹⁴⁴ Cabral, Amílcar, «Apontamentos sobre a Poesia caboverdiana», (apareceu pela primeira vez no *Boletim de Propaganda e Informação* III, Nº 28, 1 de Janeiro de 1952), disponível em: <http://www.unb.br/il/liv/public/amilcar.htm>

¹⁴⁵ Ver pp. 286-294: «Nocturnos», de Manuel Lopes, e «Sanvênte já Cabá na Nada», de Sérgio Frusoni surgem a atestar a decadência do Porto Grande, 4 páginas à frente de um gráfico baseado em números divulgados pela imprensa sobre o mesmo assunto.

¹⁴⁶ *Imprensa censura e liberdade – 5 séculos de História*, Catálogo da Exposição no Palácio Foz (Lisboa), Porto, Instituto da Comunicação Social e Museu Nacional da Imprensa, Abril de 1999, p. 82.

estatísticos relativos à navegação e às receitas orçamentais; antes de comparar salários dos servidores do Estado em Cabo Verde e nas outras províncias ultramarinas, esclarecia o autor:

*como os problemas fundamentais cabo-verdianos são pouco conhecidos na Metrópole (...) Tenho ideias que julgo valer a pena expor e discutir, para que seja possível fazer chegar ao Governo algumas sugestões, baseadas no conhecimento directo que possuem aqueles que aqui se reuniram, e que, com tanto entusiasmo e esperança anseiam vivamente que sejam postas em prática certas medidas que possam contribuir para ressuscitar o «lázaro».*¹⁴⁷

Interessa-nos aqui focar a atenção nos casos em que Literatura e Jornalismo são movidos por um mesmo objectivo de crítica que leva factos reais ao centro de teias aparentemente ficcionais. A censura é o contexto frequente desse encontro de intenções das duas formas de escrita.

Ainda que as regras sejam claras e a diferenciação das missões aponte caminhos separados, a necessidade de comunicar, de fazer circular uma mensagem, pode conduzir ao enlace da Literatura e do Jornalismo. No objectivo de divulgação, primeiro; nas formas e no estilo, depois. A deslocação das vozes que se faziam ouvir livremente nos jornais, para as páginas dos livros será, mais do que uma ocorrência, uma missão assumida por quase todos os homens que formavam essa elite ‘conselheira’ do poder.

Quando Onésimo Silveira publica *Conscencialização na Literatura Caboverdiana* faz talvez a mais demolidora apreciação da história da crítica literária de Cabo Verde. Os alvos são os escritores da geração da *Clareza*, mas, independentemente da (in)justiça dessas páginas, o autor toca em alguns pontos que aqui são relevantes para reforçar a pouca consistência dessa linha que divide, muitas vezes, os textos jornalísticos e literários.

Assumidamente contrariado pelas características de uma literatura que representou, e representa, dentro e fora do arquipélago, parte considerável da identidade de um povo, Onésimo Silveira defende o empenho numa escrita que traduza “*uma conscencialização com raízes no húmus étnico-social caboverdiano*”.¹⁴⁸ Ora, a intenção não se mostra revolucionária, 30 anos depois de anunciado o propósito de fincar os pés no chão das ilhas, por parte de Manuel Lopes, Baltasar Lopes e Jorge Barbosa, entre muitos outros.

Que a literatura cabo-verdiana estava “*profundamente ferida de inautenticidade*”; que se tornou em título de prestígio de uma elite e não “*em força ao serviço de Cabo Verde e suas gentes*”; que era uma consequência óbvia da estilística das línguas e do formalismo gramatical propagados pelo seminário de São Nicolau; que traduzia uma “*mentalidade retoricista de comprazimento em subtilezas verbais*”; que se afastou do povo embora se servisse dele - estes eram alguns dos comentários de quem entendia por consciencialização a intervenção no processo social, tanto no momento da criação literária, como no da acção prática.¹⁴⁹

¹⁴⁷ *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959, p. 145.

¹⁴⁸ Silveira, Onésimo, *op. cit.*, p. 7.

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 8-9.

Não nos detendo nas considerações que levaram o autor a esta conclusão, importará questionar a missão imposta aos escritores. Na linha de pensamento de Onésimo Silveira, o escritor ‘consciencializado’ parece não poder ficcionar a realidade, desigualando-a de si própria para transmitir uma mensagem. Apenas as descrições cruas e reivindicativas caberão no testemunho válido de um tempo, porque será apenas isso o que da escrita se espera. As descrições paisagísticas de momentos cristalizados, como chama à maioria do trabalho dos seus contemporâneos, não terão outra função para lá da auto-satisfação contida num exercício poeticamente retórico, o que é reprovado por Onésimo Silveira, que insiste na obrigatoriedade de os escritores demonstrarem uma vontade explícita de denúncia.

Sem nos fixarmos agora na evidência dessa vontade, podemos, no entanto, reflectir sobre esta forma pouco democrática de encarar a Literatura como opção do homem cabo-verdiano – entendimento compreensivelmente derivado da ausência de democracia num plano mais vasto do que apenas o das letras. Esta perspectiva remete-nos para a escrita como uma missão clara, sem espera de reconhecimento pessoal:

*Propõem-se os «novos» fazer da **arte literária** uma projecção intencionalmente **combativa** da problemática do ilhéu, em relação a quem se sentem investidos de uma **missão que transcende o seu destino individual** (...). Entendemos que no presente estágio de evolução do homem caboverdiano (dominado por pesados lastros materiais) **não pode o intelectual representante entregar-se à actividade lúdica** em que consiste essa arte. Infelizmente não chegou ainda a hora do jogo diversivo.¹⁵⁰*

Haverá então esse encargo de combate na arte/missão de escrever. Um encargo que só se entende pesar sobre os escritores se não houver uma imprensa que desempenhe tal papel. Tolhida esta pela censura, resta o caminho dos livros e das publicações culturais. Mas nem seria preciso indicá-lo; de formas distintas, os intelectuais do arquipélago iam tomando em mãos essa tarefa de expressar Cabo Verde, em todas as suas dimensões. Diz Manuel Ferreira:

Eu sou partidário de uma literatura social e é na literatura social que me sinto melhor – romance social neste caso – na ficção. (...) Porque tenho também esta visão, esta posição que é a participação, quer dizer, isto é, a acção participativa da literatura na sociedade.¹⁵¹

Embora pertencendo a um grupo literário posterior e, necessariamente, diferente do da *Claridade*, Onésimo Silveira será sempre visto como um dos mais intempestivos e radicais membros do *Suplemento Cultural* – publicação que, no final da década de 50, queria continuar a revelação da cabo-verdianidade, ainda que de forma mais visível e intensa. Terá sido de tal forma evidente o propósito de exprimir “*com fidelidade, na Poesia, na Ficção, no Ensaio*” a “*realidade muito viva*”¹⁵² de Cabo Verde, como anunciava, na nota de abertura, Carlos Alberto Monteiro Leite, que o *Suplemento* não passou do primeiro número, por esperada

¹⁵⁰ *Idem*, p. 24.

¹⁵¹ Ferreira, Manuel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p.117.

¹⁵² *Apud* Manuel Ferreira, 1997: p. 150.

acção da censura. De alguma forma, ficava provado que a moderação dos ‘claridosos’ na denúncia não seria tão desprezível e ineficaz. Pelo menos, apesar de irregular, a revista foi sendo publicada sem proibições que lhe anulassem a evidente intenção mais do que regionalista.

Já antes, em 1944, a *Certeza* não tinha conseguido passar as malhas censórias que insistiam em filtrar verdades menos veladas. Quando Arnaldo França convoca colaboradores para a folha literária, falando aos camaradas do liceu numa “*literatura viva e humana*” em que se traduzam, “*bem ou mal, as angústias e as esperanças dos irmãos de raça*”¹⁵³, estava, de forma ostensiva, a deixar em segundo plano a qualidade literária dos jovens que poderiam colaborar no jornal. O objectivo primeiro da *Certeza* era tornar público o sofrimento da raça cabo-verdiana, raça cuja existência decorre da expressão usada na convocatória. A objectividade crítica destes jovens foi coarctada antes que o nº 3 saísse da tipografia.

A denúncia que Onésimo Silveira quis tornar obrigatória para todos os escritores na prática da sua actividade literária foi, pois, um empenho voluntário e constante dos que, por décadas, tiveram a coragem de escrever em espaço público. Naturalmente, conscientemente, a elite letrada de Cabo Verde esforçou-se em levar para a Literatura os assuntos próprios da imprensa, então vigiada. Conseguiram-no melhor aqueles que, sem serem radicais, sem publicarem letras inflamadas, romances panfletários e linhas programáticas de luta contra o poder colonial, escreveram com mais maturidade – expressão usada por Manuel Ferreira para caracterizar o grupo da *Claridade*, por oposição ao da *Certeza* e ao do *Suplemento Cultural*.¹⁵⁴ A maturidade equivaleria a certa moderação necessária que Baltasar Lopes explicava 50 anos depois da publicação do primeiro número da revista:

*Logo naqueles terríveis anos trinta, com Mussolini e Hitler berrando pelas Europas e ameaçando este mundo e o outro, com os seus afluentes prontos a imitá-los, tal o Doutor Salazar em Portugal, de que dependíamos politicamente, Salazar e a sua censura implacável, que não deixava passar qualquer vislumbre de autonomia de espírito, precursor, na sua óptica, de uma actuação virada para a independência das colónias; censura que, inclusivamente, não admitia nem tolerava o emprego em público da palavra fome, não fossem os cenáculos internacionais saber que em Cabo Verde havia fome, porque, a haver fome, isto seria um atestado de incapacidade da administração colonial portuguesa... Que vistam a pele do lobo os opositores de Claridade, que imediatamente se veriam in mente a caminho, pelo menos, do presídio do Tarrafal.*¹⁵⁵

Porque essa necessidade delatora algo contida levasse à descoberta de um estilo, ou porque realidade e matéria inspiradora da ficção já se sobrepusessem, esse cruzamento da crítica e da denúncia com a estrutura de contos, poesias e romances serviu quase tantos escritores cabo-verdianos quantos os que encontramos publicados no tempo da ditadura do Estado Novo.

A imprensa de Cabo Verde será o contraponto em relação ao qual vamos considerar os textos literários produzidos no arquipélago. Dela se pode dizer o que é aceite em relação à literatura das ilhas; alimentada, em

¹⁵³ *Idem*, p. 127.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 151.

¹⁵⁵ Lopes, Baltasar, 1986: p.XV.

grande medida, pela elite que, de uma forma ou outra, trabalhava nas letras, a imprensa não assumiu, em Cabo Verde, uma postura colonial “*precisamente porque não havia colonos*”.¹⁵⁶

Ao contrário de Angola e Moçambique, onde se encontrava muita gente da metrópole com residência fixa por mais ou menos tempo, em Cabo Verde, a quantidade de pessoas nessa situação não justificava a publicação de um periódico próprio. Além do mais, há que ter em conta que, não estando o arquipélago tão distante do continente como as outras colónias, os jornais portugueses chegavam às ilhas com um atraso aceitável. Será fácil, portanto, perceber que um jornal cabo-verdiano, fosse qual fosse a sua linha editorial ou liberdade de discurso, só fazia sentido se dirigido a um público local. Mas a censura vinda de Lisboa como que apagava as especificidades esperadas da Imprensa cabo-verdiana, transformando-a num braço mais, indiferenciado, quase, da informação autorizada em todo o império.

No Colóquio Internacional de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa de 1984, em Paris, Felisberto Vieira Lopes (Kaoberdiano Dambará) abria a sua intervenção com uma certeza sobre a qual assentava o discurso que apresentou: a certeza de que a literatura africana de língua portuguesa era, para o regime colonial, “*prova cabal da acção colonizadora portuguesa, do «lusismo» ou «lusitanismo» nos trópicos não obstante eventual conteúdo contestatário.*”¹⁵⁷ Posturas diversas, mas sempre afectivas, teriam conduzido, segundo o autor, a tristes lugares comuns, teses estafadas e mistificações outras “*que escamoteiam problemas sérios, por isso mesmo, intocados.*”¹⁵⁸

Ainda assim, não nos parece provocatório propor, hoje, um passeio pelas letras de Cabo Verde com paragens em denúncias (pouco) romanceadas do espartilho colonial. Comparados com os jornais que então se faziam no arquipélago, os livros desafiam a cumplicidade, mais do que a imaginação. A Literatura que a seguir visitamos enche o lugar que a imprensa deixou vazio pela imposta subserviência à ditadura do Estado Novo.

¹⁵⁶ Oliveira, João Nobre de, *op. cit.*, p. 115.

¹⁵⁷ Dambará, Kaoberdiano, «Para o estudo da literatura de Cabo Verde. Lugares comuns e estereis», in *Les littératures africaines de langue portugaise – actes du colloque international – Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1989, p. 257.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 258.

3. Literatura como Jornalismo

3.1 Tensão: Factos, Imprensa e Literatura

3.1.1 A Bandeira Negra do Mindelo: 7 de Junho de 1934

Em meio século de realidades amaciadas por discursos autoritariamente revistos houve, como é natural, períodos particularmente difíceis para a sociedade cabo-verdiana. Em parte, consequência do silêncio que ocultava, prolongando, a inacção do poder colonial, houve, durante esses períodos, momentos de particular tensão e sofrimento, que, pelo seu impacto na História do arquipélago, não deixaram de chegar ao conhecimento público, até porque envolveram número de pessoas suficiente para que, sem divulgação posterior, se pudesse falar de acontecimentos públicos. Não deixa de ser fascinante comparar os dados que podemos considerar factuais com o reflexo que deles ofereceu o Jornalismo e, num momento ulterior, a Literatura.

No domínio da ficção somos surpreendidos por uma coincidente presença, em duas obras, pelo menos, de certa manifestação nas ruas de Mindelo, algures na década de 30 do século XX. A partilha do espaço da acção, de alguns nomes, do comportamento da população e de alguns símbolos da fome presentes em dois relatos ficcionais (um em prosa, outro poético) insinuam um sólido referente real que possa ter movido dois criadores literários.

Procurando em documentos claramente excluídos do universo ficcional, e, portanto, potencialmente considerados fontes credíveis de informação, relatamos a seguir o que, sobre este acontecimento, foi registado. A maioria das informações reproduzidas surge no discurso de Félix Monteiro aquando da comemoração do cinquentenário da *Claridade*. A apoiar tudo quanto declarou, estão as actas da Associação Comercial do Barlavento.¹⁵⁹ As notícias de acontecimentos secundários (*fait-divers*, praticamente) foram retiradas da imprensa que circulava na época, apesar (ou por causa?) de todos os constrangimentos à prática de um jornalismo honesto.

Em São Vicente, a crise mais visível dos anos 30 terá começado a sentir-se pelos estivadores. Sem movimento no porto e, portanto, sem trabalho, a primeira resposta às dificuldades parece ter-se encontrado no crédito que as lojas de Mindelo foram tolerando. Mas os barcos passavam ao largo e a situação piorava. A Câmara e a Associação Comercial pediam a abertura de trabalhos públicos, que viam como a única possibilidade de subsistência para muitas famílias (“*para que não tenhamos de assistir ao quadro horrível de ver morrer gente de inanição*”).¹⁶⁰

¹⁵⁹ A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento foi fundada a 4 de Abril de 1918, constituído por Comerciantes, Agricultores e Industriais das ilhas de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal e Boa Vista (http://www.fnec-cv.org/conteudo.asp?cod_conteudo=50).

¹⁶⁰ *Apud* Félix Monteiro, «A Bandeira Negra da Fome» in *Publicação Comemorativa do Cinquentenário de Claridade – Revista de Artes e Letras*, Cabo Verde, Edição do Instituto Caboverdiano do Livro, 1986, p. 162.

A pressão junto das autoridades da ilha crescia. Esgotado o crédito, despedidos mais e mais trabalhadores pelas Obras Públicas, ignorados os pedidos de dinheiro, géneros e equipamentos para melhorar o porto grande, o povo saiu à rua. Ao pano negro que a população de Mindelo erguia no ar, gritando “**Miséria**” e “**Fome**”, Câmara e Associação Comercial reagiram com um pedido de ajuda urgente enviado, via telegrama, ao governador. A resposta não se ouviu dentro do limite de tempo admitido pela impaciência, e o povo passou à acção:

uma multidão de pessoas se dirige à Alfândega, enquanto que outras vêm do mesmo edifício trazendo volumes de mercadorias, tais como arroz, farinha de trigo, trigo em grão e outros volumes não reconhecíveis à distância... Os acontecimentos precipitam-se, os gritos, ruídos e correria aumentam. Aparecem os primeiros polícias e pouco depois os primeiros soldados, mas o assalto continua. ¹⁶¹

A afronta do pano negro terá resultado da iniciativa de um comerciante indiano, uma vez que na Índia seria costume, nesse tempo, hastear uma bandeira preta à entrada de aldeias onde a fome estivesse presente. De acordo com João Nobre de Oliveira, um homem chamado Ambrósio terá impedido que a polícia retirasse das mãos de um manifestante esse pano negro, o que lhe valeu uma marca de que não conseguiria livrar-se mais. ¹⁶²

Entre pedras e tiros, um morto e dois feridos ficam registados no rescaldo dos distúrbios. O povo parecia ter feito um intervalo naquele modo de ser “*soçobrado pela canga da apatia*” ¹⁶³ com que o costumavam jungir. Tentando acalmar a população enlouquecida pela fome, a Associação Comercial delibera, por um lado, formar uma comissão que vá falar às massas e tentar contê-las; por outro, telegrafar para Lisboa e contar, sem rodeios, o que se passa realmente nas ruas de Mindelo:

Povo acaba saquear armazéns Alfândega e percorre neste momento cidade assaltando armazéns estabelecimentos particulares fim matarem fome consequência poderes públicos abandonarem Caboverde sobretudo Sanvicente desprezando pedidos clamores vários vimos apresentando há dois anos sentido acudir necessitados ponto Comércio encerrou portas não só como defesa senão também como manifestação solidariedade população faminta ponto Conhecedores situação declaramos Vexa navios guerra armas poderão fazer muitas vítimas mas não resolverão situação ponto Única solução além abertura imediata trabalhos públicos larga escala iniciar enfim verdadeira administração Caboverde evitando vergonhas verificadas até hoje. ¹⁶⁴

Avisada a metrópole, foi decretado em Mindelo o Estado de Sítio. Eis as medidas tomadas em consequência da manifestação:

¹⁶¹ *Idem*, pp. 165-166.

¹⁶² Cf. João Nobre de Oliveira, p. 438.

¹⁶³ Almeida, Germano de, «Manuel Lopes – Um homem comprometido» in Maia, Maria Armandina (coord.), *Manuel Lopes: rotas da vida e da escrita*, Lisboa, Instituto Camões, 2001, p. 127.

¹⁶⁴ Monteiro, Félix, *op. cit.*, p. 167.

*prisões e penas para os mais comprometidos na manifestação a serem cumpridas nas ilhas da Boa Vista e Sal, e a deportação de Nhô Ambrose para Angola. Para os comerciantes foi aplicado um imposto ad valorem de 3% sobre todas as mercadorias que o comércio de S. Vicente importasse, por se ter solidarizado com o povo nos distúrbios.*¹⁶⁵

Não podemos deixar de chamar a atenção para a participação extra-literária do grupo da *Claridade* na iniciativa desta manifestação. Baltasar Lopes esclarecia, no 50º aniversário do lançamento da revista que, de facto, havia dois grupos de ‘claridosos’, um deles extravasando o campo literário e incluindo Manuel Velosa, presidente da Associação Comercial, e Jonas Whanon, membro da direcção da A.C.B.¹⁶⁶

Era provável que, mesmo em tempo de censura, e, ainda que diminuídas drasticamente as proporções dos acontecimentos, a imprensa reflectisse a realidade das ilhas. Mas os jornais desses dias marginalizam de forma tão gritante a manifestação do Mindelo que, sem outros relatos não-ficcionais dos factos, ninguém conseguiria imaginar a dimensão do desfile da bandeira negra. Senão vejamos:

O *Notícias de Cabo Verde*, jornal semanal, teve a sua edição nº 92 no dia 2 de Junho de 1934. Tudo levaria a crer que o número seguinte fosse impresso no dia 9, decorridos sete dias sobre a edição anterior. Mas isso não aconteceu. Ainda assim, no pressuposto de levar para a frente a missão de acompanhar a actualidade da população que devia servir, o jornal saiu em edição especial no dia 8 de Junho, o dia seguinte ao da manifestação que manchou de bandeiras negras as ruas da cidade, simbolizando a fome. Porque, de alguma forma, quebrou uma regra – a da periodicidade - seria de esperar que o fizesse para relatar detalhadamente os acontecimentos trágicos da véspera. E, afinal, a folha (é apenas uma página escrita em jeito de panfleto) revela-se um instrumento de propaganda, até na forma.

¹⁶⁵ Lopes, Baltasar, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 31.

¹⁶⁶ Cf. Félix Monteiro, *op. cit.*, pp. 170-171.

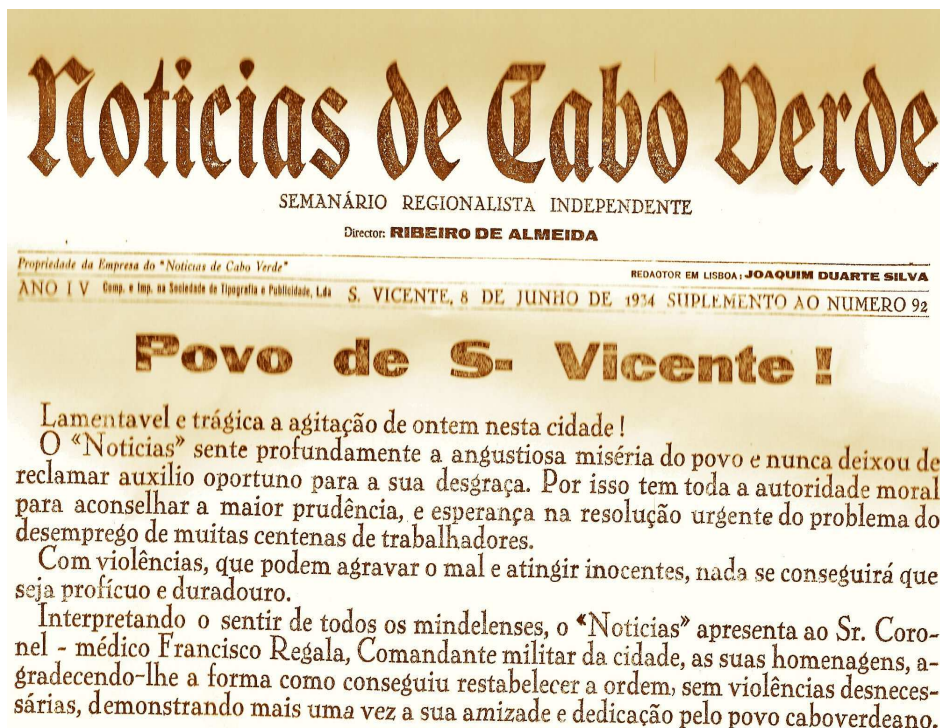


Fig. 3 – *Notícias de Cabo Verde*.

Em letras garrafais lê-se: “*Povo de S. Vicente!*” – é o apelo à população, não a notícia. A partilha da “*angustiosa miséria*” do povo pela redacção do jornal surge como justificação para a autoridade moral que o *Notícias* se arroga, num claro aproveitamento da confiança do público na sua elite intelectual que, em tempos de liberdade, o costumava representar perante os poderes. Essa representação, agora desonesta porque fictícia, parece conferir ao jornal o direito de aconselhar a população a escolher vias de reivindicação que não passem pela violência. A esse propósito, o *Notícias* presta a sua homenagem ao comandante militar da cidade pela eficácia no restabelecimento da ordem, “*sem violências desnecessárias*”. No corpo da notícia, sob o título «Os Acontecimentos», dá-se, no entanto, conta do facto de, em vários pontos, a força policial ‘ter sido obrigada’ a disparar, ferindo duas pessoas e matando um rapaz de 18 anos à baionetada durante o assalto a um armazém.¹⁶⁷

Fala-se de um ilustre da terra agredido e ferido sem gravidade, do encerramento do comércio, da vigilância da estação telégrafo-postal, da suspensão das aulas no Liceu Infante D. Henrique e da declaração do Estado de Sítio. Não se relata nada. Não se fala no desespero da população. Não se toca no assunto da “fome” que esteve na origem de tudo.

¹⁶⁷ Em nota de rodapé, a edição especial dá conta da despedida ao director do *Notícias de Cabo Verde* que teria embarcado para Lisboa com a família, e por motivos alheios à sua vontade, não pode despedir-se; Na edição seguinte, é já noticiada a substituição do director, Manuel Ribeiro de Almeida, por Raul Ribeiro.

A edição seguinte do *Notícias de Cabo Verde*, o nº 93, surge apenas duas semanas depois da revolta da população; é do dia 21 de Junho. A redacção desculpa-se com uma avaria nas máquinas por o jornal não ter vindo a lume no prazo previsto.¹⁶⁸

Ao lado de um artigo intitulado «A Crise de Cabo Verde», ocupam a primeira página algumas correcções que parecem necessárias a quem dirige então o periódico. Sem título, a coluna que se inicia pelo “*relato dos lamentáveis acontecimentos de 7 do corrente*” induz o leitor de agora a pensar que, enfim, serão ali esclarecidas as questões deixadas no escuro pelo abrupto dos factos e das emoções, ainda em turbilhão no dia posterior à manifestação das bandeiras negras. E as inexactidões vão sendo corrigidas; havia apoios prestados por algumas individualidades ilustres da terra que não tinham sido referidos na notícia original. Dizem-se os nomes, em tom agradecido, e exaltam-se os serviços prestados, mas não se diz onde, nem como, nem quando, e, sobretudo, não se toca no ‘porquê’ dos factos que estiveram na origem de tudo. Outro esclarecimento que surge como fundamental é a circunstância de a secção de Artilharia ter sido posta de prevenção pelo primeiro-sargento e não a pedido do “Senhor Administrador”.

A terminar a coluna de rectificações relativas à notícia da manifestação, há a transcrição de duas mensagens recebidas da metrópole; uma dá conta da abertura de crédito destinado aos trabalhos públicos, e a outra fixa o número de chefes de família a empregar nas obras das estradas das Gatas, de Ribeira Bote e do Lazareto. Encontram-se abertas as inscrições, sendo publicados os horários em que podem ser feitas. “*Informam-nos de que já são muitos os inscritos*”.¹⁶⁹

Perante os factos seleccionados pela redacção do jornal para tratamento e publicação das notícias respectivas, poderemos afirmar que estamos frente a um discurso político que, só pela sua inclusão no espaço físico de um jornal, poderá ser confundido com mau jornalismo. Evidentemente que as notícias que parecem reconhecer, na acção das autoridades, maior importância do que a atribuída aos acontecimentos que lhe deram origem, estão completamente desviadas de qualquer aceitável prática jornalística, denunciando, assim, óbvias razões ‘de força maior’ que inscrevem esta imprensa numa galáxia distante daquela em que se praticava uma denúncia clara e acutilante dos poderes coloniais, umas décadas antes, apenas. A manifestação que transbordou da pacífica essência cabo-verdiana, o desespero convertido em luta animal pela sobrevivência não foram mais longe do que isto no *Notícias de Cabo Verde*.

O *Notícias* tinha sido, no ano anterior, o primeiro periódico do arquipélago a assimilar as novas regras de restrição da liberdade. O Dec.-Lei nº 22:469 de 11 de Abril de 1933, imposto pela ditadura do Estado Novo entrou imediatamente em vigor. A partir de Outubro desse ano, a censura estendeu-se à imprensa periódica que se publicava na capital da colónia e em qualquer outra localidade, e ficou nas mãos do “*administrador do respectivo concelho, efectivo ou substituto, e nas suas faltas ou impedimentos [a cargo do] comandante do Corpo de Polícia Civil*”.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Pode ler-se sob o título «Expediente»: “*Devido a uma avaria no nosso motor eléctrico, o presente número do Notícias, que devia ter saído no dia 16 do corrente, só pode ser publicado hoje. Apresentamos as nossas desculpas aos nossos prezados assinantes*”.

¹⁶⁹ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 93, S. Vicente, 21 de Junho de 1934, p. 1.

¹⁷⁰ Brito-Semedo, Manuel, *op. cit.*, p. 171.

Quando acontece esta manifestação, já conta 20 números um outro título informativo - um quinzenário publicado na Praia: *O Eco de Cabo Verde – em Defeza do Povo Cabo-verdiano*. A edição nº 21 é do dia 11 de Junho de 1934, quatro dias depois dos acontecimentos de Mindelo.

O destaque da primeira página é para Camões. A véspera tinha sido o seu dia e o dia de Portugal. Por isso, «Camões, Patrono da Pátria» tem lugar central. Nas «notas à margem», de um e outro lado do tema principal, fala-se da notícia da compra de Timor pelo governo inglês veiculada pel’ *O Século* - novidade dada em primeira mão por dois jornais britânicos, e que viria a ser desmentida; dá-se conta da Conferência dos Administradores de todos os Concelhos das várias ilhas do arquipélago, uma reunião onde se ouviram vivas a Portugal, a Cabo Verde e ao “*Senhor Governador*”, e em que este último terá dado conta dos “*pedidos que para Lisboa tem feito, no sentido de melhorar as condições económicas da Colónia.*”¹⁷¹

Ocupam a segunda página do jornal os «Ecos do Fogo» com relatos de acontecimentos e factos insignificantes, e o «Almoço de Confraternização» entre os médicos da Praia, dando-se conta do espirituoso convívio, com brindes e divagações várias. *O Eco de Cabo Verde* deixa, inclusive, a sua homenagem ao grupo. Na coluna da direita, «Ecos e Factos», pode ler-se:

*Segundo somos informados, a situação em S. Vicente, encontra-se já normalizada, tendo o governo tomado medidas rápidas e adequadas no sentido de proporcionar trabalhos aos desempregados.*¹⁷²

Parte-se do princípio de que a informação correu de boca em boca, ao estilo de boato ou coisa pouco séria que não merece registo escrito. Era essa, de resto, a via deixada à circulação das notícias comprometedoras da eficiência do Governo da colónia. Não se deu a notícia; apenas um eco positivo dos acontecimentos.

Poderíamos pensar que, se ainda hoje, Cabo Verde é a soma de dez histórias diversas, tanto geográfica como socialmente, nos anos 30 do século XX, as gentes estariam mais apartadas ainda, tão longe como se de países diferentes se tratasse. A falta de proximidade retiraria, talvez, importância e interesse ao que nas outras ilhas se passava. Assim, Mindelo poderia aparecer aos olhos da Praia como uma terra longínqua, sem qualquer influência nos dias da capital. Esta seria uma possibilidade para justificar a ausência de notícias concretas da manifestação da fome. Mas a hipótese cai por terra com os relatos d’ *O Eco de Cabo Verde* que dão conta das festas de homenagem que, no dia **7 do corrente** (o dia da manifestação), os médicos do arquipélago dedicaram ao colega Dr. José da Silva Neves, “*que se encontrava nesta colónia para proceder a uma sindicância ao Liceu de S. Vicente*”. Da notícia consta todo o menu da celebração, bem como referências ao baile e aos prémios em dinheiro para quem, na ocasião, melhor dançou a morna. Quer isto dizer que havia dinheiro de sobra em S. Vicente no mesmo dia em que a população saqueou armazéns de comida para não morrer à fome. Neste caso, as distâncias não podem, pois, ser encaradas como um entrave às notícias tidas como relevantes pela redacção do quinzenário sediado na Praia.

¹⁷¹ *O Eco de Cabo Verde*, Nº 21, Praia, 11 de Junho de 1934, p. 1.

¹⁷² *Idem*, p. 2.

Sob o título «O Problema da Arborização», que faz esperar considerações sobre a necessidade de tornar mais verde o arquipélago, exalta-se D. Dinis e o seu grandioso feito – a plantação do pinhal de Leiria:

*!Glória, pois, a D. Dinis, e viva a Árvore, que marchetou de diamantes as doiradas páginas da nossa história!*¹⁷³

Sobre Cabo Verde, nada. Porque estivessem próximos, geograficamente, do poder, os redactores d' *O Eco*, usam uma linguagem “nacionalista (pró-portuguesa), salazarista, colonialista, mesmo”, como observa João Nobre de Oliveira.¹⁷⁴

Olhemos agora a imprensa de Santo Antão: O *Ressurgimento* – *quinzenário regionalista Pró-Cabo Verde* vai saindo, tão irregularmente como os outros periódicos, desde 1933. Quando a população se revolta em S. Vicente, o jornal vai na 9ª edição, que sai, precisamente, a 7 de Junho de 1934. Considerando a impossibilidade de imediatismo que, décadas à frente, se tornaria obsessão necessária do Jornalismo, o *Ressurgimento* não conseguiu fazer eco da marcha da fome no próprio dia. Não havia notícias de última hora, mas o nº 10 sai entretanto. Mais de um mês depois, há novas de Mindelo na primeira página do quinzenário de Santo Antão:

*Segundo notícias que acabamos de receber de S. Vicente, consta que, sob os bons auspícios da conspícua direcção do Exmo. Sr. Dr. Silva Neves, ilustre médico e inspector dos Serviços de Saúde e do Liceu, se estão organizando naquela ilha, grandes festejos, cujo produto se destina à Caixa Escolar do Liceu.*¹⁷⁵

Houve até “gimkana” de automóveis!

O grande artigo da primeira página é, todavia, sobre a necessidade de investimento turístico em Santo Antão. Em «Paul e o Turismo», exalta-se a prodigalidade da natureza que faz supor uma ilha verdejante e fértil, plena de “fios de água cantando entre largas folhas de inhames, bananeiras e bambus”. Fala-se do “mínimo esforço muscular” necessário à produção pujante. Assina o artigo Manuel Lopes.

Só nas páginas de dentro do jornal ‘acontecem’ coisas menos agradáveis; foi já escrito em Maio o artigo «S. Ex.ª A CRISE» [em maiúsculas no original] que fala na “hora presente de incertezas”, “perturbações económicas”, enfim, problemas da Humanidade em geral; põe-se a hipótese de uma nova guerra ser capaz de devolver a harmonia ao mundo; desfiam-se considerações sobre o *dumpling* no Japão e os subsídios de desemprego em Inglaterra, para se acabar a falar da falta de navegação no porto de S. Vicente; apela-se aos sentimentos de solidariedade e sacrifício: “*Que cada um pugne pelo ressurgimento do Arquipélago!*”¹⁷⁶.

Não sabemos se ainda motivado por esta ‘desatenção’ do quinzenário, Jorge Barbosa assinaria, uns meses mais tarde, nas páginas do *Ressurgimento*, um texto intitulado «Imprensa Cabo-verdiana», em que afirmava:

¹⁷³ *Idem*, p. 3.

¹⁷⁴ Oliveira, João Nobre de, *op. cit.*, p. 455.

¹⁷⁵ *Ressurgimento* – *Quinzenário Pró-Cabo Verde*, Nº 10, Santo Antão, 19 de Julho de 1934, p. 1.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 2.

*O mal desses semanários e quinzenários é um mal que tem origem na nossa psicologia sentimental de gente estacionada, de gente cuja preocupação dominante é não tocar nos endeusados, no que está acomodado, arrumado no seu lugar e arrastando-se burguesmente no giro prejudicial da rotina.*¹⁷⁷

O *Defesa: Quinzenário Sanicolense* é o outro título que no ano de 1934 informa Cabo Verde, mas em Maio terá saído o último número do periódico, que não estaria já em circulação por altura dos incidentes de Mindelo. Era uma publicação de informação mais local, mas ousado demais para os ‘condicionalismos’ vigentes; se não deixou de saudar “*Sua Excelência, o Governador da Província*” logo no 1º número, também é verdade que nunca chegou a mencionar o nome do governador e nem mesmo a falar de colónia, referindo-se a Cabo Verde. Salazar não era notícia e não havia transcrição de discursos patrióticos. E, por isso, o carimbo “Visado pela Censura” rapidamente se viu justificado. O *Defesa* fechou.¹⁷⁸ De outra forma, talvez encontrássemos aqui lugar para o relato da manifestação da fome e o encerramento viria apenas a seguir a isso. Aos olhos de hoje, e não fosse o conhecimento dos factos que na década de 30 do século XX sacudiam as ilhas com uma violência que não passava na tipografia, este seria, na época dos acontecimentos relatados, um arquipélago embalado por uma rotineira existência, flutuando entre homenagens e comemorações, o anseio de melhorias económicas através do investimento no turismo, e uma ou outra preocupação ligeira com o que de menos bom marcava os tempos, como o decréscimo de movimento no porto de S. Vicente ou a falta de chuva. Lembramos aqui a teoria que aponta os meios de comunicação de massa como reprodutores da estabilidade social; parece-nos que é válida a convicção de que, mesmo inexistindo essa estabilidade, os meios de comunicação reproduzirão sempre a estrutura social em que se inserem, ainda que a mesma estrutura lhes bloqueie os caminhos e lhes retire a liberdade da palavra. A quem conhecia a realidade das ilhas de Cabo Verde nos anos a que atrás nos referimos, não passaria despercebida, de modo nenhum, a barreira censória actuante em questões melindrosas, tanto no plano real, como no que dele passava para os jornais. Se não podemos falar, neste caso, do equilíbrio que interessa aos *cultural studies* na análise de evolução de uma cultura, não podemos deixar de considerar pertinentes todas as condicionantes das mensagens – e, por isso, da informação – na apreciação da reprodução do sistema social operada pelos *media*.

Ao contrário da superficialidade preocupante da imprensa neste longo e silencioso período do império, os livros, mesmo tardando, vão dizendo o que importa nos dias da colónia. Não há associação forçada ou coincidência no curto passo que nos leva à escrita de Gabriel Mariano quando se fala da manifestação do Mindelo em 1934.

O autor diz não ter tido conhecimento desse levantamento popular antes de meados dos anos 50 e, em Lisboa, numa conversa de café, através de dois amigos. Estranhamente, em Cabo Verde não tinha ouvido mais do que a existência de uma “*barulheira*” em São Vicente, em anos de crise.¹⁷⁹ E nunca ninguém lhe havia sequer falado de Ambrósio, a quem viria a apelidar de Capitão. Curiosamente, o sogro de Gabriel Mariano era o

¹⁷⁷ Barbosa, Jorge, «Imprensa Cabo-verdiana», in *Ressurgimento*, Nº 14, Sto. Antão, 1 de Dezembro de 1934, p. 1.

¹⁷⁸ Cf. João Nobre de Oliveira, *op. cit.*, p. 457.

¹⁷⁹ Mariano, Gabriel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 353.

português que estava a substituir o administrador do concelho, fora da ilha, no dia da manifestação do Mindelo. Terá sido ele, segundo afirma, que entrou em contacto com a Praia, pedindo instruções para lidar com os manifestantes e a situação que se adivinhava tumultuosa.

Sobre as razões que levaram à escrita de «**Capitão Ambrósio**», tantos anos depois, dirá Gabriel Mariano:

*Se eu fiz o poema, posteriormente, é porque a história me impressionou muito. Na altura o que senti foi raiva e orgulho.*¹⁸⁰

Possuidor, então, de uma compreensão crítica dos fenómenos sociais, económicos e coloniais - como diz - decidiu escrever. Num longo poema datado de 1966, Gabriel Mariano canta um dos homens que, segundo testemunhos, com mais força terá agitado a bandeira negra da fome, nesse 7 de Junho em que se saquearam os armazéns de comida em S. Vicente.

*Bandeira negra da fome.
Em mãos famintas erguidas
(...)
Em **força**, **duras** erguidas
Pés **marcando** a revolta
O povo **marcha** na rua.*

*Vai na frente o Ambrósio
(...)
Leva nas mãos a bandeira.
(...)
Injusta e amarga é a fome
(...)
Foi um minuto
Veio o vento e passou.
Mulato Ambrósio **foi** preso
Julgado e preso o Ambrósio
Preso para longe o Ambrósio
(...)
Chora fome nestas ruas.
Nestas ruas **grita** fome
(...)
Continuam os homens a morrer:
De fome **continuamos** a morrer
Enquanto o **inimigo cresce e cresce.***

¹⁸⁰ *Idem*, p. 352.

(...)

mãos de basalto em procura

por entre estiagens e secas

fomes humilhações

ludíbrios falsos amigos

(...)

Eis a morte em serenata

nos campos de Cabo Verde.

Aqui está um relato possível de acontecimentos que sabemos reais. Evidentemente que não estamos no domínio do Jornalismo, mas no universo virtual da Literatura. Como tal, a leitura do poema obriga-nos a separar, na medida em que o conseguirmos, realidade e ficção, não esquecendo, porém, que as duas vão juntas, de verso em verso.

Questionado por Michel Laban sobre o desrespeito dos factos, ao deixar, no poema, que Nhô Ambroze acabasse a vida em Angola, G. Mariano responde, com a naturalidade do poeta, que sim, que transformou profundamente a realidade.¹⁸¹ Se a obra literária não deixa de ser uma recriação do mundo e da vida, um poema nunca é parte do mundo e da vida reais.

Ainda assim, «Capitão Ambrósio» é um poema que chega a parecer-se com um relato improvisado, tumultuoso como o referente que o lança, graças ao discurso ríspido, à representação crua, à linguagem directa e ao ritmo da narrativa. A poesia surge, aparentemente, tão pouco reflectida, tão incontida como a narração dos acontecimentos que os jornalistas de hoje comentam minutos depois da sua ocorrência. Há, primeiro, uma marcha em curso que se acompanha conjugando os verbos no presente (“Vai na frente o Ambrózio/Leva nas mãos a bandeira”); passa-se, depois, ao relato dos acontecimentos do passado (“Foi um minuto/ Mulato Ambrózio foi preso”), para se terminar com um presente que parece situar-se na data da escrita e não mais na data da realidade relatada (“Continuam os homens a morrer/Enquanto o inimigo crece e cresce”), insinuando o prolongamento dos problemas e do conseqüente sofrimento do povo cabo-verdiano através dos anos.

Se estivéssemos no campo informativo, diríamos que a primeira parte do poema, aqui referida, corresponde a um acompanhamento vivenciado do real, assumindo o narrador, um papel de testemunha presencial, ao jeito dos relatos jornalísticos ‘em directo’; os versos em que se informa sobre um tempo ido teriam o seu equivalente no texto do repórter que, depois da recolha dos factos, conta a história de algo já passado, explicando o que aconteceu, como aconteceu. Finalmente, se insistirmos nessa equivalência entre as duas escritas - a ficcional e a jornalística - as palavras que se referem ao tempo da escrita do poema assumem ‘ares’ de crónica. Na crónica, tomam os seus lugares, todos os juízos de valor que o autor queira partilhar com os leitores, desde que baseado num dado acontecimento ou factos reais.

Em «Capitão Ambrósio», há uma narrativa que ‘quase informa’ sobre as causas da manifestação, o modo como ela decorreu, quem a encabeçou e no que resultou. Há, pelo menos, a ilusão das respostas às clássicas

¹⁸¹ Cf. Gabriel Mariano, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 375.

questões jornalísticas, o que na imprensa não chegou a acontecer. Com poesia, «Capitão Ambrósio» trata de factos. Mais do que isso, como assinala Alfredo Margarido, assentando na realidade que lhe serve de apoio, o texto supõe a possibilidade de se encarar a transformação das estruturas sociais através de uma atitude revolucionária.¹⁸² E divulgando publicamente, com orgulho, - como diz - essa atitude revolucionária, o poeta estará, de alguma forma a legitimá-la, adoptando também a mesma atitude. Ora, é ao Jornalismo que a teoria reconhece grande parte das responsabilidades de intervenção na estrutura social, mesmo sem lhe preconizar uma postura subversiva. A capacidade de transformação do meio costuma estar nas notícias, mais do que nos poemas. Antes de tudo, pelas reacções possíveis aos acontecimentos que a continuidade de publicação do jornal torna prováveis, e necessárias, até, como vimos, no ciclo de re-alimentação da actualidade informativa. O que Gabriel Mariano oferece à memória de Nhô Ambroze é algo diferente do testemunho de uma circunstância; os tempos contados são vários, permitindo uma visão diacrónica de um aspecto particular (mas abrangente em termos de efeitos) da História de Cabo Verde. A estória não termina com a prisão, julgamento, deportação e morte do líder Ambrósio; Ambrósio morreu e as ilhas continuam secas, o povo segue com fome, a morte está lá, nos campos de Cabo Verde, como prova o presente do indicativo, num poema que aparece 22 anos depois do desfile no Mindelo. Não pedindo emprestado aos cronistas medievais o ar de testemunha de um tempo e de um pedaço de História, o poeta não deixa de registar, dentro dos ambíguos limites da ficção, um momento histórico de S. Vicente.

Só em 1974, com o fascismo derrubado em Portugal, Gabriel Mariano entregou, em Lisboa, a segunda parte do trabalho ao seu companheiro, o poeta Luiz Silva, para que o fizesse publicar em Paris, na revista da Associação Cabo-verdiana de França. «Capitão Ambrósio» foi escrito na Ilha de Moçambique¹⁸³ e, durante muitos anos, circulou gravado em fita magnética entre militantes e simpatizantes da independência de Cabo Verde.

Sem precisarmos de questionar o objectivo de propagação da impiedade colonial (o que equivale a dizer de denúncia), somos obrigados a ver aqui, no que respeita a intenções, o trabalho que a imprensa devia ter assegurado, se algo de muito forte não se impusesse contra o seu princípio de verdade. Não esperávamos uma denúncia versificada do que assumia proporções de drama e era uma realidade que se mantinha e que pedia, por isso, acompanhamento jornalístico permanente, para que fosse respondido, pelo menos, o critério de actualidade que as notícias devem ter; o relato dos factos, tão imparcial quanto possível, era a obrigação dos jornais, mas bastava que o tratamento jornalístico dos factos assumisse a forma de crónica, para que até os juízos de valor subjacentes aos versos de Gabriel Mariano pudessem ter lugar numa publicação. Imaginamos um tempo sem censura, claro.

Na imprensa ondulava, em vez disso, uma certa preocupação com a crise agrícola, de uma maneira geral.

Hora di bai, de Manuel Ferreira, é o outro texto de ficção em que, claramente, podemos encontrar uma representação desse desfile de gente faminta, ansiosa e revoltada nas ruas de Mindelo. Ainda que deslocado no

¹⁸² Cf. Alfredo Margarido, *op. cit.*, p. 48.

¹⁸³ Cf. Luiz Silva, «In memoriam Gabriel Mariano», in *Latitudes*, Nº 16, Dezembro de 2002, disponível em: http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17_16_15.pdf

tempo da acção e no tempo da escrita (o narrador situa a acção no ano de 1943 – troca os dois últimos dígitos – e publica o livro em 1962), o romance não deixa dúvida alguma em relação a esse particular episódio da manifestação que recria. Quase todos os elementos que, através dos registos da Associação Comercial, sabemos terem construído esse momento histórico de São Vicente estão no relato ficcional de Manuel Ferreira. Quando a revolta de 7 de Junho surge no romance, entrelaçada com tantas pequenas estórias e com a História, em geral, é assim que o autor descreve a fúria e o desgoverno de um povo pacífico, mas enraivecido pela fome e pelo abandono:

*Como se fosse um chamo de guerra, e não sendo tempo de còladeira, toda a gente vinha à janela, a dar conta do que se passava. (...) Surgiram os primeiros polícias, junto do palácio. Tomados de surpresa, deixaram-se dominar por aquela onda de gente crescendo, engrossando, nada a fazendo deter no seu rompante cidade fora. (...) Ali, na rua Duarte Silva, no coração da cidade, estancaram. (...) E de súbito, à varanda, a grande figura de Nhô Ombroze. Capitão Ambrósio. (...) Mas a população tomava conta do armazém invadia a loja que ficava ao lado e punha tudo num badanal assenhoreando-se do milho do arroz do feijão arrastando os sacos cá para fora erguendo-os ao ar e arremessando-os furiosamente ao chão rebentando-os rasgando-os com pedras ou navalhando-os de um lado ao outro com uma gana de loucos famintos com a raiva dos espezinhadros (...) e o alferes (...) quando conseguiu aproximar-se do sargento da polícia e deu com os olhos em Maninho encavalitado neste não teve mão em si: apontou a pistola fechou os olhos e a bala partiu ruidosa sobre o corpo do rapaz.*¹⁸⁴

Recriando um dia que marcou S. Vicente e a história da colonização portuguesa de Cabo Verde, Manuel Ferreira desoculta factos que estão subjacentes ao seu romance. Uma vez mais, encontramos no relato do escritor as respostas que serviriam às perguntas determinadas pela prática jornalística; a população, a polícia e Nhô Ombroze são os sujeitos da acção, que sabemos corresponderem à realidade em que se inscreve a manifestação. O desfile atravessou Mindelo, tanto quanto podemos perceber pelas descrições das actas da Associação Comercial; o romance faz o povo passar junto do palácio, cidade fora, e chegar a um armazém e à loja que ficava ao seu lado. Os jornais não precisaram desses ‘pormenores’ porque não contaram o que aconteceu realmente; a ficção, embora longe da obrigação de servir a verdade, e algo distanciada dos contornos que terá assumido o referente em que se inspirou, apresenta-se, apesar de tudo, mais próxima do acontecimento que tem maior destaque dentro do romance do que os factos do dia 7 de Junho de 1934 tiveram nos jornais desses dias.

Não ignorando o campo literário em que se move, diríamos que estão presentes, neste texto, alguns dos poucos princípios claros que orientam o exercício da crónica como género jornalístico: a tomada de factos reais como ponto de partida para a expressão de sentimentos, o poder de suscitar interrogações que superam os limites da acção narrada, a mistura de “*real e imaginário como forma de fazer realçar o primeiro*”.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Ferreira, Manuel, 1987, pp. 116-123.

¹⁸⁵ Letria, José Jorge, e Goulão, José, *op. cit.*, p.85.

É evidente que não queremos vestir um género literário com as roupagens de outro tão diferente que se inscreve, em parte, no universo das realidades, apenas porque, com alguns retoques, lhe servem bem e - diga-se - em matéria de intenções, não lhe ficam mal. Como dirá Gabriel Mariano a propósito de «Capitão Ambrósio», “*O poema surge... E, ao surgir, traz consigo a roupa que lhe convém*”.¹⁸⁶

Mas quem, nos jornais, conseguiu dar uma imagem tão viva e – sabemos hoje – tão real do povo faminto que conseguia sobreviver, fosse à custa de fedagosa, de mornas, de esperança ou de um esforço sobre-humano? Falava-se de dificuldades, sim, mas superficialmente. A imprensa não era, como hoje se espera, o primeiro testemunho documental da realidade. Ao contrário, guiada por um poder que a desvirtuava na sua missão de denúncia, encobria, desviava atenções. Em tempos de mortes massivas pela fome, o *Notícias* escrevia:

*Há em Cabo Verde um problema, de entre muitos, a que é necessário dar solução com mão firme e de mestre: o problema da cana sacarina.*¹⁸⁷

Em Janeiro, antes da manifestação da bandeira negra, o *Ressurgimento* avançava com o título «Situação Deplorável»; o texto relatava, primeiro, a diluição do fantasma da crise agrícola, graças às chuvas mais frequentes, para admitir, depois, que outra a substituíra, “*maior, violenta, insuperável*”:

*a miséria campeia por toda a parte, atingindo não somente o povo, mas também o remediado e o pseudo-rico.*¹⁸⁸

Em Outubro, quando abordava a falta de chuva, o jornal atirava o tema para o fim de uma página interior, em formato de ‘notícia breve’:

*no mês passado foram abundantes, [mas] muito já se tornaram precisas para as searas que as aguardam como remédio salutar. Se não chove quanto antes, a colheita será fraquíssima. Que o mês de Outubro não seja tam ingrato como costuma ser!*¹⁸⁹

Nessa mesma edição, toda a 1ª página do jornal era ocupada com a «ENTREVISTA SENSACIONAL – UM SÁBIO FRANCÊS EM SANTO ANTÃO, O EMINENTE NATURALISTA PROF. AUGUSTE CHEVALIER FALA AO RESSURGIMENTO E CONFIA-LHE AS SUAS IMPRESSÕES DE CABO VERDE». Dizia o Senhor Chevalier que Santo Antão, por se prestar a todas as culturas e ter todos os climas (tropical, sub-tropical e temperado), estava indicada para uma Universidade Agrícola Colonial; que

*os senhores têm muita coisa boa em Cabo Verde, mas precisam trabalhar mais e fazer menos discursos, como recomenda SALAZAR [em maiúsculas no original].*¹⁹⁰

¹⁸⁶ Mariano, Gabriel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 356.

¹⁸⁷ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 93, S. Vicente, 21 de Junho de 1934, p. 1.

¹⁸⁸ *Ressurgimento – Quinzenário Pró-Cabo Verde*, Nº 2, Santo Antão, 18 de Janeiro de 1934, p. 1.

¹⁸⁹ *Idem*, Nº 13, 30 de Outubro de 1934, p. 2.

O Eco de Cabo Verde passou o Verão entre anúncios de encerramentos de casas comerciais, justificações pela irregularidade da própria publicação, nomeações de farmacêuticos, deslocamentos de inspectores, pedidos de cobrança de assinaturas do jornal, saudações a outros periódicos e crónicas que falavam de Chopin. Quando tocava no problema da falta de chuva, fazia-o com uma prudência que não deixava antever a realidade dramática das ilhas:

*A população desta ilha está já apreensiva quanto à sorte do presente ano agrícola, pois até à data ainda não choveu capazmente. Em outros anos transactos, nesta altura, já o terreno costumava estar bem molhado e apto, portanto, para receber as sementes.*¹⁹¹

Na imprensa desses meses constava que havia pessoas a precisar de ajuda urgente mas nada dava a entender quão aflitiva era a vida naquele momento do arquipélago que parecia naufragar ao largo da História do Império.

A Associação Comercial do Barlavento registou, como notámos já, os factos desse dia 7 de Junho de 1934. O mais objectivamente possível, cremos, e, por força das circunstâncias, com a linguagem telegráfica dos relatos que ia fazendo para a metrópole num incansável pedido de ajuda.

Excluindo esse registo adormecido nas actas arquivadas de uma associação, e a sombra difusa, quase inexistente, que os jornais divulgaram dos acontecimentos desse dia, o mundo apenas pode conhecê-los de duas formas; pelo relato de testemunhas presenciais e através do forte reflexo que deles a Literatura divulgou. Com mortos, feridos, prisões e deportações que, de uma maneira geral, têm correspondência na realidade oficialmente assentada.

3.1.2 A queda da ‘Assistência’ da Praia: 20 de Fevereiro de 1949

Foi em Fevereiro de 1949, em Santiago. ‘Assistência’ era o nome popular dado ao refeitório da assistência social do governo colonial. As paredes seriam feitas de pedras redondas apanhadas na praia e seguras com menos estuque do que o necessário. Quando o prédio ruiu, matou e feriu centenas de pessoas.¹⁹²

Haverá, pelo menos, duas questões que, prontamente, se levantariam sobre este caso no tratamento jornalístico do desastre; uma, mais imediata, diz respeito às causas da queda do edifício; a outra à explicação do elevado número de pessoas que ali se encontrava à hora em que a parede ruiu. A primeira, por ser, aos olhos do momento, a origem directa da tragédia, parecia intocável num contexto censório, e a segunda, pelo carácter

¹⁹⁰ *Idem*, p. 1.

¹⁹¹ *O Eco de Cabo Verde – Em defeza do povo cabo-verdiano*, Nº 22, Praia, 20 de Agosto de 1934, p. 1.

¹⁹² Cf. Raymond Almeida, *Referências Cronológicas: Cabo Verde / Caboverdianos americanos*, disponível em: <http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cvchronp.htm>, 1995.

estrutural da catástrofe e a inevitabilidade do julgamento da prática colonialista no território, assumia-se, à partida, como absolutamente impossível. Fora do tempo de controlo da liberdade de expressão, será esta última - a razão da existência de tantos mendigos na capital da colónia, na data do desastre -, a questão fundamental a carecer de explicações:

Agora o que poderemos e deveremos questionar, como lição para futuro, isso sim, são as circunstâncias que reuniam diariamente para mendigar pão milhares de seres de uma ilha que vivera mais uma grande fome entre 1946 e 1948 (em 46 haviam perecido 30.000 naturais devido a esse flagelo). Se o Governo central e o local tivessem cumprido o seu dever de ajuda efectiva, por exemplo com criação de emprego (...), o muro teria caído na mesma mas o número de mortos teria sido nulo ou bem menor. Na realidade, aquelas pobres pessoas não morreram apenas por causa do muro. Morreram também devido à miséria que desgraçadamente as fazia estar dia após dia junto a ele, estendendo a mão à caridade.¹⁹³

Quando escreve os *Aspectos Político-Sociais na Música de Cabo Verde do Século XX*, em 2003, Alveno Figueiredo e Silva fala também já do passado com a margem de liberdade que o tempo permitiu; é explicando a razão de ser, e o funcionamento da ‘Assistência’ em Santiago, que conta: servia-se milho fervido e o óleo de mancarra, e um dia,

*quando dezenas de homens, mulheres e crianças de barriga inchada se preparavam para enganar o estômago, o tecto do quintalão cedeu, provocando uma das maiores tragédias na ilha maior. **Pagava-se, em parte, a factura pelo orgulho das autoridades portuguesas. Por questão de “honra”, não deixou que a ajuda de países amigos entrasse em Cabo Verde, obrigando os cabo-verdianos a abalarem, rumo ao calor equatorial das roças de São Tomé.**¹⁹⁴*

No dia seguinte ao da tragédia, na metrópole, o *Diário Popular* ocupava parte da primeira página com o relato detalhado dos acontecimentos que enlutavam a cidade da Praia. O texto é despidido de tom opinativo, e corre preso aos factos que, por telefone, tinham sido contados a partir de Santiago:

Foi cerca do meio dia de ontem (...) sob um grande telheiro estavam reunidos alguns milhares de indigentes que ali recebem alimentação (...) A sopa tinha sido servida e a distribuição estava já no final (...) o desastre sucedeu inesperadamente (...) Uma enorme muralha, com cerca de 7 metros de altura por cerca de 30 de comprimento, ruía com fragor sobre o telheiro (...) ficaram soterradas mais de três centenas de pessoas.¹⁹⁵

O *Diário* prossegue com a descrição do cortejo de mortos que atravessou a cidade, da vaga de choro, do trabalho de remoção de terra, da sobrelotação do hospital, do ambiente na casa mortuária e no cemitério. Mas,

¹⁹³ Saial, Joaquim, «O Desastre da Assistência», in *Arquivo Joaquim Saial*, 21 de Setembro de 2006, disponível em: http://saial.info/index.php?option=com_content&task=view&id=158&Itemid=37

¹⁹⁴ Silva, Alveno Figueiredo, *op. cit.*, p. 58.

¹⁹⁵ *Diário Popular*, N° 2297, Lisboa, 21 de Fevereiro de 1949, p. 1.

apesar da ‘advertência’ impressa “Este Número foi visado pela Comissão de Censura”, alguma coisa parece ter escapado aos olhos dos censores. Senão vejamos: na primeira página do jornal conta-se o que aconteceu, como, onde e quando, ao passo que, na última página, em espaço mais resguardado, há outro tipo de abordagem dos acontecimentos. Depois do relato d’ «As providências oficiais» que têm direito a subtítulo, o *Diário* escreve, em fundo de página:

*O número destes infelizes aumentara ultimamente, pois aos necessitados da cidade haviam-se juntado outros, vindos de diversos pontos da ilha, com a esperança de, na capital, obterem auxílio das entidades oficiais. E efectivamente, centenas de pobres, e especialmente mulheres e crianças, ali recebiam diariamente uma refeição.*¹⁹⁶

Estava dado o mote para a reflexão sobre a dimensão do drama social que a colónia vivia, mesmo que a imprensa não fizesse eco de dificuldades extraordinárias, findo que estava, no ano anterior, mais um período cíclico da fome geral.

No entendimento de Joaquim Saial, o poder da censura terá sido quase tão rápido como a lucidez jornalística que tentava explicar o acontecimento, de forma, que, depois desse primeiro ímpeto de acompanhamento da actualidade, o assunto desapareceu das páginas do *Diário*. Estava interrompida a cadeia de reacções que continuaria a alimentar a informação dos dias seguintes.

É evidente que, de nenhuma forma, a imprensa do arquipélago poderia ignorar um desastre cuja notícia correu para além do mar. Aliás, segundo o *Notícias de Cabo Verde*, países amigos não demoraram a enviar condolências para Cabo Verde, lamentando a tragédia, mas passa já um mês sobre o acontecimento, quando o *Notícias*, na irregularidade temporal da sua edição, sai a lume com a ‘novidade’:

*sucumbiram mais de 230 criaturas, ficaram feridos mais de cem homens, mulheres e crianças, achando-se carinhosamente internados, no Hospital da Praia, cerca de cincoenta sinistrados.*¹⁹⁷

A distância temporal do acontecimento pode justificar a falta de cumprimento das regras jornalísticas mais básicas na elaboração de uma notícia. Tanto tempo passado, as medidas do muro, a hora do acidente, tinham perdido relevância, e o texto era um trabalho ambíguo, sem contornos que deixassem falar de outra coisa que não numa espécie de ‘balanço’. Mas, independentemente dos estilos de escrita jornalística que podem variar, entre outros factores, com a época, temos de considerar despropositado o advérbio que evidencia a atitude de quem tutela a escrita, mais do que quem escreve, supomos. Perante a tragédia, não serão as diferenças entre épocas jornalísticas que determinam o caminho das notícias. Tratar dos vivos será, sim, a prioridade quando pelos mortos nada mais há a fazer, mas “*carinhosamente*” não parece termo capaz de integrar o corpo de um texto honesto que relate um acidente desta grandeza, ainda mais quando estão ausentes as perguntas e respostas que o público precisava de ler num contexto de livre informação. Não só não chega, ao *Notícias de*

¹⁹⁶ *Idem*, p. 12.

¹⁹⁷ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 253, São Vicente, 22 Março de 1949, p. 1.

Cabo Verde, a coragem (leia-se possibilidade) de procurar explicações para o acontecimento, como ainda inclui, no seu relato, elogios implícitos à autoridade colonial. Ora, segundo os textos mais recentes, acima transcritos, seria ao governo que deveria apontar-se o dedo, mas estava claramente inibida a licença de jornais vigilantes do poder político face aos cidadãos.

Desde sempre crítico em matéria de intenções denunciantes, Onésimo Silveira afirmaria décadas depois:

*Não cabe aos media exigir qualquer tipo de responsabilidade aos políticos (...). Mas a sua acção enquadra-se, claramente, no papel de oposição ao governo, procurando as suas falhas, denunciando os seus erros, revelando as omissões ou os casos de contradição política.*¹⁹⁸

Ainda que as palavras de O. Silveira se apliquem à imprensa de qualquer tempo democrático, elas foram escritas e publicadas em 2005. Em 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, a prática não correspondia com tanta clareza à teoria das funções da imprensa, se considerarmos o espaço geográfico que nos importa aqui ter em conta, e que se (des)arruma em 10 ilhas comandadas pelo poder colonial português em tempo de ditadura.

Na época, as ‘notícias’ que chegaram ao público seguiram pelo caminho fácil da culpabilização do destino, como se tudo obedecesse a uma tutela supra-natural:

*a Natureza, por vezes, teme o homem. Terá cessado de o respeitar, em Cabo Verde? (...) os homens, entretanto, têm de reagir, corajosamente, contra as iras revoltas dos elementos catastróficos.*¹⁹⁹

O *Notícias de Cabo Verde* de 22 de Março desdobra-se em reflexões várias, semeadas aqui e além, ocupando mesmo, com isso, o espaço central da 1ª página. São reflexões que podem remeter para algo que falta dizer, noticiar, explicar. A esse ‘algo oculto’ ficar-se-ão, possivelmente, a dever afirmações como estas:

*O poder que vem de Deus, só é digno de homens em cuja alma floresçam os sentimentos de rectidão e justiça, no coração e espírito de bondade e no cérebro o bom senso. O homem de comando que se mostre perverso e mau, injusto e cruel, é um monstro a blasfemar contra Deus;*²⁰⁰

*da mesma substância que gerou S. Francisco de Assis, Pasteur e outros génios tocados da aureola de semideuses, nascem monstros de alma turva onde ferve o rancor, impera o ódio e se aninham a malvadez e o dolo. Infelizmente para a humanidade abundam estes e escasseiam aqueles.*²⁰¹

Sem poder explorar seriamente a tragédia, do ponto de vista jornalístico, o *Notícias* não corta o ténue fio que o mantém preso ao seu posto de vigilante social; os leitores treinados a ir buscar a informação às entrelinhas dos jornais não deixariam de identificar *homens de comando perversos, maus, injustos e cruéis, e monstros de*

¹⁹⁸ Silveira, Onésimo, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, Março de 2005, p. 198.

¹⁹⁹ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 253, S. Vicente, 22 de Março de 1949, p. 5.

²⁰⁰ *Idem*, p. 1.

²⁰¹ *Ibidem*.

alma turva com os governantes do arquipélago, mesmo integrando, tais expressões, o corpo de textos soltos que, aparentemente, nenhuma relação tinham com a catástrofe. A que propósito se fazem reflexões tão vagas em dia marcado por substancial matéria ‘de facto’ para noticiar?

Mas há mais considerações que parecem insinuar o que ficou por escrever sob os devidos títulos informativos; a crónica da edição de 22 de Março chama-se a «Agonia do Mundo» e viaja entre os malefícios da guerra e a maldade dos homens - temas tocados, por Manuel Serra, com um tom filosófico de observador distante que deixa no ar algumas perguntas de respostas mudas. Os pensamentos quase avulsos e pouco profundos seriam, certamente, entendidos como escrita para completar espaço na folha livre, se não se integrassem no jornal deste preciso dia, mas o drama de tantas mortes como pano de fundo, leva o leitor a ceder à tentação de dar um rosto aos homens difusos do texto.

Parece óbvia, em cada linha do jornal, a presença invisível das proibições e imposições decretadas pela “*potência de Portugal de Aquém e Além-Mar*” no domínio da escrita; ao invés de se deter nas respostas às perguntas jornalísticas, o *Notícias* ocupa o espaço destinado a notícias com o relato das manifestações de solidariedade, sobretudo por parte da metrópole:

*A Generosidade Portuguesa foi esplêndida, sublime, de manifestações nobilíssimas.*²⁰²

Têm protagonismo, na edição, as autoridades oficiais, os serviços de saúde, o Presidente da República, o do Governo da Nação e de todo o império, cujas reacções “*em todas as categorias foram muito apreciáveis*”.

A ficção segue a informação nesta opção aparentemente inofensiva, do ponto de vista político; a tragédia que matou para cima de 200 pessoas na capital é acomodada em verso por José Lopes da Silva, que, num longo poema dedicado ao “*Bom Povo da ilha de Sant’iago*” trata o colapso da casa da assistência como uma catástrofe natural, logo, sem necessidade de respostas. Dono de uma poética tão convencional que parece conservar um pé nos anos de 1800, José Lopes traz para a cena um “*Poder secreto do Mal*”²⁰³ que o aproxima do *Notícias de Cabo Verde* no caminho escolhido para tratamento dos factos; a mão do diabo surge, no texto, como única explicação para a desgraça, mas, entre o crer em desígnios divinos e o não crer em castigos e forças maléficas, revelam-se algumas palavras que se diriam necessárias, quando encarado este episódio livremente: “Responsável” será, possivelmente, a que mais importa:

Mas vezes mil o Homem é o Responsável,

E milhões surgem que o adoram «tabu»!...

O penúltimo exemplo inexpiável

*É o de Hitler – o isótopo do Diabo.*²⁰⁴

²⁰² *Idem*, p. 5.

²⁰³ Lopes, José, *Alma Arsinária* (Poemas em aditamento aos do livro *Hesperitanas*), vol. 2, Lisboa, 1952, p. 10.

²⁰⁴ *Idem*, p. 13.

A abordagem da responsabilidade será uma das estreitas brechas por que podemos antever a resposta que o *Notícias* não deu, e cuja pertinência não depende, insistimos, de modas no fazer Jornalismo. Não será descabido pensar que, também em 1949, as pessoas se perguntavam pelo ‘porquê’ de acontecimentos que afectavam tão drasticamente a vida das pessoas. Ainda que tudo permanecesse em surdina, a tragédia haveria de ter uma explicação. José Lopes, considerado um dos antecessores dos modernos poetas cabo-verdianos, não se aventura ainda na denúncia, mas «A Catástrofe da Praia» terá mais – supomos – do que o intuito de homenagear as vítimas da queda da ‘Assistência’ ou o de servir um exercício de retórica.

Não era para vós aquele tecto!

Não era para vós aquele muro!

(...)

Não eram para vós! Alpendre ou tecto,

*Muro e recinto não vos protegiam*²⁰⁵

Existe aqui a possibilidade de entrevermos, na falta de protecção que o poeta atribui ao edifício, o sinal da desprotecção a que estavam votados os pobres que esperavam pela sopa da ‘Assistência’, mas será sempre necessário o recurso a uma leitura metafórica, dados os constrangimentos que a escrita enfrentava na década de 40. Só desse modo se poderá captar a velada intenção delatora da irresponsabilidade das autoridades coloniais.

Como que confessando as próprias limitações das palavras que usa, diz o poeta:

A Mãe Divina

Jâmais Desgraça tal permitiria,

E investigar a Causa de tal sina,

*Ouvi! é pura Mateologia*²⁰⁶

A inutilidade da tentativa de perceber a catástrofe, e a improbabilidade de esta ser um castigo divino, não impedem, no entanto, outras explicações; quase tão oculta como as forças sobre que recaem as responsabilidades pelo desastre, há uma ‘ousadia’ que, embora tímida, deixa espaço à reflexão: não revelarão, “Desgraça” e “Causa”, a decisão de reforçar uma associação inevitável e aqui insinuada, cremos, pelo uso de maiúsculas em dois vocábulos que aparecem no meio, e não no princípio de versos? Ainda que sem a possibilidade de o afirmar, José Lopes parece não querer deixar que se interiorize a inexistência de uma causa concreta para a desgraça de Santiago.

Um ano depois de matar e ferir centenas de pessoas, a catástrofe da Praia volta às páginas da imprensa pela mão de Bento Levy. Curiosamente, o cenário da derrocada é agora mais objectivamente descrito, como se em vez de uma efeméride, estivesse a escrever-se a notícia da desgraça em primeira-mão:

²⁰⁵ *Idem*, p. 10.

²⁰⁶ *Idem*, p. 11.

Escrevo hoje a 20 de Fevereiro. Vocês lembram-se? Não há quem possa ter esquecido igual dia do ano de 1949. (...) Meio dia. A cidade é sobressaltada pelo som cavo do desmoronamento. Gritos... correrias... estupefacção... (...). O alpendre e o muro sob que se abrigava a maior parte dos indigentes que recebiam refeições diárias fornecidas pela Assistência, desabaram sobre eles, ocasionando mortos e feridos. (...) O espectáculo é horrível. Gemidos... sangue... corpos trucidados... mães que procuram os filhos... O calor sufoca... a calíça torna a atmosfera insuportável... Cada corpo que se desenterra dos escombros provoca cenas lancinantes... a população desorienta-se... A ordem é restabelecida e vem o balanço trágico: 232 mortos, 47 feridos!!!²⁰⁷

Será curioso ter em consideração que o boletim em que é escrito este texto é publicação oficial da colónia. Por isso, depois da analepse, há, de novo, espaço para o reconhecimento da grandeza das manifestações de solidariedade do mundo português e dos seus generosos donativos. É como que a preparação de um terreno mais difícil que Bento Levy ousa pisar de seguida:

Já lá vai um ano. Até agora esse dinheiro continua imobilizado (...). Não pode ser. Choramos os mortos, mas há vivos, por quem temos de olhar, tanto mais que para estes vieram os socorros pedidos (...). Já é tempo.²⁰⁸

Uma lembrança. Uma constatação. Um laivo de indignação. Uma afirmação e um esclarecimento. Finalmente, um desejo, quase uma advertência: “*Já é tempo!*”. E chega. O tom activo de quem relembra um facto para se mostrar atento ao exercício do poder já será um abuso perante autoridades vigilantes dos discursos públicos. Em tempo de censura, a participação da imprensa na construção social não pode evitar cuidados obrigatórios sob pena de deixar de existir, simplesmente.

Só mais de 20 anos depois, se poderiam evitar discursos redondos e falar de coisas e de pessoas em concreto. Não será descabido citar, a este propósito, uma passagem de *Ilhéu de Contenda*, editado em 1988:

Em tão pouco tempo conseguiu Sua Excelência [o Governador] entrar a fundo nos problemas da terra e aperceber-se da forma mais rendosa de utilizar os dinheiros públicos no apoio à população. As obras nas estradas deveriam consumir mais braços do que material, consumo evidentemente expresso em numerário despendido. Sim, se uma parede se podia fazer com pedras soltas, porque se havia de gastar cimento com ela? Se uma ponte podia ser executada em abóbada, como antigamente, porque empregar estrutura de betão armado?²⁰⁹

Não há, no texto de Teixeira de Sousa, referência à Praia ou a algum edifício em particular, mas será abusiva a associação dos métodos de poupança do governador de *Ilhéu de Contenda*, e a lógica que esteve por detrás da real construção do prédio que recebia os pobres na capital da colónia?

²⁰⁷ Levy, Bento, «Já é tempo», in *Boletim de Propaganda e Informação*, N° 6, Praia, Março de 1950, pp. 1-2.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ Sousa, Teixeira de, *Ilhéu de Contenda*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988, p. 239.

Quase sempre espelhando, de forma mais ou menos recriada, a realidade que lhe empresta os motes, a Literatura foi mais longe, em Cabo Verde. Construir, sob uma ditadura feroz, quadros-sombra de momentos de forte tensão psicológica, social, económica e política, que enlutaram as ilhas, foi decisão arriscada na aventura do testemunho. O testemunho que, faltando, tornava oca a imprensa do arquipélago.

3.2 Fome no Arquipélago

Não haverá um tema mais adequado do que a fome para avaliar o desempenho da imprensa enquanto meio de acompanhamento dos dias da população das ilhas. Recorde-se que a avaliação da prática jornalística do período seleccionado para esta reflexão não procura demonstrar a existência óbvia de uma escrita silenciada, mas sim a forma como esse silêncio encontrou forma de se fazer ouvir por outras vias da escrita. Não há (nem poderia haver!) exigências de denúncia política, de oposição assumida em relação aos poderes vigentes aos jornais do arquipélago, mas, ainda assim, o que está à vista permite-nos constatar a regressão da função social da imprensa de Cabo Verde durante quase meio século,²¹⁰ e a forma como esse papel passou a ser moderada, mas insistentemente assumido pela Literatura da colónia.

Em 1931 lança-se o *Notícias de Cabo Verde*, o periódico não oficial que mais anos se haveria de aguentar no prelo, ainda que saindo irregularmente. Promete-se isento e portador da voz do povo. Mas cerca de dois anos mais tarde, ele mesmo avança com a notícia da própria suspensão “até ocasião mais propícia”. A razão apontada seria o de terem os seus redactores sido classificados de governamentais.²¹¹

Na primeira página desse dia, pode ler-se o título «As ilhas mártires!...». Como que ‘compensando’ ou mesmo tentando ganhar a simpatia dos mais críticos da independência política do jornal, toca-se a “*miséria, conseqüente da falta de navegação*”, que se instalou em São Vicente, e a tortura atroz que se vive na falta dos trabalhos públicos. Faltaram as chuvas, o gado do povo da Boavista foi afectado por um parasita venenoso, e há “*antipáticas execuções fiscais*” a complicar a vida em São Nicolau. Apesar de preocupante, o quadro descrito anda longe de se revelar fatal.

No entanto, há um Cabo Verde ligeiramente diferente que chega, por esses anos, a um jornal português. Em Agosto de 1935, Augusto Casimiro escreve no *Diário de Lisboa*:

Não deram os homens, ainda, á terra capaz de generosidade, o jeito que lhe aumente a riqueza, a água que multiplica os verdes, a arborização que minora a dura escassez das condições meteorológicas. E como a terra é

²¹⁰ A Ditadura Nacional saída da eleição, por sufrágio universal, do presidente da República Óscar Carmona, em 1928, durou até 1933, ao ser referendada uma nova Constituição, que deu origem ao Estado Novo. Foi antecedida pela Ditadura Militar (1926-1928). O Estado Novo, regime político autoritário e corporativista de Estado, vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde 1933 até 1974.

²¹¹ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 72, S. Vicente, 27 de Novembro de 1933. Não é esclarecida a autoria de tal consideração. A publicação do jornal é retomada em 24 de Dezembro do mesmo ano.

*escassa, o homem, com o coração pesado de saudades, emigra. (...) Ou fica nas ilhas crucificado, sobre a terra adusta, quando as águas não caem, quando os verdes novinhos, das primeiras chuvas, mal nascem, começam a mirrar-se, a morrer.*²¹²

Augusto Casimiro, ligado aos movimentos de oposição republicana à ditadura militar instaurada em 1926, foi demitido do Exército depois de participar na Revolta da Madeira, sendo, entre 1933 e 1936, desterrado em Cabo Verde. Ora esse exílio político foi, digamos, um fértil período de observação, que viria a revelar-se em escritos vários sobre o arquipélago. Desde cedo dedicado à intervenção política que foi materializando em artigos de jornais, a inclusão do seu texto no *Suplemento Literário* do *Diário de Lisboa* dedicado a Cabo Verde revela, não só um conhecimento mais ou menos sólido da vida nas ilhas, como uma visão crítica que, embora desterrada, se mantém de vigia.

«As Ilhas Encantadas» assumem a seca, a pobreza e a emigração como verdades prolongadas de Cabo Verde. Não se trata de questões pontuais, mas da persistência de uma tragédia que se arrasta, denunciando males estruturais. A inacção do colonizador é bem vincada pelo texto de Augusto Casimiro, que se afasta, manifestamente, da aceitação passiva de um desígnio superior que costumava aquietar o povo cabo-verdiano, e integrar o tom das notícias que faziam então a imprensa do arquipélago. No *Diário de Lisboa*, mesmo suavemente, “os verdes novinhos começam a mirrar-se, **a morrer**”.

O universo real dá lugar à ficção: as insinuações e as metáforas são substituídas pela crueza de quadros que encham de incompreensível sofrimento a mesma página do mesmo jornal. O *Suplemento Literário* do *DL* publica, nesse 16 de Agosto de 1935, um excerto do romance inédito *Expansão*. O autor é Baltasar Lopes que adianta, no jornal da metrópole, «**O Drama da Terra**» - parte do futuro romance que viria, afinal, a chamar-se *Chiquinho*. No texto, é durante o funeral de um amigo que morreu de fome, que o narrador, participante na acção, divaga:

*Fatalidade crioulo. Seu destino, traçado na abertura das rochas áridas em frente do mar – morrer de fome. Seu ciclo – a enxada e a fome. Depois a própria enxada a enterrar a fome, na lavoura do túmulo, a dar húmus à terra. (...) Muitos que iam no enterro e mal podiam chorar morreriam de fome amanhã.*²¹³

O “*seu*” não parece referir-se à personagem *Chic’Ana* que dá vida (e morte) ao conto. O “*seu*” rouba o pensamento ao caso particular da ficção, e atira-o para um povo inteiro, real, como se algumas das linhas do texto guardassem generalidades materializadas no conto por um nome, abstracções que serviram ao conto e ao que era antes dele, ao que se presenciou primeiro, e ficcionou depois. «O Drama da Terra» podia bem ser título de qualquer página de informação do jornal, para lá de figurar no *Suplemento Literário*.

²¹² Casimiro, Augusto, «As Ilhas Encantadas – Visão de Cabo Verde», in *Suplemento literário* do *Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1935.

²¹³ Lopes, Baltasar, «O Drama da Terra», in *Suplemento Literário* do *Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1935.

O romance escrito e publicado, ele haveria sempre de ser citado como porta-voz da emigração necessária, e do evasãoismo, muito mais do que pelas mortes que a fome causou no arquipélago. E, no *Diário de Lisboa*, muito antes da publicação de *Chiquinho*, em 1947, o que dá o mote à prosa é a fatalidade de não haver o que comer nas ilhas. Ao jornal foi parar, precisamente, a fome. Acreditamos que não terá sido um acaso.

Empurrada pela desgraça que não cessava, apesar das promessas; pela consciencialização da elite intelectual das ilhas que maturava os conceitos de nativismo e nacionalismo; pelo contacto com modernas manifestações literárias exteriores ao arquipélago, e pela castração da imprensa que estava como que hibernada, a Literatura dedicou-se a registar, divulgando, a realidade de Cabo Verde.

Os dramas que, desde sempre, os escritores presenciaram e que, oficialmente, não existiam, começaram a transbordar. Ainda que ninguém os tivesse investido de semelhante cargo (alguém poderia?), enquanto portadores de recursos diferentes dos da maioria da população, os intelectuais cabo-verdianos revelariam uma compreensível responsabilidade pela sociedade que ajudou a formá-los. Não fazia sentido pintar de verde os campos na poesia, se as cores dos dias verdadeiros eram sombrias.

Pese embora a opinião de Mário Dionísio, que via em *Chiquinho*, não mais do que um documentário revelador de Cabo Verde, é canonicamente aceite que o livro de Baltasar Lopes marca o nascimento do romance cabo-verdiano no momento em que é editado, em 1947. Mas, porque nos primeiros números da *Claridade* (1936), são já publicados vários capítulos do livro, podemos perceber que quando é fundada a revista, o romance estará praticamente, ou até completamente, acabado. Ora isso significa haver já um amadurecimento prévio dos princípios que haviam de nortear a *Claridade*, prontos a combater “*com toda a capacidade de militância, na medida então possível*”²¹⁴ uma conjuntura de graves preocupações, segundo o próprio Baltasar Lopes:

*Essas preocupações tinham a sua fonte principal na situação desastrosa, principalmente no domínio político-económico, em que o nosso arquipélago estagnava nos anos da década de 30.*²¹⁵

Os tempos não eram, de facto, promissores: a tensão aumentava numa Europa entre duas guerras, e a emigração para a América crescia, como resposta a problemas longamente estruturais. A ‘claridade’ cabo-verdiana alumiava-se mais com o brilhante empenho das letras brasileiras que se focavam no Nordeste do país e o davam a conhecer na ficção. Esta encorpava um chão seco, uma agonia já esperada por vidas que se teciam com frágeis fios de um passado de escravidão, e abriam, por essa altura, o caminho ao realismo nacionalista. Ao mesmo tempo, os negros antilhanos e africanos de Paris começavam uma reviravolta na consciência da negritude.

Como assinala Alberto Carvalho, depois de quase uma década a recolher material etnográfico, e a registar eventos sociais verídicos, coleccionando dados biográficos de figuras típicas reais (Nhô Chi’Ana, Nhô João Joana, Nhô Loca), Baltasar Lopes faz, com *Chiquinho*, a mais persuasiva introdução à geografia da fome em Cabo Verde.

²¹⁴ Lopes, Baltasar, 1986, p. XIII.

²¹⁵ *Ibidem*.

*O romance Chiquinho é o significante pleno da escrita artística que afronta a realidade com a densidade da sua simulada presença.*²¹⁶

E, verdadeiramente, na ficção das ilhas, é a primeira vez que surge, tão crua e verosímil, a descrição do flagelo que não é novo, mas nunca antes assim aparecera exposto:

*Era um cortejo lamentável de homens, mulheres, crianças. Os animais domésticos faziam também parte do êxodo para outras regiões mais habitadas. (...) Os meninos, com as barrigas inchadas sobre as pernas magras. E vinha tudo, (...) A vaquinha magra e as cabras do pé-da-porta não abandonavam os donos em tal provação. (...) Ao longo dos caminhos, as canhotas ficavam pairando, à espera de momento oportuno para se abaterem sobre a carcassa dos animais que caíam, desistindo da viagem.*²¹⁷

O êxodo dos famintos era mais do que um delírio dramático de Baltasar Lopes. Cabo Verde já tinha sido antes exposto, em todo o seu abandono, à população da metrópole, através da escrita que, em tempos, fora livre. Não podemos ignorar o relato que, embora sob a forma de opúsculo, fazia, em 1903, Luís Loff de Vasconcellos:

*Bandos de miseráveis andrajosos e esqueléticos assaltam os transeuntes pedindo esmola; mulheres com crianças às costas, ao collo e pela mão, parecem moribundos a andar, de aspecto repugnante pela sarna e porcaria que as cobre; crianças abandonadas com os ossos querendo romper a carne, olhos esboghados, gemendo n'uma toada continua: tenho fome! tenho fome! velhos encostados a paus arrastando-se com dificuldade, imploram a caridade publica.*²¹⁸

Chiquinho revela uma parte importante da realidade do arquipélago em anos de seca, assumindo a denúncia da fome num veículo menos exposto do que a imprensa ao poder censório. Ao mesmo tempo que dá conta, publicamente, da consciência dessa realidade trágica que molda, física e espiritualmente, o arquipélago, Baltasar Lopes leva a público uma estória em que Portugal e os portugueses não estão presentes, como acontecia em quase toda a imprensa que, mesmo revelando algumas pequenas realidades nas entrelinhas, ia 'contrabalançando' o discurso com a exaltação dos poderes, quando não do colonialismo.

À imitação do que são e fazem os cabo-verdianos que conhece, Baltasar Lopes junta uma linguagem inovadora para a época, em que, naturalmente, mescla colonizador e colonizado, português e crioulo, tal qual a realidade mestiça do arquipélago. As falas das personagens encaixam-se, na perfeição, nos estatutos sócio-culturais de quem conduz o discurso, o que, segundo algumas vozes, era obra de um domínio de técnica invulgar e difícil de aplicar, só posteriormente exercitada na metrópole pelos neo-realistas portugueses. Quer

²¹⁶ Carvalho, Alberto, 1989a, pp. 245-252.

²¹⁷ Lopes, Baltasar, *Chiquinho*, Linda-a-Velha, 7ª edição portuguesa (3ª fac-similada), ALAC, 1993, pp. 264-265.

²¹⁸ Vasconcellos, L. Loff de, *op. cit.*, p. 12.

isto dizer que, também no domínio da linguagem (e não falamos apenas dos diálogos), *Chiquinho* foi pioneiro, sintetizando as línguas portuguesa e cabo-verdiana, como que inventando uma nova linguagem literária.²¹⁹

Alguns anos passados, Teixeira de Sousa publicava, no *Boletim de Propaganda e Informação*, «Notícias de Chiquinho», e citava Orlando Ribeiro:

*Neste livrinho (...) ao mesmo tempo obra de ficção e documento de maior interesse para o estudioso...*²²⁰

Embora alguma da crítica da época não conseguisse reconhecer uma intriga ao romance (o que não é desprovido de sentido, pela supremacia de um outro objectivo de mais largo alcance – o da denúncia subtil dos efeitos trágicos da colonização, através de vivências que se encaixam em duas ilhas representativas do arquipélago), ele cumpre a militância a que se propunha, de forma velada, a *Claridade*. Uma militância que não era mais clara por razões óbvias, que se sentiam na constante ameaça da censura de Salazar.

Não podemos esquecer que o carimbo “Visado pela Censura” aparecia, então, por entre a prosa dos jornalistas, nos periódicos das ilhas, como nos da metrópole. A afronta directa aos poderes não passava da tipografia e, caso se esgueirasse para as páginas de um jornal algum texto questionando a ordem estabelecida, isso seria o bastante para que a publicação em causa fosse suspensa ou encerrada. Assim se explica o desaparecimento dos artigos inflamados da 1ª República. Os homens de letras que tinham vivido um período de liberdade de expressão e denúncia firme não resistiram aos tempos de asfixia política. Baltasar Lopes e os da sua geração fazem parte de um novo grupo de intelectuais que, na opinião de João Nobre de Oliveira, encontram apenas um caminho diferente dos de Loff de Vasconcellos, Eugénio Tavares ou Pedro Cardoso para prosseguirem a oposição ao poder colonial. Terá, talvez, alguma influência o facto de esta nova geração ter já sido formada em ambiente de limitação da liberdade. Por isso,

*criaram a sua própria linguagem, uma linguagem carregada de imagens, em que as metáforas tinham um papel importante, em que, sem citar directamente os factos e as pessoas, faziam as suas críticas e denúncias. Era uma escrita que, dizia-se, obrigava a ler nas entrelinhas.*²²¹

A personagem Chic’Ana, conhecida do público português desde meados da década de 30, quando aparecia integrando uma parte do «Drama da Terra», publicado no *Diário de Lisboa*, ‘continua morrendo’ em *Chiquinho*. Uma morte que se arrasta durante anos, tal e qual as mortes massivas que historicamente resultavam das secas cíclicas no arquipélago.

De que teria morrido Nhô Chic’ Ana? Andava ultimamente muito fraco de cara chupada, olhos esgazeados. Girava, dava suas voltas, mas com ar de quem queria que lhe dessem alguma coisa para consolar o estômago.

²¹⁹ Cf. Alberto Carvalho, «Prefácio», in Lopes, Baltasar, *Chiquinho*, Linda-a-Velha, 7ª edição portuguesa (3ª fac-similada), ALAC, 1993, p. XXVI.

²²⁰ *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*, Nº64, 1 de Janeiro de 1955, p. 10.

²²¹ Oliveira, João Nobre de, *op. cit.*, p. 415.

*Pernas trôpegas – mal podiam aguentar seu corpinho fracoentado. Sentava-se nas paredes do caminho e o olhar que ele relanceava era igual ao daquela gente de Norte-Abaixo que emigrava para a vila, batida pela fome na sua ribeira. Nhô Chic’ Ana morreu de fome.*²²²

Acusa-se, sem se acusar. De quem seria a culpa? Quem permitia que uma província portuguesa, igual em importância, ao Minho, a Timor ou a Macau, vivesse dias de tamanha miséria? Décadas antes, houve campanhas de solidariedade, correspondência da denúncia na imprensa portuguesa, opúsculos, artigos, mas agora quem podia falar? E como dizer que tudo continuava na mesma, e que os responsáveis eram tão irresponsáveis que deixavam morrer à fome os seus filhos?

Alberto Carvalho considera que *Chiquinho* tem um simbolismo regido pelo verosímil, que obriga a ler a experiência como «*expressão verídica da realidade viva e vivida*». Mais:

*Chiquinho é o espaço simbólico onde a voz narrativa se confia às falas de Cabo Verde convocado à representação literária, para mostrar uma substância humana autêntica fazendo-se Literatura que rompe as suas próprias fronteiras.*²²³

Não são raros os momentos em que somos quase levados a saltar do domínio ficcional pela insistência do autor em falar de realidade, o que, de acordo com as suas confessadas intenções, muito mais tarde, nas comemorações do cinquentenário da *Claridade*, tem de ser visto como um ‘propositado engano’. Uma espécie de mão que puxa e empurra ao mesmo tempo e, que entre as duas acções, escrevia:

*Mundo em que a vida real e a minha vaga dimensão sentimental de mocinho crioulo se entrelaçaram de forma indissolúvel.*²²⁴

*Para quê, essas pretensões de história e sociologia numa terra que estava bradando por milho para a cachupa? A realidade imediata absorvia tudo.*²²⁵

Em resposta ao curioso Michel Laban que tentou, numa longa entrevista, descortinar os factos, as pessoas e lugares reais que estiveram na origem de *Chiquinho*, Baltasar Lopes admitiria que a personagem de Parafuso saiu directamente de um seu colega pobre que viveu, de facto, em Monte Sossego com a mãe:

²²² Lopes, Baltasar, 1935, p. 283 (O texto aparecerá diferente em *Chiquinho*, “O velho tinha estado de cama. Andava ultimamente muito fraco, de cara chupada, olhos esgazeados. Girava, dava suas voltas, mas as pernas não podiam aguentar qualquer caminhada de coisa nenhuma. E então sentava-se nas paredes dos caminhos, a ganhar forças. Uma angústia profunda tomava conta de mim. Nhô Chic’Ana morreu de fome”).

²²³ Carvalho, Alberto: 1984, p. XXVIII.

²²⁴ Lopes Baltasar, 1993: p. 268.

²²⁵ *Idem*, p. 269.

*foi até meu aluno. (...) O nome dele era Martinho (...) muito pobre, muito pobre, conheci-o perfeitamente. A mãe morava no Monte Sossego, muito pobrememente... Passavam mal naquela altura, então... – havia fome mesmo, pode dizer-se... De maneira que ele (...) morreu de tuberculose..., foi mas é de desnutrição!*²²⁶

O cruzamento da Literatura com o Jornalismo volta a ser evidente, para além do objectivo de denúncia que a censura fez deslocar da imprensa para os livros. No decorrer da acção de *Chiquinho*, a ficção assume-se como veículo informativo. O jornal que se pensa, no romance, irá dizer o que, fora da ficção estão impedidos de dizer, de forma clara, os periódicos reais. A propósito da estratégia e dos objectivos do jornal que queriam criar dentro da estória, os rapazes do liceu de São Vicente delineavam:

-Temos aqui matéria que baste. O homem é uma consequência das suas possibilidades económicas. (...)

*- Portanto, entendo que devemos frisar o nosso condicionamento geográfico e económico. A província vivendo dos rendimentos do Porto Grande. A decadência de S. Vicente. A falta de navegação. Por conseguinte, a depressão nos espíritos.*²²⁷

- Temos matéria abundante à nossa volta (...)

- Vocês precisam abandonar motivos estranhos e dar, nos vossos poemas e contos, a nota da realidade ambiente. (...) - *Precisamos escrever coisas que não pudessem ser escritas senão em Cabo Verde (...). Interessa-nos o carvoeiro que não trabalha em São Vicente há muito tempo.*²²⁸

Nestes diálogos se reconhece, facilmente, o programa da *Claridade*, o que não é estranho, pois, tal como afirmava Bento Levy, num artigo publicado no *Boletim de Propaganda* sobre Baltasar Lopes, “A *Claridade* (...) era quase ele”.²²⁹ E não deixa de ser curioso notar que *Chiquinho* coincide, na data de publicação, com o início do 2º ciclo da *Claridade*.

Justificar-se-á, talvez, um parêntesis na Literatura para lembrarmos a primeira vez que no cinema terá aparecido, de forma tão evidente, esta mescla realidade/ficção; em 1929, o filme *O homem da câmara de filmar*, de Dziga Vertov, deixa o cinema mostrar-se a si próprio, e à desarrumação por detrás das câmaras – o povo russo na rua, no trabalho, e a cidade em movimento. Vertov é o primeiro a usar muitas das técnicas cinematográficas disponíveis – *dissolves, split screen, slow motion e freeze frames* – e a conseguir, com elas, oferecer emoções ao espectador. Nessa medida, e ainda que contrariando a natureza da realidade (os acontecimentos não passam mais devagar ou depressa, consoante a nossa vontade, por exemplo), a sua obra torna-se mais real. O acto de filmar é o centro da construção ficcional. O cinema está dentro do cinema, dando uma visão menos canónica da arte, mas, em parte, mais verdadeira.

Do mesmo modo, o anúncio da necessidade de divulgação da realidade dentro da ficção, aparece em *Chiquinho* como um elemento estranho à Literatura. Não é a Literatura dentro da Literatura, mas é uma escrita

²²⁶ Lopes, Baltasar, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 20.

²²⁷ Lopes Baltasar, 1993, p. 140.

²²⁸ *Idem*, p. 141.

²²⁹ Levy, Bento, «Um caboverdiano em Cabo Verde – notas de uma viagem», in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 65, Praia, Fevereiro de 1955, p. 10.

dentro de outra, o Jornalismo dentro da Literatura, e uma forma ‘não-censurável’ de aproximação ao mundo não ficcional.

Os anos 40 serão um dos mais trágicos períodos da História de Cabo Verde. Segundo dados que António Carreira reuniu a partir de diversas fontes, sabemos que, em 1941, a população do arquipélago conta com menos 6.821 pessoas do que no ano anterior; em 1942, desaparecem 14.907 cabo-verdianos; em 1947, regista-se um decréscimo de mais 13.718 vidas; em 1948, a evolução aponta para menos 15.506 indivíduos.²³⁰ De facto, entre 1941 e 1943, arrasta-se uma das mais duras crises do arquipélago; a fome é geral e, só na ilha do Fogo, morrem 7500 pessoas, isto é, 31% da população.²³¹ De 1946 a 1948, a seca é tão intensa que Santiago perde 65% do seu povo! Em 1946, desaparecem 30 mil cabo-verdianos. Mas já para trás havia uma triste História de estiagens e lutos, com cíclicos picos de mortandade.

Se procurarmos na imprensa das épocas mais críticas, uma correspondência entre esta triste realidade e a informação que dela se tornou pública, concluímos que as notícias não aparecem significativamente diferentes das veiculadas noutras alturas. Pelo menos, não tão diferentes que deixem antever o que se passava realmente no arquipélago.

Em 1942, no pico da crise de que temos eco através de documentos históricos, além da irregular *Claridade* e do *Boletim Oficial do Governo*, apenas um periódico servia as ilhas: o *Notícias de Cabo Verde*. Ora, em Março, ainda que indirectamente, conseguimos perceber, pelo jornal, que há motivos sérios de preocupação nas ilhas: a Cruz Vermelha americana, e a canadiana também, apoiavam a pretensão da Câmara de Comércio Luso-Americana de Nova Iorque de compra de um barco que fizesse a ligação com Cabo Verde para facilitar o envio de socorros aos “irmãos do Arquipélago”.²³² O *Notícias* transcrevia a troca de telegramas entre os Estados Unidos e a Comissão Central de Assistência – um organismo que percebemos estar a tentar canalizar ajudas para as várias ilhas, donde a notícia da fome tinha já saído, de uma forma ou de outra. O jornal apenas dava conta da existência desses telegramas, sem usar adjectivos ou advérbios, não fosse deixar transparecer uma opinião sobre o assunto.

Por exposição bem menor na divulgação do desassossego crescente, as consequências tinham sido pesadas; nesse ano de 1942, o administrador da ilha do Fogo comunicou a uma multidão de famintos, concentrada à porta da câmara, que esperava a resolução do problema já apresentado ao governo da província, tendo o seu irmão declarado que, na falta de ajuda de Portugal, se virariam para o estrangeiro a pedir apoio. As boas intenções acabaram mal. Denunciados, os dois irmãos foram presos, levados para a ilha de S. Vicente, e julgados no ano seguinte, tendo um sido expulso da função pública e outro, cumprido pena de degredo em S. Tomé.

O número seguinte do *Notícias* saltita de questões menores para temas globais, mas continua ausente do drama interno; fixam-se os princípios da vida comercial, fala-se do espírito desportivo e da guerra no mundo, da

²³⁰ Carreira, António, «Evolução Demográfica de Cabo Verde», in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. XXIV, Nº 94, Abril de 1969, pp. 475-500.

²³¹ Almeida, Raymond, *op. cit.*

²³² «A Crise – Uma carreira de navegação entre a América do Norte e Cabo Verde», in *Notícias de Cabo Verde*, Nº 207, S. Vicente, 16 de Março de 1942, p. 3.

aguardente, e de um hospital de crianças em Londres, para que se pedem donativos, uma vez que as instalações foram bombardeadas. Aliás, no mesmo mês, o jornal há-de incluir uma nota breve sobre uma pequena estátua de homenagem ao antigo governador da colónia, Serpa Pinto, na sua terra natal, Cinfães, e para a obra se pede a gentil contribuição dos cabo-verdianos. E assim sucessivamente. Em plena seca, enquanto os ilhéus morriam de fome, os números seguintes do *Notícias* traziam na 1ª página assuntos como «O Problema dos Transportes» (“*por certo, o problema de maior acuidade, de mais transcendente importância*”²³³), as estradas e as levadas de Santo Antão (como se a falta água não fosse um drama), e, nas páginas interiores, continuavam os bailes, o *cricket*, o crescimento de Porto Novo, jogos florais no liceu, a inauguração do busto de Camões, instruções sobre plantação e tratamento de café, serões musicais, e até o aparecimento de uma empresa cinematográfica que era segredo, mas o “*gosto da reportagem rápida, excitante, levou-nos ao defeito da indiscrição*”.²³⁴

O Nº 3 da revista *Claridade* data de Março de 1937. A edição seguinte é publicada já em Janeiro de 1947, assumindo, por escrito, a sua não-periodicidade.

Entre 1946 e 1948, os jornais deveriam, outra vez, se não questionar, testemunhar o que se passava, responder à sua função de fazer sobressair o que o sistema moral vigente não tolerava. De facto, em 20 de Julho de 1946, o *Notícias de Cabo Verde* ocupa meia coluna de uma das suas páginas interiores com a «Crise agrícola em Santo Antão», mas não, não há mortos de fome na notícia, apenas o “*desolamento em épocas de estiagem*”. Contudo,

*O Governo da Colónia e a Assistência Pública têm atendido em parte à aflitiva situação do povo. Ultimamente foi superiormente aprovado um crédito de 600.000\$00 para acudir às precisões (...) É certo, todavia, que a ilha, em geral, carece da protecção desvelada dos Poderes Superiores (...) É ocasião de atacar, em benefício do povo e do seu desenvolvimento, os problemas das estradas e das águas, com largueza, prontidão e audácia.*²³⁵

A audácia da imprensa é que não podia chegar mais longe, sob pena de ficar o arquipélago reduzido aos boletins *Oficial* e de *Propaganda e Informação*.

Agosto chegou ao fim. As lamúrias subiram de tom. O *Notícias* trouxe para a 1ª página a «Crise agrícola» e o «ABASTECIMENTO URGENTE»:

*Quando essas [chuvas] escasseiam, ou faltam inteiramente, as dificuldades da existência crescem ou alargam-se, as tribulações complicam-se e multiplicam-se e, não raro, as amarguras culminam-se em situações trágicas como dos registos históricos e dos anais contemporâneos. (...) Em suma: nos anos em que não chove regular e espaçadamente três ou quatro vezes, é fatal e premente a necessidade de géneros alimentícios de fora do Arquipélago.(...) Pedem-se, pois, providências gerais e urgentes, na medida da carestia existente.*²³⁶

²³³ «O problema dos Transportes», in *Notícias de Cabo Verde*, Nº 210, S. Vicente, 11 de Abril de 1942, p. 1.

²³⁴ *Idem*, Nº 212, 16 de Maio de 1942, p. 4.

²³⁵ *Idem*, Nº 235, 20 de Julho de 1946, p. 3.

²³⁶ *Idem*, Nº 236, 26 de Agosto de 1946, p. 1.

É, talvez, a notícia mais próxima do drama real da fome na imprensa desses dias. Na *fatal necessidade de géneros alimentícios*, está subentendido o que a população bem sabe, mas, fora de Cabo Verde, não se pode imaginar, na sua verdadeira dimensão, ainda que se tenha como certa a limitação da liberdade de quem escreve em qualquer canto do império.

No mês seguinte, sob uma coluna intitulada «Pão e Trabalho», o *Notícias* trata a fome por “*problema da alimentação pública*”,²³⁷ mais grave, segundo o jornal, em Santo Antão, S. Vicente, Boavista e Sal, onde “*os géneros alimentícios que não faltam, escasseiam grandemente*”. Nesta ocasião, a crise merece, mais do que um relato morno da falta de comida, um ‘vivo aconselhamento’ de reingresso do Porto Grande nas rotas de navegação, e da abertura de trabalhos públicos, com remuneração proporcional ao esforço empregue pelos trabalhadores e à extensão da família a cargo. Mas vão longe os tempos das *Pavorosas revelações* de Loff de Vasconcellos.

Perante a lei a que estavam sujeitos os jornais, não era de supor que o tom das notícias fosse de horror, indignação e revolta. Mas a mágoa da palavra bloqueada espreitava, a cada oportunidade de reflexão. É de Novembro de 1946, o texto «A Imprensa», publicado na 1ª página do *Notícias*:

*Não há prepotência, concorrência ou competição que sejam capazes de anular a influência e o prestígio da espiritualidade jornalística na condução do género humano.*²³⁸

Mas estas eram as verdades abstractas e teóricas. As possibilidades estavam à vista; a imprensa apenas se contorcia de dores e esperanças, aqui e ali, pedindo atenção, ajuda, já agora.

*Era proibido comentar a «situação» e havia uma espécie de apatia geral. Nossas Esperanças eram os Homens-Grandes e os Homens de Letras, conterrâneos que não puderam intervir, de modo que Todos vivíamos de suspiros, num fatalismo condescendente.*²³⁹

Seria preciso virarmo-nos para os livros. Eles trariam a ‘situação’ para a praça pública, perpetuando, mais ou menos fielmente, a tragédia que se arrastava nas ilhas.

Admitirá Manuel Lopes, já no dobrar do século:

*Em 1942 deu-se a terrível estiagem, a mesma que tentei, palidamente, reproduzir nas páginas d’ Os Flagelados do vento leste.*²⁴⁰

²³⁷ *Idem*, Nº 237, 11 de Setembro de 1946, p. 2.

²³⁸ *Idem*, Nº 239, 16 de Novembro de 1946, p. 1.

²³⁹ Romano, Luís, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 239.

²⁴⁰ Lopes, Manuel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 81.

Essa é uma das obras que mais drasticamente terá dado conta de como a fome matava em massa a população de Cabo Verde. Aos olhos de terceiros, incompreensivelmente.

As estórias de quem segue atrás de comida são pungentes; mundos acabados, esqueletos com as trouxas à cabeça tomam a direcção do trabalho que se espera pago com milho, feijão e batatas. Os mortos ficam atrás e pelo caminho:

- *E os meninos?*
- *Debaixo da terra. Um ontem à tarde, outro esta pla-manhã.*
- *Era assim tão grande a falta d'ocês, compadre?*
- *A gente não sabe até onde força de menino pode chegar.*²⁴¹

*Quando a mulher foi levada, na noite negra, pelo penedo da beira do barranco, José da Cruz perdeu a orientação da vida, passou uns dias tonto à roda da casa, vazia, da Terranegra, esquecido da existência dos filhos, Mochinho e Lela. Abandonara-os no esteirado da cama entre as roupas. No seu desvairamento, a morte de Zepa representava o fim de tudo. Um e outro arrefeceram sem um gemido, e quando o pai se lembrou de os procurar, e puxou as roupas que os envolviam, já não eram deste mundo.*²⁴²

Publicado quase 20 anos depois da tragédia que diz espelhar, *Os Flagelados do Vento Leste*, tornaria perpetuamente penosa a mortandade que a fome engrossava em Cabo Verde. Como que justificando o livro, Manuel Lopes explicaria mais tarde:

*É que a narração dos factos testemunhados tiveram uma acção terapêutica, ou mesmo catártica, sobre a minha sensibilidade, não viesse o remorso pesar-me na consciência de ter assistido, impávido, a um drama pungente – chamemos-lhe apenas isto (humanamente evitável, como veio a verificar-se) -, uma das periódicas catástrofes, nem pior nem melhor que as anteriores, secularmente toleradas naquele Arquipélago.*²⁴³

Com o aliviar da própria consciência, Manuel Lopes confessa um outro propósito na dedicação da caneta à seca extrema e à fome fatal: à impossibilidade pessoal de mudar acontecimentos que alguma entidade superior (mas não forçosamente divina) poderia ter evitado, o homem reage com o escritor que também é, e com a força que, nessa qualidade, pode ter:

Lavar as mãos comodamente, como Pilatos, seria, mais do que tolerância e cumplicidade da minha parte, um crime insustentável. Escolhi então a arma mais eficaz do ficcionista: a «discreta» denúncia duma situação

²⁴¹ Lopes, Manuel, *Os Flagelados do Vento Leste*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 2001, p. 125.

²⁴² *Idem*, p. 190.

²⁴³ *Idem*, «Nota introdutória», p. 8.

*histórica, sem apontar o dedo acusatório, apenas com o intuito de transmitir aos outros (...) os mesmos sentimentos, a mesma repulsa, que me assaltaram, levando-lhes a experiência da minha perplexidade.*²⁴⁴

Não será de admirar que a produção literária do arquipélago fosse acompanhando o percurso de consciencialização da elite intelectual; sem podermos encarar *Os Flagelados* como um documento histórico puro, convém, pois, que lhe reconheçamos esse estatuto intermédio de ficção informativa ou, pelo menos, de romance com raízes indestrinçáveis da terra seca de um arquipélago dramaticamente real.

A preocupação de partilha de que dá conta Manuel Lopes não sugere apenas a necessidade de comunhão de algo dentro do universo da Literatura. Avaliando as palavras do autor, não parece leviano afirmar-se que há, nesta obra, uma intenção muito mais vasta do que contar uma estória ao público leitor de livros. O destinatário dos *Flagelados* é todo o público a que a História, mais do que a estória, possa chegar. Quem denuncia quer ser ouvido e compreendido (e, de preferência, socorrido) por qualquer destinatário que, mais do que mero receptor, possa vir a ser cúmplice nas acusações e, logo, no comprometimento dos acusados.

Apesar de, para Onésimo Silveira, os *Flagelados* se enquadrarem “num realismo puramente descritivo, de que está ausente uma intenção social reformista”, Óscar Lopes diria, em 1972:

*Há quem tenha posto em dúvida a possibilidade de um romance português de categoria universal. Traduzam este romance, e verificaremos se interessa menos lá fora do que o melhor de Jorge Amado, Lins do Rego ou Graciliano Ramos. A mim interessa mais: responsabiliza-me pessoalmente.*²⁴⁵

Na ausência de notícias honestas, de crónicas pertinentes ou artigos sérios de opinião, parece não haver dúvida de que *Os Flagelados* terão criado algum desconforto, pelo menos. Se a obra não goza do estatuto de grande reportagem, por todos os factores que a inscrevem num universo diferente do da transposição isenta da realidade, do seu carácter ficcional não deixa de transparecer uma fidelidade, senão aos factos, em si, à História que os inspirou, criando personagens e relações que, embora não verdadeiros, a espelham de forma credível.

Não fora a ‘rolha’ de João Belo, e a informação que as rotativas deveriam reproduzir em milhares de exemplares não teria mote mais premente, não despertaria diferentes sentimentos, não levaria, ainda que por caminhos direitos, a perguntas diversas daquelas que são sugeridas pelo romance de Manuel Lopes.

Mas, assim como a personagem principal de *Flagelados* teima em desafiar a seca para além do limite da sobrevivência, demonstrando que nessa paciente e obstinada permanência estará, porventura, a mais extrema opção de luta, também Manuel Lopes encontra uma forma ‘pacífica’ de lutar. E não são – pensamos – as descrições que Onésimo Silveira condena, que retiram a esta obra a “*intenção social reformista*”.

²⁴⁴ *Ibidem.*

²⁴⁵ «Manuel Lopes – escritor cabo-verdiano 1907-2005», in *Caboindex*, 2007, disponível em: <http://www.caboindex.com/claridade/>

Gabriel Mariano, homem porventura mais próximo de O. Silveira na forma de transposição da consciencialização dos escritores para a Literatura, observará, a propósito dos *Flagelados* e também de *Chiquinho*:

*se você aceitar que uma revolta também pode consistir num simples lamento pungente ou num choro amargoso... Aliás, sugerir a revolta é autolibertar-se.*²⁴⁶

Manuel Lopes não era homem panfletário, nem dado a grandes exposições públicas. Fez o que entendeu fazer melhor pelo seu povo, contando tudo a quem chegasse a sua escrita, para

*dizer-lhes, em suma, que algures, numas indefesas ilhas do Atlântico em plena rota da chamada civilização ocidental, neste século das solidariedades, um mal devastador exigia a presença imediata e constante do clínico, não para disfarçar a anomalia, ou o escândalo, se quiserem, mas para (...) fornecer a terapêutica adequada à recuperação e sobrevivência de um povo que ousou contrariar os desígnios da natureza.*²⁴⁷

Também aqui, a arte de levar o leitor a partilhar as emoções das vítimas através do relato chocante da fome que indicia uma realidade muito próxima, e o quase desejo de poder salvar da morte as personagens do romance, fazem-nos pensar no entendimento de John Stauffer sobre literatura protestatária, até porque a centralização da atenção do público nos destinos de meia dúzia de nomes não retira abertura ao texto, que deixa no pensamento temas como a ‘legitimidade’ do roubo, por exemplo, ou a verdadeira utilidade dos trabalhos públicos. Sem censura, em 1913, Luís Loff de Vasconcellos questionara a abertura das obras tão proclamadas pelos poderes coloniais, por ficarem muito longe das áreas acossadas pela fome. As famílias, de tão debilitadas, não tinham já condições de se arrastar até aos trabalhos.²⁴⁸ Os *Flagelados* não o dizem, mas deixam entendê-lo.

Sem poder esperar-se, na época e nos espaços abrangidos por esta publicação, que um livro tocasse os níveis de leitura da imprensa em geral, a atitude do autor tem de ser interpretada independentemente da divulgação da obra. Não é à Literatura que se atribui a mão que nomeia e demite ministros. Não é nos livros que se intentam rápidas mudanças sociais: É à imprensa que chamam 4º poder, goste-se ou não da crueza do título. Curiosamente, na mesma nota que confessa a intenção primeira d’ *Os Flagelados do Vento Leste*, Manuel Lopes haveria de concluir:

*Por coincidência, ou por que fosse, medidas foram tomadas, e posteriormente mantidas, que não permitiram a repetição de tais calamidades (as mortandades em massa pela fome, ou inanição como sóia dizer-se), embora desde 1968 as estiagens não tenham ainda cessado de fustigar o Arquipélago.*²⁴⁹

²⁴⁶ Mariano, Gabriel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 378.

²⁴⁷ Lopes, Manuel, *op. cit.*, p. 8.

²⁴⁸ Vasconcellos, L. Loff de, *op. cit.*, p. 11.

²⁴⁹ Lopes, Manuel, *op. cit.*, pp. 8-9.

Se foi, de facto, uma coincidência, ela fez a felicidade do escritor/denunciante por achá-la o fruto (casual?) de uma ficção custosa, na medida em que o obrigou a reviver intensamente um drama feroz. Mas, considerados os objectivos enunciados pelo próprio Manuel Lopes, não pode ser absurdo acreditar que o romance tenha cumprido a função de delatar uma realidade que, ficcionada, chegou mais longe.

Quando morreu Manuel Lopes, em 2005, o primeiro-ministro cabo-verdiano, José Maria Neves, disse à Lusa:

*Deu a conhecer ao mundo as calamidades, as secas e as mortes no arquipélago, sobretudo nos anos 40 e 50.*²⁵⁰

Luís Romano exerceu várias profissões, antes de sair de Cabo Verde, entre elas a de capataz de obras públicas. Nessa condição, terá visto de perto o fim da vida de muitos homens e mulheres que, perante a insensibilidade das autoridades, iam manchando de morte as bermas dos caminhos em construção.

Quando se encontrou, um dia, com B. Léza, Luís Romano mostrou ao músico de Mindelo as primeiras páginas de *Famintos*. A propósito do trabalho, ainda inacabado, que viria a ser uma das ‘bandeiras’ da preparação do PAIGC, B. Léza terá aconselhado cautela. Referia-se à censura e aos servidores do regime colonial, em geral, por reinar, entre estes, um servilismo que praticava a denúncia obsessiva de quem falava, escrevia e cantava os problemas do arquipélago.²⁵¹

Famintos foi escrito nos anos de 40 (década em que duas fomes arrasadoras ficaram para a História), mas apenas publicado no Brasil, em 1962.

A assumpção de temas internos como inspiração da escrita centra-se na fome, e é encarada com mais animosidade do que o que se permitiam os homens da *Claridade*. Por andar – presume-se – brutalmente próximo do real do arquipélago, nesses tempos de desumanidade, *Famintos* foi proibido pela censura, apesar de todos os quadros que fazem a unidade do livro se passarem numa “Ilha Sem Nome”. Mas havia já, então, uma clandestinidade organizada que fazia circular os instrumentos favorecedores de uma consciência nacional, conducente à independência política. Os anos de 60 são, para Cabo Verde, os da poesia revolucionária que monta oposição ao colonialismo. Ovídio Martins, Kaoberdiano Dambará, Corsino Fortes, Onésimo Silveira e outros, usam poemas para incentivar o debate público sobre a necessidade de mudança.

Entusiasta da Antropologia Cultural,²⁵² Luís Romano soube dar-lhe o seu contributo, assumindo-se, pela ficção, como anotador credível da realidade cabo-verdiana:

Instintivamente ia anotando aqueles horrores que se espalharam pelo arquipélago, fusionei os panoramas de várias ilhas num único cenário, comparei relatos dispersos sobre a temática da Fome, consegui condensar casos

²⁵⁰ «Manuel Lopes – escritor cabo-verdiano 1907-2005», in *Caboindex*, 2007, disponível em: <http://www.caboindex.com/claridade/>

²⁵¹ Romano, Veladimir, «Dos famintos ao negrume», Lisboa, 8 de Julho de 2009. Disponível em: http://www.etnia.org.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=1

²⁵² Luís Romano publicou, entre outros ensaios, *Cabo Verde: Civilização no Atlântico Médio*.

*personais, e, então, elaborei o primeiro livro caboverdiano de denúncia colonial, que foi interdito e rejeitado por aqueles que se promoveram com a «situação» em Caboverde.»*²⁵³

A “Ilha Sem Nome” que surge como aglutinadora das misérias do arquipélago real, naufraga entre relações sociais desmoronadas, valores destruídos e uma violenta desumanização das pessoas. A família não existe mais como espaço de protecção, a casa de Deus não abriga ninguém, as iniciativas de ajuda às crianças famintas não passam de fachadas enganosas, destinadas a ‘deixar morrer’ mais rapidamente. Acima de tudo, reina a impunidade dos que, não só não auxiliam, como empurram para a morte, seja com castigos físicos, com violência psicológica ou com milho cru a que os corpos enfraquecidos pela fome não resistem.

Mais do que denúncia, *Famintos* encerra acusações gravíssimas ao poder colonial. As principais não fazem mais do que repetir, concretizando, na ficcionalidade, o que Loff de Vasconcellos tornara público através das suas *Pavorosas Revelações* do princípio do século. Era de crime que falava o opúsculo? É de crimes que se faz o mundo de *Famintos*: de violações de meninas a troco de comida, de espancamento de homens que se não aguentam já de pé, de roubos de dinheiro, de terra e de passado a quem morre de fome, de negação do alimento prometido depois de um dia de trabalho, do gozo mórbido de dar comida, matando. É o médico do romance quem diz:

*- Milho cru é um perigo... o organismo está debilitadíssimo. Uma fatura repentina abrevia a morte desses pedintes... Esse povo (...) necessita de uma assistência assídua, rigorosa, fraterna, para que não morra comendo, o que é um dramático paradoxo: Um verdadeiro crime (...).*²⁵⁴

Mas, enquanto porcos e cavalos lambem os beiços, empanturrados de ração, as crianças devoram grãos de milho por ferver. A morte, apressada assim por quem, junto do povo, tem o papel de a evitar, torna-se, não num flagelo, mas “*em linguagem humana, BARBARIDADE, em letras maiúsculas*”,²⁵⁵ diz o delegado de saúde. Em vez do extermínio dum povo que Loff de Vasconcellos anunciava, o médico que visita a «casa dos ossos» fala de acção concertada:

*uma fome que nos dá a impressão de ter sido organizada para o desaparecimento de um povo. Provocada pelas estiagens e aproveitada pelos comerciantes e usurários e oportunistas.*²⁵⁶

Na qualidade de nutricionista, mas muitos anos depois, Teixeira de Sousa tocava também nessa questão da responsabilidade, dizendo que foi mantendo alerta o governo colonial quanto aos perigos da alimentação, a fim de evitar calamidade igual à dos anos 40. Foi conseguindo apoio, graças a relatórios claros e incisivos que não convenceram, porém, todos quanto era necessário cativar para evitar mais mortes:

²⁵³ Romano, Luís, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 239.

²⁵⁴ Romano, Luís, *Famintos*, Lisboa, Publicações Nova Aurora, 1975, p. 134.

²⁵⁵ *Idem*, p. 146.

²⁵⁶ *Idem*, p. 147.

*As minhas recomendações foram sempre bem aceites e acatadas, excepto num pequeno lapso de tempo em que determinado secretário-geral duvidou... a influência que exercia sobre o governador era grande. Assim, os dois homens iam causando a morte de milhares e milhares de criaturas, se não tem havido o render da guarda desse governador.*²⁵⁷

Perguntava Manuel Veiga, por ocasião do 40º aniversário da queda da ‘Assistência’, porque vivia Cabo Verde sob tamanha desgraça, porque acontecera tudo aquilo:

*Porque assim quiseram as repetidas estiagens; porque assim decidiram os que detinham o poder político e económico; porque assim era o «destino» dessa gente indefesa, mas um destino fabricado pelos inimigos dessa mesma gente.*²⁵⁸

Houve, pois, – diz-se fora da ficção – gente que matou sem precisar de agir. Pelo contrário, a inacção terá provocado os crimes de que só a Literatura fala durante as décadas em que a imprensa teve de ocultar o que de mais importante se passava no arquipélago.

A inutilidade que Loff de Vasconcellos via na abertura de estradas, longe dos lugares mais afectados pela fome, e que Manuel Lopes provava pelo martírio de quem os queria atingir, é corroborada pelo médico de *Famintos* que defende a impossibilidade de organismos tão debilitados enfrentarem trabalhos forçados, uma “verdade-mentira”, voltando a pôr em causa a única estratégia colonial que o governo anunciava nos jornais para debelar as crises. Se havia empregos, de que crises falaria a imprensa?

De novo, parece haver uma correspondência entre o real faminto de Cabo Verde e o reflexo que dele ia fazendo a ficção, mais ou menos claramente engajada, mais ou menos assumidamente protestatária ou revolucionária, mesmo, como será fácil considerar a obra-prima de Luís Romano.

Sobre a censura, às vezes sugerida em versos distraídos, às vezes, insinuada nas entrelinhas dos periódicos, *Famintos* não poderia ser mais directo e esclarecedor:

*- Para melhormente compreender, Doutor, é necessário não registar todos os mortos na coluna da Inanição. Dá mau aspecto. Você arranje outra espécie de moléstia, gripe, por exemplo, ou então palustre. Precisamos de mortes. (...) Há razões superiores, diplomáticas, que implicam este silêncio, a conveniência de mudar o nome desta mortandade. Faça o que lhe digo. (...) Foi-me indicado pelo poder central. A diplomacia, Meu Caro, é isso: - Dissimular.*²⁵⁹

²⁵⁷ Sousa, Teixeira de, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 196.

²⁵⁸ Veiga, Manuel, *op. cit.*, p. 116.

²⁵⁹ Romano, Luís, *op. cit.*, p. 142.

A Michel Laban, o contestatário Luís Romano confessaria ter tido de escrever em segredo “já que a CENSURA se infiltrava por toda a parte e o Campo de Concentração do Tarrafal era uma realidade. Acima de tudo isso estava o meu Pai, que era funcionário público!”.²⁶⁰

Cremos que não haverá melhor indício de que *Famintos* apontava incisivamente para a verdade de Cabo Verde, do que o facto de o romance ter sido proibido pela censura até a ditadura chegar ao fim. Isso era o que acontecia com os jornais. A imprensa existe para divulgar informação que se pretende verdadeira. Quando incomoda ou afronta, elimina-se o texto ou o periódico. Sossegada esta pelas leis censórias, não haveria razão para preocupações com textos criados no domínio da ficção. Afinal, a Literatura tece-se com razões estéticas e exercícios de imaginação. Se *Famintos* não foi considerado como tal, se foi proibido de circular, muita verdade devia manchar o romance.

Mudemos de autor/denunciante e de texto literário/informativo; *Hora di bai* chega ao público muito depois dos períodos de fomes arrasadoras, quase no fim da ditadura. Não podemos deixar de notar que o livro não tem introdução ou palavras prévias. Em vez disso, a narração arranca com um capítulo que enche apenas uma página – o espaço suficiente para partilhar um olhar aglutinador do drama em que se afundara, repetidamente, Cabo Verde:

Empurrados do interior, os povos buscavam o litoral na esperança (...) de qualquer coisa que lhes desse, ao menos, a ilusão de alimento. Nem a sopa da Assistência evitava que no alvor da madrugada a carroça da Câmara levasse os que haviam tombado, de noite, na rua, inteiriçados, frios. (...) as bocas famintas, senhor, eram às dezenas de milhar.

A maldição varrera a ilha. A maldição da estiagem. Da fome. Os sobreviventes dessa fúria ciclónica, que eram? Restos da vida absurda e degradada na luta impiedosa pela sobrevivência.

*E nesse tempo da fome a ilha de São Vicente era o porto de salvamento, como vamos ver.*²⁶¹

Ao virar da página, o 2º capítulo começa assim:

*Isto se passava no verde Arquipélago no ano de mil novecentos e quarenta e três – e ninguém, que se saiba, o olvidou.*²⁶²

A quem, fora de Cabo Verde, chegou notícia da estiagem e do nada que era feito para lhe combater as consequências, a frase de abertura do 2º capítulo do romance soará como a explicação, ainda não ficcional, da ficção que a seguir começa. À interpelação do leitor, através da expressão “como vamos ver”, no fim do 1º capítulo, segue-se, de imediato, a localização espácio-temporal da acção, sugerindo uma proximidade incomum com a realidade, e como que validando a veracidade dos factos que a seguir vão ser narrados.

²⁶⁰ Romano, Luís, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 229.

²⁶¹ Ferreira, 1987, p. 15.

²⁶² *Idem*, p. 16.

Desde a primeira página, o romance é uma espécie de ‘centrifugação ficcionalizante’, mesclando nomes, lugares, músicas e factos reais com traços de um mundo imaginado que, aparentemente, confere à história menos precisão. Será que a desvinculação do referente real, através da data em que o autor faz correr toda a acção, incluindo a manifestação da fome em S. Vicente, valerá a exclusão do romance do mundo real faminto de Cabo Verde? Ainda assim, ao estabelecer o ano de 1943 como a época em que se fixa a acção, Manuel Ferreira está a ancorar a sua ficção num dos piores tempos da História do arquipélago – a data em que termina o ciclo de mortandade de que partiu também Manuel Lopes para escrever *Os Flagelados do Vento Leste*. O espaço não é mais Santo Antão. A narrativa de *Hora di bai* conduz os resistentes da fome de São Nicolau para São Vicente, ampliando o cenário da tragédia:

*A gente de Sãocente olhava amargurada para aqueles corpos onde a fome entrava como bicho manhento. Mirradas as pernas, comidas as faces, destruídas as formas arredondadas, apenas feixes de ossos dentro das roupas leves, rotas, bamboeantes.*²⁶³

E uns tempos passados, nem a ilha do Porto Grande que tinha sido, para muitos, a única saída, a última esperança, nem essa resistia já:

*Havia miséria. Faltava catchupa. Descarga de carvão acabou. A sineta da companhia – talefe–talione!, talione–talefe! – emudeceu. Como os tempos mudaram, oh nha mãe. Barcos na baía apenas um, lá de quando em quando. Não havia milho, não havia carvão, não havia barcos (...) Chuva não havia. Trabalho não havia.*²⁶⁴

Chamado por M. Laban a caracterizar a ficção cabo-verdiana das décadas de colonialismo censor em que se inscreve *Hora di bai*, dirá o seu autor:

*há uma denúncia, há uma **visão do real** cabo-verdiano marcadamente ideológica e **que se transforma**, do ponto de vista temático, **numa acusação**. Essa acusação é dirigida, implicitamente, ao colonizador, já que é ele que detém o poder, o responsável pela economia, pela situação social, cultural, etc.*²⁶⁵

As acusações que facilmente encontramos nas respostas às interrogações levantadas pelo decorrer da acção, são complementadas com outra estratégia de responsabilização do poder político: o papel da imprensa – a obediência à verdade que não pode, no tempo de escrita do romance, concretizar-se – aparece esclarecido nas malhas da ficção. Este romance não é, aliás, caso único na utilização desta fórmula (Baltasar Lopes tinha feito o mesmo em *Chiquinho*), mas vejamos como é processada a inclusão do Jornalismo na Literatura: dentro do romance, a voz de Juca Florêncio exalta na imprensa as gentes de Cabo Verde. É um homem embebecido com a sua prosa e com o prestígio que julga alcançar através do que escreve para os jornais das ilhas e de Lisboa.

²⁶³ *Idem*, p. 51.

²⁶⁴ *Idem*, p. 71.

²⁶⁵ Ferreira, Manuel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 109.

Mas, tal como o discurso que se adivinha balofo, o conteúdo do que escreve Juca Florêncio deixa muito (quase tudo) a desejar a quem sustenta, na idade verde, o radical desejo de verdade. É por isso que, à vista de mais uma crise provocada pela estiagem revivida no romance, e das mortes causadas pela fome que varre as ilhas, os estudantes de S. Vicente se revoltam com a falta de correspondência entre o que escreve o pseudo-intelectual, e a realidade cabo-verdiana representada realisticamente no livro. Uma vez mais, trata-se de estória agarrada à História:

*Aí estavam também os rapazes do liceu, no segundo número da folha, a Madrugada, a darem bordoada no jornalista, e a mais uns tantos. (...) Era tempo de as coisas se dizerem sem subterfúgios. Seguir o exemplo dos homens honestos das ilhas, a despeito de os caminhos estarem vedados.*²⁶⁶

E os caminhos, percebe-se bem quais são – os jornais calados pela censura. Ainda assim, Manuel Ferreira desfaz a metáfora e conduz outra personagem por ‘estrada mais larga’: Dr. César, como os estudantes, insurge-se contra a hipocrisia dos escritos de Juca Florêncio e, incitado por quem lhe ouve os desabafos, pensa em atacar o discurso acomodado com um relato “*pondo tudo a claro*”:

*Julgavam que tinha medo? Se julgavam, enganavam-se, redondamente. Publicar o artigo não podia. E a Censura?*²⁶⁷

É, pois, possível, encontrar, no domínio ficcional, a consciência do desencontro da prosa dos jornais com a realidade do arquipélago. *Hora di bai*, estando protegido pela classificação teórica que o insere no universo da ficção, denuncia essa discordância de verdades sem as consequências que a mesma atitude acarretaria na imprensa de então. É como se a não-verdade a que pode levar-nos o conceito de fingimento subjacente à ficção, fosse o pressuposto necessário para que a verdade pudesse ser revelada sem as reais limitações que teria se assumida como tal.

É a Literatura que acaba por pôr a nu os constrangimentos do Jornalismo, como que desculpando o mau serviço que a imprensa prestava às gentes de Cabo Verde, na medida em que não podia expor os factos honestamente. Ao substituir os jornais, nessa consciente missão de denúncia da realidade, a Literatura garante que essa realidade não seja ocultada. De uma forma ou de outra, a verdade diz-se, ou, pelo menos, indica-se, ao longe.

- Há por aí uma rapaziada rebelde, D. Venância.

- Isso é gente de literatura, senhor. Rapazes que gostam de fazer versos, e pôr seu nome no jornal.

*Isso de ser gente de literatura não queria dizer nada. Quantas vezes não é por aí que se começa.*²⁶⁸

²⁶⁶ Ferreira, Manuel, 1987, p. 55.

²⁶⁷ *Idem*, p. 57.

²⁶⁸ *Idem*, p. 36.

Estará, de facto, na Literatura cabo-verdiana o começo visível da independência cultural, do nacionalismo que levará à formação de um novo país.

Tocando, apenas indirectamente, a seca, a fome e a morte, há perguntas lançadas no decorrer das conversas entre as personagens do romance de Manuel Ferreira que revelam espíritos menos acomodados, e apontam para as causas e para as culpas da não-resolução do drama: porque não se leva para a frente um plano de combate à seca? Porque não há uma estratégia que atenua a falta de trabalho com a decadência do Porto Grande de S. Vicente? D. Venância, senhora mais esclarecida do que a média dos habitantes do Mindelo de *Hora di bai*, explica:

*Sabe, duas espécies de Governadores tem nossa terra. Uns vêm e não gostam dela. Vão-se embora logo que podem. Outros vêm e gostam do povo. Desta vidinha nossa.*²⁶⁹

J. Bacellar Bebiano esclarecia, 3 anos antes da publicação do romance de Manuel Ferreira, nos Colóquios Cabo-verdianos:

*Os vencimentos são dos mais reduzidos das províncias ultramarinas; por isso, os servidores do Estado fazem o possível para não serem nomeados para esta província, e aqui permanecem o menor tempo possível.*²⁷⁰

A verdade é que a intriga do romance é débil, para não dizer quase inexistente. Muito mais importantes do que o rumo da estória, aparecem os cenários, o contexto histórico, os factos e acontecimentos presos a referentes reais que assumem grande parte do protagonismo, funcionando as personagens e os seus comentários perante as situações, como elos de ligação entre uma sólida recriação do real.

Jorge Barbosa será sempre associado à evasão decorrente da insularidade que atravessa toda a sua obra. Poeta a que não é difícil apontar o comedimento do discurso, não deixa de quase explicar o óbvio motivo da contenção em «Prisão»: “*Pobre do que ficou na cadeia, /de olhar resignado, /a ver das grades quem passa na rua! / Pobre de mim que fiquei detido também / na Ilha tão desolada rodeada de Mar!... /...as grades também da minha prisão!*”.²⁷¹ A revelação de um poeta silenciado, espartilhado pelos muros da censura está na dimensão política que a época tornava necessário considerar, também na poesia. «Prisão» foi publicado em 1941.

É dentro da obra, e não extra-literariamente, que Jorge Barbosa justifica a atitude para que o empurraram as circunstâncias: *Era para eu/ ser panfletário./ Os meus escritos/ teriam a verrina/ as iras/ o rubro/ grito de*

²⁶⁹ *Ibidem.*

²⁷⁰ Bebiano, J. Bacellar de, *Colóquios Cabo-verdianos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959, p. 146. (No ano de 1959 um Engenheiro-chefe trabalhando nas obras públicas recebia, por ano, 72.000\$00 em Cabo Verde; em Angola a remuneração para o mesmo cargo era de 156.000\$00, podendo chegar aos 198.000\$00 no caso de haver remunerações especiais).

²⁷¹ Barbosa, Jorge, «Casebre», in *Obra Poética*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Associação Cabo-Verdiana de Escritores, 2002, p. 89.

*revolta!(...)/ O magnífico/ e heróico destino/ que eu imaginava/ tão liricamente/ ser o meu/ venceram-no / a prudência/ o temor/ a família/ venceu-o/ este meu outro/ real/ e melancólico/ destino burocrático.*²⁷²

Não questionamos a razão do poeta que sente derrotado o seu lado revoltoso. Ainda assim, será impossível ignorar que, com escritos prudentes, Jorge Barbosa exteriorizou a revolta de que revestia os destinos heróicos. Alguns anos antes, Jorge Barbosa dedicara algumas palavras ao que considerava ser o papel da escrita e, indirectamente – percebe-se – da Imprensa. Sob o pretexto de reflectir o bem escrever, dizia no *Ressurgimento*:

*A preocupação de quem escreve é uma preocupação que vai além do exagerado formalismo literário, porque o que se tem em mira é agitar problemas que interessam na realidade, e esses, convençamo-nos, não se sentem bem na indumentária do palavriado conselheiresco e grave, que lhes faz morrer de asfixia...*²⁷³

Se a agitação preconizada não era tão evidente como o poeta gostaria, isso não invalida o resultado de um trabalho de ponderada crítica. Elsa Rodrigues dos Santos considera *Ambiente* o marco em que se traçam os “*vectores fundamentais para uma poesia de denúncia e de consciencialização*”²⁷⁴ que alguma crítica excluiu dos propósitos de Jorge Barbosa. As descrições detalhadas que o poeta usa para abrir caminho à reflexão valeram-lhe, aliás, por parte de Onésimo Silveira, a consideração de que exportava um “*retrato esbatido do caboverdiano*”, de quem terá oferecido sempre um “*enganoso e romântico estereotipo*”,²⁷⁵ nessa postura de “*pontífice*” do evasionismo.

Mas é precisamente no recurso de Jorge Barbosa à descrição ‘evasionista’, que encontramos um modo poeticamente documental na sua escrita. Quando diz: “*Vagueiam pela cidade/ esqueléticas crianças. /Chegaram de fora/ (...) Pedem tostões pelas ruas/ (...) Parecem bonecos macabros/ e causam dó*”,²⁷⁶ não chega a encobrir, por detrás do relato aparentemente simples, o forte desejo de registar algo que conhece, mais do que imagina. É à realidade tristemente cabo-verdiana que a sua poesia arranca os versos:

*a maior parte dos (...) poemas integra-se numa temática em que o «aqui» institui-se como o real com as suas estiagens, a fome, o abandono votado às ilhas, a paragem do trabalho, produto de uma estrutura económica estagnada, sem impulso dinamizador e capacidade para superar os condicionalismos climáticos.*²⁷⁷

Ainda que se trate de recriação pessoal do poeta; ainda que o real surja transfigurado numa existência subjectiva, é a vida crioula, na sua miséria histórica, que alimenta a poesia de Jorge Barbosa.

«**Casebre**», texto integrante de *Caderno de um Ilhéu* (1956), será um dos mais crus poemas do autor na partilha da tragédia silenciosa de Cabo Verde:

²⁷² Barbosa, Jorge, 2002, pp. 321-324.

²⁷³ Barbosa, Jorge, «Variações – Escrever bem - », in *Ressurgimento*, Nº 12, Sto. Antão, 29 de Setembro de 1934, p. 2.

²⁷⁴ Santos, Elsa Rodrigues dos, *op. cit.*, p. 16.

²⁷⁵ Silveira, Onésimo, 1963, p. 12.

²⁷⁶ Barbosa, Jorge, 2002, pp. 66-67.

²⁷⁷ Santos, Elsa Rodrigues dos, *op. cit.*, p.16.

*Foi a estiagem
E o silêncio depois.*

*Nem sinal de planta
nem restos de árvore
no cenário ressequido da planície.*

*O casebre apenas
de pedra solta
e uma lembrança aflitiva.*

*O tecto de palha
levou-o
a fúria do sueste.*

*Sem batentes
as portas e as janelas
ficaram escancaradas
para aquela desolação.*

Ao captar e transmitir a ‘matéria poetizável’ que corresponde às realidades que o rodeiam, Jorge Barbosa vai fixando quadros e momentos do quotidiano crioulo que oferece ao leitor, impregnados da essência com que consegue carregar essas existências. Como nota Gabriel Mariano, o concreto, o palpável são imediatos na apreensão das cenas descritas; o que elas significam, a “*lembrança aflitiva*”, a essência da vida cabo-verdiana, chega indirecta, mediadamente.²⁷⁸

Em «Casebre», os efeitos da estiagem abrem a descrição das existências objectivas. Mas logo surge desassossego maior do que o provocado pela lembrança já insinuada:

*Nestes tempos
não tem descanso
a padiola mortuária da regedoria.*

*Levou primeiro
o corpo mirrado da mulher
com o filho nu ao lado
de barriga inchada
que se diria*

²⁷⁸ Cf. Gabriel Mariano, *Cultura Cabo-verdiana – Ensaios*, Lisboa, Vega, 1991, pp. 155-156.

*que foi de fartura que morreu.
O homem depois
com os olhos parados
abertos ainda.*

E aqui está também presente outro dos habituais recursos de que se revestem as descrições de Jorge Barbosa – a eleição de pormenores que, se por um lado, contribuem para o realismo que as cenas descritas alcançam, por outro, não deixam nunca de ser portadores da inquietação que preside ao motivo da composição poética. Os olhos parados, a nudez do filho, a barriga inchada, arrastam a crueza da realidade poetizada, e prendem à denúncia o propósito de quem, pacificamente, afirmou a sua revolta.

A propósito de «Nocturno», de Osvaldo Alcântara, Manuel Velosa afirmou que a “*verdadeira poesia nunca descreve, no sentido comum da expressão*”.²⁷⁹ Embora fosse com esse “sentido comum” que Onésimo Silveira procurava rotular a obra de Jorge Barbosa; apesar de, segundo David Mourão-Ferreira, o tom coloquial não lograsse, sequer, categoria artística a *Caderno de um Ilhéu*,²⁸⁰ facilmente encontramos, em cada composição poética do autor, o que vai para além desse sentido comum, isto é, o que não é dito, mas transparece dos elementos descritos.

Não faltam vozes que expliquem a quem não passou da leitura literal dos poemas de Jorge Barbosa, o caminho que deveriam seguir para uma interpretação mais ‘proveitosa’ da sua obra; Manuel Veiga socorre-se de Saussure:

*une langue esta radicalement impuissante à se défendre contre les facteurs qui déplacent d’instant en instant le rapport du signifié et du signifiant. C’est une des conséquences de l’arbitraire du signe.*²⁸¹

Enfatizando o sentido que adquirem os termos utilizados na poesia, em vez de ficar confinado ao significado imediato de cada palavra, Manuel Veiga fala de poesia-imagem, de poesia-simulacro, de poesia-tropo, com a mesma atitude esclarecedora com que Elsa Rodrigues dos Santos usa a expressão poesia-máscara a propósito da produção artística de Jorge Barbosa.

Considerando, detalhadamente, a utilização insistente, por parte do poeta, de símbolos, metáforas e alegorias, M. Veiga corrobora a preocupação denunciante toldada pelo evasimismo que sobressaía:

*Para despistar o algoz e todos os seus lacaios, cuja cegueira não lhes permitia ver para além da «roupagem» das palavras, o poeta sentiu-se na necessidade de inventar uma outra linguagem-tropo, a linguagem alegórica.*²⁸²

²⁷⁹ Velosa, Manuel, *Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 78, Praia, Março de 1956, p. 9.

²⁸⁰ Veiga, Manuel, *op. cit.*, p. 27.

²⁸¹ *Apud* Manuel Veiga, *op. cit.*, p. 26.

²⁸² *Idem*, pp. 29-30.

No ano em que é publicado *Caderno de um Ilhéu*, a imprensa quase não falava. À excepção do persistente e controlado *Notícias de Cabo Verde* e das publicações oficiais, nenhum outro periódico fazia circular a informação, qualquer que ela fosse, de modo continuado. A última grande fome varrera o arquipélago havia dez anos, mas as consequências arrastavam-se pelas ruas e pelos campos, e mais na Literatura do que através da esperada missão reguladora do Jornalismo. A lei continuava a impor o silêncio, mas até desse mote tirando partido, Jorge Barbosa, como outros homens de letras, mantinha a postura vigilante e denunciadora.

Tão silenciosa a tragédia das secas nestas ilhas!

Nem gritos nem alarme

- somente o jeito passivo de morrer!

(...)

E o arco de ferro do menino

*com a vareta ainda presa.*²⁸³

O silêncio pode fechar em si toda a história da calada resignação do povo de Cabo Verde, mas evocará também, por detrás dela, a forma como as secas e as mortes eram silenciadas pelas entidades oficiais, interessadas em guardar a tragédia do arquipélago dentro de fronteiras mais estreitas do que as que desejavam para o império – a tragédia que a geografia ditava, mas, sobretudo, a que se devia ao estatuto de colónia ignorada na sua longínqua desgraça.

«Casebre» termina com o brinquedo do menino que se mantém intacto depois do desaparecimento do dono. O arco de ferro faz-nos tirar do passado um jogo que parou repentinamente e, com ele, toda a vida familiar que o amparava. No trabalho descritivo que inclui o detalhe da vareta ainda presa ao arco está, simbolicamente, a marca abrupta da morte. E se esse “ainda” transporta o inesperado até ao leitor, podemos também ver, no advérbio, a actualidade das consequências da seca prolongadas durante décadas (para não evocar os séculos anteriores). As implicações sociais da fome estavam ainda muito presentes na data em que foi escrito o poema. Não fosse a Literatura lembrá-lo, não panfletária, mas, de algum modo, revolucionariamente, a imprensa continuava obrigada a silenciá-lo.

Anos mais tarde, em 1963, um estudo da Universidade Técnica de Lisboa – *Cabo Verde – Um território condenado?* – propagava a melhoria geral da vida no arquipélago. A crise permanente que se adivinhava, então, no futuro, radicava no assustador aumento demográfico. Mas o que estava para trás não podia ser apagado dos registos, fosse qual fosse a acuidade dos dados divulgados. A propósito das fomes, dizia-se, em jeito de balanço:

*Estas funcionavam como reguladores demográficos cíclicos (entre seis e dez anos de periodicidade), ceifando, pela fome, cerca de 10% da população residente.*²⁸⁴

²⁸³ Barbosa, Jorge, 2002, pp. 111-112.

²⁸⁴ Sousa, Alfredo de, «Cabo Verde – Um território condenado?», in *Separata da Revista Estudos políticos e sociais*, vol. I, Nº 4, Lisboa, Inst. Sup. de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa, 1963, p. 6.

Enquanto a fome ceifou a população, a censura quase esmagou os jornais do arquipélago. Investida dessa responsabilidade social que assumiu, no lugar do Jornalismo, como não havia a Literatura de ocupar este lugar deixado vago, à força, pela imprensa? Na exposição da fome e suas fatais consequências, foi a ficção cabo-verdiana que, sobretudo a partir da década de 30 do século XX, reproduziu, não a estabilidade, mas a instabilidade social em que Cabo Verde viveu mergulhado durante várias décadas.

3.3 Emigração para S. Tomé

3.3.1 Protestos públicos

A secura de Cabo Verde apontou, desde sempre, a direcção do mar como caminho para a vida. Sem lugar para evasionsmos ou decisões ponderadas de trocar de chão, interessa-nos aqui olhar a emigração forçada pela fome. Destino primeiro: São Tomé.

Porque sabia que depois da seca, a recuperação era quase um milagre, o homem cabo-verdiano podia decidir entre a espera da morte que nunca deixava de pairar sobre o arquipélago, ou o trabalho injusto nas terras do sul do império. O *caminhu longi* não era novidade.

Desde os fins do século XIX existia em Cabo Verde uma actividade surpreendentemente (?) bem remunerada que consistia na intermediação nos serviços de recrutamento de mão-de-obra para São Tomé e Príncipe.

Em 1902, Francisco de Paula Cid, Capitão-tenente da Armada e então governador do território, determinou que um passaporte custasse a cada cabo-verdiano 4\$800 reis. Ora isso dificultava bastante os projectos dos que tinham os olhos postos na América. Mas, para Angola e S. Tomé e Príncipe apenas era necessário o bilhete de identidade.

É para dar vazão ao sem-número de gente que se via, assim, empurrada pelo único caminho possível, que em 1903 abre em Santiago a SOEMI – Sociedade de Emigração de São Tomé e Príncipe, para a qual são nomeados engajadores ou contratadores. Embora não sejam conhecidas as tabelas de remunerações dos intermediários no engajamento, sabe-se que os ganhos seriam tanto maiores quanto o número de trabalhadores inscritos para as roças de S. Tomé.²⁸⁵ Como tal, interessava aos contratadores convencer quantos trabalhadores pudessem, fosse assinalando vantagens no contrato, fosse pela sedução da paisagem exótica das ilhas do sul.

No nº 3 do jornal *O Independente – Folha quinzenal republicana dedicada aos interesses da Província de Cabo Verde* aceitam-se cartas de leitores/colaboradores sobre a emigração forçada para S. Tomé.²⁸⁶ Estamos

²⁸⁵ Segundo dados de Manuel Brito-Semedo (*op. cit.*, p. 306), a partir da década de 40, o engajador recebia entre 100\$00 e 150\$00 por cada trabalhador recrutado.

²⁸⁶ *O Independente*, Nº 3, Praia, 15 de Fevereiro de 1912, p. 2.

em 1912 e há lugar para a liberdade de opinião, fruto da recente mudança de regime. Dá-se à estampa a franqueza que não será vulgar uns anos depois, na imprensa controlada pela ditadura de Salazar:

O sistema das roças caracterizava-se pelo trabalho forçado e desumano. Os trabalhadores das roças (serviçais) pouco mais eram do que servos da gleba. A «emigração» de trabalhadores caboverdeanos para as roças não era, apenas, um negócio chorudo: era um autêntico crime.²⁸⁷

Em 2009, a página da presidência da República de Cabo Verde na *internet* diz, a propósito da biografia do presidente Pedro Pires, o que décadas antes, nos anos de ditadura, seria impossível encontrar-se nos jornais de forma clara e desabrida:

*Mas, se para o povo o caminho de S. Tomé era de algum modo o caminho da morte lenta, para algumas pessoas contratar esfaimados para as roças de S. Tomé era sobretudo uma maneira de fazer fortuna. As levas de contratados gemendo nos fundos dos porões serviam para encher os bolsos de contratadores que não tinham pejo de enriquecer à custa das desgraças deste povo miserável enquanto **poetas** caboverdianos como Osvaldo Alcântara, no seu *Romanceiro de S. Tomé*, ou Gabriel Mariano (...) **tentavam denunciar essa afronta.** (...) **O Governo português mantinha-se surdo à tragédia do povo das ilhas.**²⁸⁸*

Hoje, pensar a denúncia inclui o reconhecimento da função delatora dos poetas de Cabo Verde que atravessaram os anos de escândalo silenciado.

Interessa-nos analisar o que aconteceu entre estes dois tempos de discurso livre, e, sobretudo, tentar perceber como a imprensa não se cruzou com esta realidade, passando, uma vez mais, o testemunho a quem escrevia em papel menos vigiado, pelo seu carácter menos agitador. Outra vez, além da arte de reflexão do real através das palavras, temos de olhar para a Literatura como o único veículo possível de exteriorização autorizada da pior parte da História.

Durante a 1ª Guerra, a concessão de passaportes foi liberalizada pelas autoridades locais como medida de apoio à emigração em tempos de parcas alternativas, mas, entretanto, fechava-se a porta dos Estados Unidos que em 1919, 1922 e 1924 decretaram leis que restringiam fortemente a entrada de estrangeiros no país. Entre elas, estava a que proibia o ingresso de analfabetos.

S. Tomé é, de novo, a única salvação que se vislumbra no horizonte. Entre 1941 e 1949 seguiram mais de 24 mil cabo-verdianos para as terras do cacau.²⁸⁹ E pensa-se que os números andem por baixo.

Em 1949, no dia 22 de Abril, o *Notícias de Cabo Verde* dedica umas letras mais pequenas do que as das restantes matérias (organização do espaço da página?) à emigração para S. Tomé. Sob o título «Os caboverdianos que se ausentam» pode ler-se:

²⁸⁷ Mariano, Gabriel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 359.

²⁸⁸ «Perfil de um Patriota», disponível em:

http://www.presidencia-republica.cv/conteudos/o_presidente/perfil_de_um_patriota/

²⁸⁹ Cf. Manuel Brito-Semedo, *op. cit.*, p. 307.

Anos seguidos de infortúnio, agravado por estiagens que não poupam, impuseram aos filhos de Cabo Verde mais atingidos pela infelicidade a necessidade de procurar fora das suas ilhas trabalho compensador. (...) Nos últimos tempos, tem-se pronunciado uma tendência estimulada pelo Governo para prestação de serviços manuais dos caboverdianos em diferentes territórios ultramarinos. (...) desejamos que os caboverdianos contratados em tais circunstâncias, sejam tratados com humanidade, apreço e cuidado, remunerando-se condignamente os seus esforços e a sua habilidade.

*Confiamos, assim, que Sua Ex.a o Ministro das Colónias e os senhores Governadores das Províncias Ultramarinas manterão, com desvelo, esta orientação e este princípio dignificantes.*²⁹⁰

O jornal desejava humanidade no tratamento, e dizia confiar em quem provava, dia após dia, não merecer confiança. Ainda que consideradas as evoluções formais, de estilo, e até de moda da imprensa, torna-se escandalosa a postura de passividade quase cúmplice, se lido o artigo descontextualizado da sua época, e não compreendido dentro dos limites estranguladores da censura. Não se esperariam exigências inflamadas de tratamento digno dos homens e mulheres encaminhados para as roças de cacau no equador, mas a utilização do verbo “confiar” quase empurra o texto para um registo humorístico, não fosse o drama inerente ao tema tratado.

Em 1953, ex-alunos de Baltasar Lopes organizaram, em Lisboa, uma homenagem ao mestre, em que marcou presença a Casa dos Estudantes do Império. Entre os jovens estava Manuel Duarte, que usou então da palavra para “*estigmatizar a aparente passividade dos escritores ou personalidades ligados à Claridade na denúncia da emigração para as roças de S. Tomé.*”²⁹¹

Ora, duas palavras merecem aqui a nossa atenção; por um lado, a “passividade” dos escritores apontada como um defeito. A crítica que esta atitude parece despertar supõe que a postura contrária – e, portanto, activa – seria a desejável para um intelectual. Novamente encontramos coartada a liberdade contemplativa, ‘luxo’ teoricamente permitido à criação literária. Por outro lado, não podemos deixar de notar a “denúncia” como papel, uma vez mais, atribuído a quem escrevia. Ainda que se tratasse de escrita de cariz literário, numa publicação que se assumia de artes e, por isso, legitimamente à margem do real, se esse fosse o desejo de quem escrevia. Denunciar activamente – essa era a atitude que se parecia apreciar e esperar dos escritores, por causa do contexto político, mas, ao que parece, sem que ele fosse, por todos, devidamente considerado.

Na mesma ocasião em que esta crítica lhe foi feita, como membro fundador da *Claridade*, Baltasar Lopes terá respondido, num claro desdém pela imaturidade estouvada dos discípulos: “*Sabem que mais? Cresçam e apareçam!*”²⁹²

Os jornais e tudo quanto publicamente se dizia estavam controlados. Apesar disso, é possível encontrar brechas de honestidade permitida por uma censura mais distraída; em 1955, a propósito da deslocação massiva de cabo-verdianos para São Tomé, Teixeira de Sousa escreve numa das «Cartas de Lisboa»:

²⁹⁰ *Notícias de Cabo Verde*, Nº 254, S. Vicente, 22 de Abril de 1949, p. 3.

²⁹¹ Duarte, Manuel, *Caboverdianidade, Africanidade ... e outros textos*, Mindelo, Spleen edições, Abril de 1999, p. 11.

²⁹² *Ibidem*.

*històricamente é um erro. Sob o ponto de vista económico, um equívoco. Socialmente, uma catástrofe. E politicamente (...), uma má política.*²⁹³

De uma forma ou outra, quase todos os escritores e pensadores cabo-verdianos do período aqui considerado, de Baltasar Lopes a Teixeira de Sousa, de Jorge Barbosa a Onésimo Silveira, condenaram, como souberam e puderam, o que era visto como o inferno do sul, de que não foi possível fugir durante grande parte da História de Cabo Verde.

São Tomé vai aparecer, na ficção, como o destino ‘de contraste’ em relação ao *eldorado* americano. Solução perigosa, física e mentalmente, a emigração para as ilhas do equador será uma das questões que ajudarão a formar essa consciencialização política que alguns consideraram tardia.

Na distribuição que Gabriel Mariano faz dos vários tipos de inquietações pelos escritores cabo-verdianos, a Osvaldo Alcântara tocará a inquietação social. Assim como Eugénio Tavares espalharia pelas letras a inquietação amorosa, e Jorge Barbosa cultivaria a inquietação marítima, o pseudónimo de Baltasar Lopes dedicava-se, segundo G. Mariano, a partilhar a sua inquietação pelo todo social, inquietando quem o lia. Mais do que partilha de um sentimento, haveria uma intenção que ultrapassava a denúncia crítica.²⁹⁴ O que era dito em tom, não só apreensivo, mas de reprovação veemente, afastava quaisquer ambiguidades da procura de causas e consequências desejadas para a sua poesia:

*Que contexto sugere essa poesia? Sugere a fome, a miséria, a opressão, a prisão. Qual a sua circunstância histórico-cultural? O colonialismo e o fascismo. Que buscam essas poesias? A liberdade. Se preferirem, a libertação.*²⁹⁵

Anos à frente do desfile de calamidades que regressavam do sul, Baltasar Lopes conversaria com Michel Laban sobre S. Tomé, a emigração, e o porquê da escrita do *Romanceiro*, em 1958, depois de um certo encontro:

*Quase toda a minha experiência, quase toda a minha realização literária é sempre baseada numa circunstância concreta e em pessoas concretas.*²⁹⁶

Referia-se à chegada de um rapazito “*sólido*” que tinha conhecido em pequeno – o Nicolau; voltava de S. Tomé com pouco mais de 20 anos e absolutamente “*desconjuntado (...) magro, esquelético, abatido,*

²⁹³ Sousa, Teixeira de, «Cartas de Lisboa», in *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 65, Praia, Fevereiro de 1955, pp. 3-4.

²⁹⁴ Mariano, Gabriel, «Osvaldo Alcântara – o caçador de heranças ou inquietação social», 1991, pp. 164-165.

²⁹⁵ *Idem*, p. 167.

²⁹⁶ Lopes, Baltasar, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 43.

subnutrido, mesmo, com certeza...”.²⁹⁷ O Nicolau regressava na mesma altura em que tornava ao Caleijão, vindo das ilhas do cacau, outro rapaz – Augusto de Nhá Jeny. Os dois, e o estado em que se apresentavam, fizeram Baltasar Lopes escrever, quase de um jorro, os poemas dedicados a Nicolau sob o título *Romanceiro*:

Deita-te, Nicolau, o fantasma ficou lá longe.

Dorme sem medo.

Porão, roça, medos imediatos,

*tudo ficou lá longe.*²⁹⁸

Era o mais claro que se podia ser em tempos visados pela censura. E, ainda assim, o *Romanceiro* assentava sobre símbolos que exigiam descodificação:

Minhas pernas impuras, levai-me

*até onde o **Inferno** era o ar que eu respirava sem custo*

(...)

*Que cansaço neste meu regresso do **Paraíso!***²⁹⁹

Publicado na *Claridade*, em 1958, O *Romanceiro*, foi, para Onésimo Silveira, uma denúncia discreta do problema de S. Tomé.³⁰⁰ Interpretação injusta, parece-nos, de um trabalho corajoso, “visado pela Censura”, e apelando, mesmo assim, a uma ironia que reflecte indignação. Gabriel Mariano viu n’ *O Romanceiro*, muito mais do que essa denúncia reservada:

*Toda a poesia de Osvaldo Alcântara é uma poesia que, na linguagem de hoje, se diria uma poesia de intervenção, uma poesia de protesto, uma poesia de revolta.*³⁰¹

Poderá tratar-se de denúncia e revolta veladas, por terem os poemas seguido o caminho imediato da publicação. Não há, de facto, nomes que tragam para o *Romanceiro* os reais donos da política de emigração, como haveria nos textos que Jorge Barbosa esconderia na gaveta até ‘melhor oportunidade’. Mas há um abanão claro de quem continuasse indiferente à miséria em que depressa se transformava o paraíso prometido das plantações de cacau. Há o desejo de recomeço na ideia do primeiro dia do ano, o dia de São Silvestre. E há a consciência de que quem voltava, estava desintegrado da sua terra, como se pertencesse a uma espécie de tribo indesejável. Há, pois, que voltar para esses, que retornam, os olhos e a misericórdia.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ Alcântara, Osvaldo, «Filho», in *Claridade- revista de arte e letras*, Nº 8, S. Vicente, G.C., Maio de 1958.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ Silveira, Onésimo, 1963: p. 12.

³⁰¹ Mariano, Gabriel, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 376.

«Recordai do desterrado no dia de S. Silvestre de 1957»

*Vocês todos que estão dormindo acordem.
Acordem os que vivem e os que morrem
nesta hora.*

*Acordai, acordai! É Nicolau
que vos vem dar as boas-festas. Ele é cego,
ele é Nhô António Bajaga, é Mané Surdo,
ele é louco, é Mário Doido, é Benjamim,
que nasceu no dia 32 de Junho
e já perdeu a data de morrer.*

*Acordai, acordai.
Ele é S. Silvestre que vos vem oferecer
o presente que não pusestes na sua saca de S. Jorge.³⁰²*

Considerando as várias manifestações poéticas que encontraram, nas ilhas do sul, inspiração (ou obrigação?) para a escrita, Alfredo Margarido fala num *cancioneiro* de São Tomé, juntando ao nome de Osvaldo Alcântara, os de Gabriel Mariano, Onésimo Silveira e Ovídio Martins no desempenho de um papel conjunto:

parece que o Cancioneiro de S. Tomé seja sobretudo um protesto veemente contra a sorte do trabalhador e ao mesmo tempo, uma condenação dos métodos.³⁰³

O regresso dissimulado da escravatura às roças são-tomenses atravessou, de facto, as produções poéticas da geração literária mais inflamada do arquipélago. Não caberiam aqui, de resto, os numerosos trabalhos que se dedicaram ao tema sob a forma de poesia. Fora dela, a denúncia quase não passava de um ensaio.

Em 1959, os Colóquios Cabo-Verdianos juntam em Lisboa alguns nomes ligados à província, convidados para “*pôr em equação a maioria dos problemas que dizem respeito a Cabo Verde*”.³⁰⁴

Vai falar-se de assuntos reais. Uma das intervenções – a de Luís Terry – centra-se no problema da emigração cabo-verdiana. Ao introduzir o destino S. Tomé, perto do fim da alocução, fica registada a frase “*a mão-de-obra extra-insular em S. Tomé tem algo de chocante*”.³⁰⁵

³⁰² Alcântara, Osvaldo, «Romanceiro de São Tomé», in *Cântico da manhã futura*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

³⁰³ Margarido, Alfredo, *op. cit.*, p. 46.

³⁰⁴ Dias, Jorge, «Prefácio», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959, p. IX.

³⁰⁵ Terry, Luís, «O problema da emigração cabo-verdiana», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, p. 110.

Preparada a audiência para a exteriorização do que de todos seria conhecido, a alocação não vai longe; afinal, o descontentamento é “*de ambas as partes: de empregados e dos empregadores, do que resulta (...), uma desvalorização nacional*”.³⁰⁶

Num discurso cuidadoso, tolhido pelos tempos de contenção, deseja-se que o cabo-verdiano contratado para as roças tenha um pouco mais do que o mínimo destinado à sobrevivência:

*um mínimo de saúde física e moral; de conforto e confiança; de sossego e paz, de paz consigo próprio e com o semelhante.*³⁰⁷

Segundo Luís Terry ousa dizer, o recrutamento dos trabalhadores é indiscriminado. Claro que não se menciona a compulsiva avidez de lucros dos engajadores. Deixa-se em flutuação o facto de serem contratados vadios e desempregados da cidade, gente habituada a pequenos carregos de transporte, a prazeres fáceis, e viciada na vida urbana – pessoas pouco adequadas ao trabalho das roças, portanto. E isso explica o descontentamento dos roceiros pela pouca produtividade dos homens e mulheres que contratam. E ainda há a mudança de clima, de dieta alimentar, as saudades de Cabo Verde, tudo tendo de ser levado em conta. O ideal seria dar aos cabo-verdianos condições um pouco melhores:

*É preferível alojá-los em casais independentes, com um terreno anexo para cultura hortícola em que o rural cabo-verdiano é exímio. Deve-lhes ser fornecida a dieta em géneros, o que não é difícil, porque a vida tornou-os sóbrios.(...) A mão de obra assim tratada fica mais cara? É possível, mas já que não há outro remédio, é preciso trazer contente o trabalhador.*³⁰⁸

Havia outros remédios que os roceiros desde sempre conheceram. O que seriam exigências nos tempos de hoje aparecem como sugestões amaciadas por esclarecimentos que as justificam. O terreno responderia a um dote excepcional de um povo que aparece vocacionado para o cultivo. O fornecimento da dieta em géneros seria até talvez favorável aos empregadores porque, de quase nada, o cabo-verdiano faz um banquete. Em suma, estava diagnosticado o problema da emigração para S. Tomé!

Haveria, no entanto, quem olhasse para a ‘solução’ São Tomé de uma forma mais crítica, e, por isso mesmo, exteriorizada em espaços mais discretos, como o eram os livros de poesia.

Publicado na Praia, em 1965, *12 poemas de circunstância*, de Gabriel Mariano, foi financiado por um grupo de amigos que homenageava, assim, a sua destemida sinceridade, no momento em que, compulsivamente, o conservador dos registos era transferido para a ilha de Moçambique. A mudança vinha na sequência da defesa do ensino do crioulo, feita numa conferência por G. Mariano.

Entre os doze poemas, «Única Dádiva» e «**Caminho Longe**», eram dedicados a São Tomé, sendo o último, flagrante na firmeza da denúncia:

³⁰⁶ *Ibidem.*

³⁰⁷ *Ibidem.*

³⁰⁸ *Idem*, p. 111.

Caminho
caminho longe
ladeira de São-Tomé
Não devia ter sangue
Não devia, mas tem.
(...)
ladeira de São-Tomé
Devia ser de regresso
*devia ser e não é.*³⁰⁹

De tão audacioso, este poema viria a ser, juntamente com «Capitão Ambrósio», gravado em disco pelo PAIGC durante a luta de libertação – prova de que, de novo, a ficção se vestia de realidades que fragilizavam o poder instalado, e davam ânimo ao combate da oposição. Sobretudo nestes anos 60, a Literatura evidenciou-se como arma política, com muito mais empenho do que a imprensa conseguia manter na prossecução da sua cruzada, supostamente reguladora do equilíbrio social.

Das críticas de demissão cívica com que brindou a geração ‘claridosa’, entendeu Onésimo Silveira excluir Henrique Teixeira de Sousa, pois se, enquanto médico foi denunciando as graves consequências desta emigração à força, enquanto ficcionista não deixou de expor a questão de forma crua e sem subterfúgios.

Por trás do conto «**Raiva**», de *Contra Mar e Vento*, estará a experiência difícil e os relatos que dela fariam os cabo-verdianos que não encontraram outra alternativa para lá das roças. A estória constrói-se com as consequências da experiência, longe já do referente real que lhes subjaz. O espaço primeiro das doenças, dos bichos mortíferos e das chuvas diluvianas faz parte do passado. Mas é a impossibilidade de o apagar, e de fazer com que não se sobreponha ao que resta da vida, que dá mote ao texto de Teixeira de Sousa publicado em 1972.

É em entrevista, muito posterior à escrita do conto, que Teixeira de Sousa, tal como Baltasar Lopes o havia feito, apresenta a Michel Laban uma das suas personagens – uma mulher que conheceu na ilha do Fogo, no albergue dos pobres, a mesma que inspirou «Raiva»:

*Fui encontrar nesse albergue uma mulher que estivera em S. Tomé, donde regressou bastante afectada de saúde. Chamava-se Nha Maria. Como se revelasse muito zelosa pelo bom andamento do albergue [no Fogo], conservei-a no hospital que se seguiu. Era um autêntico cão de fila, sempre atenta a todas as irregularidades e desleixos.*³¹⁰

Falava o médico que escrevia periodicamente no *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação* sobre a saúde e a alimentação da população, de forma pedagógica, dando conselhos. Mas nada na imprensa da época faz temer pela sorte dos emigrantes que rumaram a sul em busca de trabalho e comida. A contratação de gente

³⁰⁹ Mariano, Gabriel, «Caminho Longe», in Ferreira, Manuel, 1997, pp. 165-166.

³¹⁰ Sousa, Teixeira de, in Laban, Michel, *op. cit.*, p.201.

para as roças era um processo, não só legal, como necessário, em vista das crises cíclicas que matavam o arquipélago.

Como poderá então encarar-se o que é assumidamente um conto, uma estória sobre algo que não aparecia nas notícias das ilhas e que revelaria, aparentemente, um mundo fingido?

*O conto é a mimese sofisticada, escrita, do contar quotidiano, que possui a exigência maior da síntese, da contenção, do rigor e da surpresa. Para os caboverdianos, desde sempre (...) o conto ombreia com a nota etnográfica e o poema-tese.*³¹¹

Deixando de lado as questões relacionadas com as formas de expressão usadas pelos contistas de Cabo Verde que parecem pedir emprestadas algumas técnicas à segura do texto jornalístico, teremos então de encarar esta ficção como manifestação semi-documental, capaz de transportar quase tanta realidade como o texto que se assume como nota etnográfica.

A decisão de Teixeira de Sousa de não dar nome à protagonista de «Raiva» parece reveladora: uma mulher retorna a Cabo Verde, depois de uma vida de trabalho nas roças de S. Tomé. Na prática, não é ninguém, não tem família, não reconhece a sua terra, ninguém a reconhece. É uma estranha perdida no chão em que nasceu, mais insignificante para o seu país do que nas ilhas onde esteve por empréstimo, e onde teve serventia pela força de trabalho que lá deixou: “*Em S. Tomé (...) ficaram sepultados os seus melhores anos*”.³¹² Volta doente, sem juventude e sem dinheiro. Espera-a apenas o albergue, onde não terá compensação alguma, e onde se amontoam aqueles que se afundaram antes mesmo de optarem pelo caminho do mar.

*Os anos e a grande viagem que fizera na sua meninice, e de que regressou mulher feita, gastaram-lhe tudo quanto Deus pusera na sua condição de gente. Perdeu afectos, perdeu a saúde e a compreensão dos outros. Vivia só, na companhia dos seus joelhos inchados, naquele quarto isolado do Albergue.*³¹³

Não há um interesse especial nesta mulher, em particular, mas sim no que ela aqui representa – esse vazio material e espiritual que se desprende de uma memória submersa, do passado de todos quantos foram obrigados a transferir as vidas para o sul. A ideia que domina o conto, e perturba o leitor, é a de que a fuga à morte pela fome representou também a fuga à vida.

*Mas que tristeza sentiu ao desembarcar numa ilha diferente da que tinha deixado. No sítio do Patim, a sua aldeia, nem um parente encontrou. As suas casas estavam desertas, destelhadas, sem portas, e as paredes nada lhe contaram do que havia sucedido a todos, depois que, ainda moça, embarcara para o Sul.*³¹⁴

³¹¹ Laranjeira, Pires, 2006, pp. 16-17.

³¹² Sousa, Teixeira de, «Raiva» in *Contra Mar e Vento*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988, p. 59.

³¹³ *Idem*, p. 57.

³¹⁴ *Ibidem*.

Num passado não muito distante, no início do século XX, as condições dos contratados em S. Tomé foram a razão histórica dos boicotes inglês, alemão e americano ao cacau saído das roças do equador. Portugal tentava fazer crer que todos os trabalhadores tinham o enquadramento legal que a época assentara como conveniente. Ao contrário, o que estava à vista, era um sistema de trabalho pouco diferente do da escravatura. Por isso dizia António Carreira:

*A ida do cabo-verdeano para as roças de S. Tomé e Príncipe foi sempre considerada no arquipélago como uma deportação ou mais propriamente uma condenação a degredo – sem ter cometido crime algum.*³¹⁵

A ficção, com o tempo necessário de interpretação da História, e perante o cruzamento de estórias que regressavam a Cabo Verde, entregava ao público a força dessa desumana obstinação colonial que parecia ser o embarque da mão-de-obra para o equador.

Será, de novo, Teixeira de Sousa quem, já depois de finda a ditadura, mexe no assunto da emigração forçada, como estratégia conveniente à potência colonial:

*Logo a solução tinha mesmo de ser essa. Enviar para S. Tomé quantos se apresentassem voluntariamente a alistar-se, antes que se declarasse a fome.*³¹⁶

Estávamos ainda no campo da ficção; *Ilhéu de Contenda* foi o primeiro romance do autor e, embora estivesse pronto no conturbado ano de 1974, só viu a luz em 1978.

Quando o século chega ao fim, já não são necessários contos nem romances para fazer pensar as realidades mais trágicas. Sem rodeios, Teixeira de Sousa dirá a Michel Laban:

*Convém dizer de passagem que o governo colonial tentou impedir essa emigração [para os EUA] para poder canalizar toda a mão-de-obra disponível para as roças de S. Tomé.*³¹⁷

Realidade que atravessa o século XX, a emigração forçada para S. Tomé tem relevância expressiva no período que se segue à 2ª Guerra Mundial, não sendo difícil relacioná-la com a grande mortandade provocada, sobretudo pela fome de 1947-1949. A sua denúncia arrasta, portanto, como seria de esperar, o mal estrutural que alimenta o êxodo dos cabo-verdianos rumo à ilusão da vida. Era uma questão sensível demais para o governo colonial deixar de controlá-la fora do registo das notícias. Quem escreveu sem o travão da censura, correu riscos. Quem não podia corrê-los, esperou.

³¹⁵ Apud Margarida Fernandes, *Hora di Bai, os Cabo-Verdianos e a Morte*, Lisboa, Nova Vega, 2004, p. 38.

³¹⁶ Sousa, Teixeira de, *Ilhéu de Contenda*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983, p. 238.

³¹⁷ Sousa, Teixeira de, in Laban, Michel, *op. cit.*, p. 181.

3.3.2 Acusação silenciosa

Ninguém terá denunciado de forma tão tocante e incisiva o contrato para as ilhas do Golfo da Guiné como o fez Jorge Barbosa no longo poema «**Memorial de S. Tomé**». O texto foi escrito em 1963, clandestinamente recitado e apenas publicado na sua póstuma *Poesia Dispersa e Inédita* em 1993. Até lá, no dizer de Manuel Ferreira, ia compondo para a gaveta e mandava a um ou outro amigo, recomendando a maior reserva, esperando pelo dia em que pudesse publicar esses textos. Manuel Ferreira sabe do que fala; ele era um dos amigos que recebiam textos com pedidos de cautela.

Prosseguindo uma tradição literária cabo-verdiana em que as atitudes de maior rebeldia parecem colar-se à poesia, o poema de Jorge Barbosa insinua, denuncia e acusa, escrevendo os nomes dos responsáveis:

Salazar aclamado!
Professor Marcelo Caetano
(...)
que um dia dissestes
que o esperar é uma
virtude cabo-verdiana
(5 séculos rolando
*e nós ainda esperando!)*³¹⁸

Já lá vai o romantismo dos primeiros tempos, o cantar da ancestralidade e das belezas do arquipélago, a consciência dorida do acto colonizador. Como se o acumular do tempo potenciase a indignação e a revolta, Jorge Barbosa é, nos anos 60, um poeta de discurso agressivo. Dizia o próprio:

*A minha agressividade é o meu grande amor pelo povo cabo-verdiano.*³¹⁹

Antecipando a prudência que confessaria publicamente em *Panfletário*, em 1966, Jorge Barbosa afirmava em carta dirigida a Osório de Oliveira:

*o que eu tenho escrito ultimamente («Memorial de S. Tomé», «Meio Milénio», etc., não poderão ser publicados; estou escrevendo, como já disse, poesia sobre a areia...).*³²⁰

Elsa Rodrigues dos Santos considera, apesar de tudo, que quando chegam os anos 60, é notória, em Jorge Barbosa, a insistência na problemática política, evidenciando, esta prática, um entendimento sobre o papel de

³¹⁸ Barbosa, Jorge, 2002, p. 412.

³¹⁹ Santos, Elsa Rodrigues dos, *op. cit.*, (citação feita a partir de gravação magnética), p. 29.

³²⁰ Barbosa, Jorge, «Carta a Osório Silveira, 4 de Outubro de 1960», in *Revista Colóquio/Letras*, N.ºs 110/111, Julho de 1989, pp. 110-123, disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=110&p=110&o=r>

denúncia a que a Literatura estava como que obrigada, pela exclusão das restantes formas de expressão muito mais controladas pela censura. Tal não significa que Jorge Barbosa se tivesse lançado, sem protecção, na arena que bem conhecia. Por isso, tal como nota Manuel Ferreira:

Cautelosamente guardou para si e para os amigos íntimos muitos poemas que receou lhe pudessem ter trazido amargos de boca, na sua qualidade de funcionário público. ³²¹

Tendo em conta as palavras que Jorge Barbosa publicara, em 1934, não em folha solta de leitura clandestina, mas no *Ressurgimento* (periódico de Santo Antão) – papel oficial visado pela censura – diremos que, tocando o limite da espera, o escritor transferiu para a criação poética o papel que, décadas antes, antevia para a imprensa.

Na verdade, não tinha adiantado esperar, não tinha valido a pena falar, nos jornais, do papel que, eles próprios, deveriam (e como deveriam) desempenhar; não mudou nada o esforço de dizer brandamente o que era a seca, tocando, ainda que com um dedo, no problema maior do arquipélago;³²² nada adiantou. É, por isso, hora de deixar aos periódicos as “variações” e entregar os problemas que interessam, na realidade, aos poetas. Da troca evidente de papéis nasce uma poesia directa, agitada e denunciante. Qual é o jornal que ousa dizer?

São Tomé (...)

*aonde vão os mais pobres
e humildes da minha terra,
fugindo aos males e à fome
ainda sem remédio
destas ilhas esquecidas.*

(...)

*Homens, mulheres, crianças,
contam-se aos centos partindo,
em levas organizadas
pela Soemi poderosa,*

(...)

*Eram antes empilhados
no bojo escuro das naus
sinistras da escravatura.*

(...)

*Hoje partem também,
sem colchões, sem travesseiros,
amontoados nos porões
que os roceiros afretam,*

³²¹ Ferreira, Manuel, 1997, pp. 89-90.

³²² Veja-se o poema *Paisagem*, em que a descrição da aridez culmina com a palavra fome. É uma palavra, apenas.

Aqui está o que, durante anos, podia e devia ter constado dos jornais do arquipélago, e seria notícia nos da metrópole também. É a fuga à morte, e não uma opção de quem equaciona vários destinos para lançar novas raízes. As ilhas continuam esquecidas. Os trabalhadores são uma espécie de *não-gente*, um magro degrau acima dos escravos de outrora. Os cabo-verdianos perdem a identidade nas “*levas organizadas*” da SOEMI que aqui é poderosa, mas nos jornais é apenas a sigla da Sociedade de Emigração de São Tomé e Príncipe.

*A quantos aproveitam
a tua miséria
e o teu corpo magro
marcado pelos ossos!
(...)
Colheitas, exportações,
tesouro, economia,
Governador, Curadoria,
sem eles o que seriam?*

*Vida larga e palacetes
dos roceiros em Lisboa,
sem eles o que seriam?*

Há aqui a mesma acusação desassombrada que fazia Luís Loff de Vasconcellos em tempo de liberdade de escrita. Tal como havia, nas suas *Revelações Pavorosas*, a certeza de um desamparo consciente e, dentro de círculos restritos do poder, assumido, Jorge Barbosa também põe a nu o logro que a metrópole quer impingir às colónias, com a tese de que o império é um só, e os seus filhos, todos iguais. Há pessoas identificáveis a tirar proveito do caminho que a fome aponta. São os corpos em trânsito, marcados pelos ossos, que sustentam os luxos de Lisboa, numa discriminação escandalosamente visível, mas não assumida pelas autoridades.

*pretos e brancos são todos
irmãos e portugueses,
foi boato que circulou
pelos recantos do Império
mas em que nunca ninguém
jamais acreditou.*

E o regresso desta gente acossada pela miséria, pela manipulação da burocracia, e pela SOEMI, em nada difere do que delatou Teixeira de Sousa na figura da mulher sem raízes que se fixou no albergue de «Raiva», e do que viu Osvaldo Alcântara na figura perdida de Nicolau:

*Chegam débeis e doentes
com malária e ancilostomíase*

(...)

*Mas a nossa terra não tem
mais lugar para eles.*³²³

Quando se aborda a velha e indissolúvel questão da fronteira entre Jornalismo e Literatura, uma das linhas de separação imediatamente apontadas é o carácter testemunhal do Jornalismo e o tom confessional da Literatura. Não estando amarrado ao rigor dos factos, e gozando de absoluta liberdade criadora, Jorge Barbosa traça, no seu «Memorial», os riscos exactos que desenham a emigração forçada para S. Tomé: Salazar, Marcelo Caetano, Ministro do Ultramar, Ex-Ministro Martinho Nobre de Melo, irmãos Duarte Silva, Governadores e Curadoria, deputados, A SOEMI, os roceiros de Lisboa não estão aqui ao nível dos factos? No plano jornalístico, seriam a completa resposta à obrigatória pergunta “quem?”. O quê? “*Homens, mulheres, crianças,/ contam-se aos centos partindo*”. Como? “*em levas organizadas/ pela Soemi poderosa,/ amontoados nos porões/(...) sem colchões, sem travesseiros*”. Porquê? “*A quantos aproveitam/ a tua miséria*”. Onde? *Memorial de São Tomé* é o título. Quando? “*Hoje partem*”. Este é um poema do presente. Só o seu conhecimento público teve de remeter-se ao futuro. Pelo rigor de muitos dos factos.

³²³ Barbosa, Jorge, 2002, pp. 400-415.

Conclusão

Foi com base nos testemunhos de memórias de um passado doloroso, mas estruturante na formação da sociedade cabo-verdiana, e na observação dos efeitos da censura na imprensa do arquipélago, que resolvemos buscar na Literatura o principal suporte informativo de uma História quase riscada de documentos oficiais acessíveis ou, pelo menos, publicamente credíveis.

Cruzando conceitos, teorias e caminhos previstos para a Literatura e para o Jornalismo, abrimos espaços comuns às duas formas de escrita, onde, além do papel que ambas se propõem, encontramos a partilha de modos de registo da realidade que lhes serve de suporte.

A reflexão de princípios edificadores das duas actividades permitiu estender uma verdade relativizada à escrita ficcional, e integrar no discurso informativo a opção criadora, ultrapassando esta, na sua materialização, o tratamento estético do conteúdo dos textos.

À evidência da confusão que juntou, até há poucas décadas, Jornalismo e Literatura nas páginas de jornais e mesmo de alguns livros ditos de crónicas, sucedeu-se, na nossa análise, a demonstração de que a escrita pode, em dadas circunstâncias, abster-se de regras básicas ao seu desempenho e seguir pelo primordial caminho do testemunho.

Foi assim que nos lançámos na observação da imprensa e da ficção cabo-verdianas, compreendidas entre as décadas de 30 e de 70 do século XX, período coincidente com a ditadura do Estado Novo que em 1926 se instalou em Portugal e, por extensão, nas suas colónias.

Tivemos de retroceder um pouco no tempo, para análise dos textos publicados antes desta época, tentando certificar-nos de que, num contexto anterior ao da censura, Literatura e Jornalismo seguiam na prossecução dos seus objectivos, guiados por regras reguladoras dos respectivos modos de escrita.

No que diz respeito à imprensa, chegada a Cabo Verde em 1842, concluímos que, movimentando-se num terreno instável de liberdades nascidas com a Revolução Liberal de 1820, foi acompanhando a função de conselheira quase oficial dos poderes públicos, mesclando-se, nessa actividade, com opúsculos e panfletos que há muito circulavam no arquipélago. Dirigidos e alimentados por uma elite letrada emergente, os periódicos como que controlavam o exercício da administração colonial, investidos de uma representação tácita da consciência social.

De posse dessa certeza, passámos ao contraponto deste desempenho com o que tiveram os jornais depois da publicação da lei que, a partir de 1926, lhes reduziu drasticamente a esfera de acção. Verificada a regressão das suas funções e conseqüente poder equilibrador da sociedade, procurámos, e encontramos, na Literatura do arquipélago uma atitude condizente com a compreensível necessidade de, embora espartilhados, os povos exteriorizarem publicamente as suas preocupações, medos e anseios. Depois de panfletos, opúsculos, boletins, revistas e jornais, a ficção de Cabo Verde guardou, em sede mais difícil de violar, a tarefa de continuar a denúncia da colonial governação de abstenção.

O carimbo ‘Visado pela Censura’ que manchava as páginas dos periódicos, lembrava que tinha acabado o tempo da verdade, onde ela era esperada. A realidade cabo-verdiana seguiu os caminhos da ficção, que, com realismo mais ou menos poético, foi dando conta das fundamentadas inquietações de um povo que atravessava terríveis períodos de seca, fome e morte. A imprensa ensaiava, de vez em quando, uns conselhos sensatos, mas mantinha o tom de simples preocupação. A aflição, a degradação da vida, das relações, das ilhas, em geral, estava nos livros. A crítica, o lembrar de responsabilidades, as exigências que percorriam opúsculos e textos jornalísticos de tempos de liberdade, desapareceram dos jornais; à Literatura coube, dentro das vigiadas possibilidades, criar referentes ficcionais que se aproximassem de tal modo da realidade, que deixassem abertas a porta à tristeza, à indignação, e, no limite, à revolta. Comparada com a informação incompleta que tornava quase absurda a prática do Jornalismo, a produção literária do arquipélago desafiou a cumplicidade dos leitores a que conseguiu chegar, revelando uma resistência ao colonialismo não menos digna de reconhecimento do que o que se costuma atribuir, por exemplo, à acção da Casa dos Estudantes do Império, em Portugal.

Nessa missão de contar o real, estiveram juntos autores que se situaram em terrenos considerados opostos. Alguns dos colaboradores da imprensa, muitos deles, poetas, procuraram no exílio espaço para, legal e legitimamente, escrever o que pensavam sem encaixar sensibilidades nas entrelinhas. Mas, neste olhar pelas letras de Cabo Verde, interessou-nos, sobretudo, o patriotismo resistente dos que, sem tirar os pés do chão em que decidiram fincá-los, foram assumindo e, mais do que isso, exteriorizando, a sua cabo-verdianidade, suportando as pressões da ditadura, o abandono e os castigos para palavras e atitudes menos cordatas, como aconteceu com Baltasar Lopes ou Gabriel Mariano.

No interesse de manter consigo essa missão denunciante, a ficção tornada pública em solo colonial apostou numa atitude inteligentemente serena, sem panfletarismos, mas com astuciosa crítica velada ao poder colonial. Não evidenciou, por isso, uma menor militância social o grupo da *Claridade*, que algumas vozes críticas costumam considerar passivo e evasista. Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Baltasar Lopes escreveram num tempo em que o mito imperial ainda punia nativismos. Olhados com desconfiança, por esse motivo, foram, antes deles, Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, ambos vistos como uma espécie de pilar sobre o qual se poderia montar um ‘perigoso’ nacionalismo. Os escritos ‘claridosos’ foram, por isso, contidos, mas não deixaram de, logo pela utilização simbólica do crioulo, afrontar as regras coloniais com força de lei. A sua moderação valeu um longo, embora irregular, tempo de publicação, ao contrário do que aconteceu com a ousadia da revista *Certeza*, que a censura não deixou chegar ao terceiro número.

Encorajou-nos a observação de que, em parte significativa da escrita destes autores, a linguagem literária socorre-se de princípios comuns ao jornalismo para a efectivação da denúncia; o discurso cru e directo de alguns dos textos analisados, não só acrescenta verosimilhança aos reflexos literários de uma sociedade debilitada, como dota a comunicação de um imediatismo procurado pela linguagem informativa. Consideramos, pois, que o realismo paisagístico de Jorge Barbosa, por exemplo, que alguns inscreveram numa atitude puramente evasista, está ao lado da postura reivindicativa de escritores que marcaram gerações literárias posteriores no desempenho de um papel crítico.

Independentemente de correntes literárias e de todas as diferenças entre as individualizadas manifestações artísticas que ajudaram a construir a história da Literatura de Cabo Verde, houve, durante décadas, uma demonstração continuada, não só do papel interventivo da Literatura na sociedade, como, em vários momentos, da sua possibilidade/necessidade de substituir a Imprensa, na missão de denúncia reguladora dos poderes dominantes. Evidente nessa assumpção das obrigações alheias, está a materialização de uma ilusão – a que insistentemente traça uma fronteira entre factos e ficção.

Bibliografia

Activa:

ALCÂNTARA, Osvaldo, «O drama da terra», in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1935.

--, «Romanceiro de São Tomé», in *Cântico da manhã futura*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

BARBOSA, Jorge, *Obra poética*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Associação Cabo-Verdiana de Escritores, 2002.

FERREIRA, Manuel, *Hora di bai*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987.

LOPES, Baltasar, *Chiquinho*, 7ª edição portuguesa (3ª fac-similada), Linda-a-Velha, ALAC, 1993.

--, «O drama da terra», in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1935.

LOPES, José, *Alma Arsinária*, (Poemas em aditamento aos do livro HESPERITANAS), Lisboa, 1952.

LOPES, Manuel, *Os flagelados do vento leste*, Coleção Palavra Africana, 2ª ed., Lisboa, Vega, 2001.

MARIANO, Gabriel, *Capitão Ambrósio*, Lisboa, Edição da Casa de Cabo Verde, s.d.

-- «Caminho Longe», in *Ladeira Grande*, Lisboa, Vega, 1993.

ROMANO, Luís, *Famintos*, Lisboa, Publicações Nova Aurora, 1975.

SILVA, José Lopes da, *Alma arsinária* (Poemas em aditamento aos do livro HESPERITANAS), Lisboa, 1952.

SOUSA, Henrique Teixeira de, *Contra mar e vento*, 3ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.

Periódicos:

A Voz de Cabo Verde – Semanário democrático dedicado aos interesses da província de Cabo Verde, Praia, 1911-1919.

Boletim Oficial do Governo [geral] da Província [colónia] de Cabo Verde, Praia, Imprensa Nacional (vários anos).

Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação, Praia, Imprensa Nacional (vários anos).

Claridade- revista de arte e letras, 2ª ed. facsimilada (Março de 1936 - Dezembro de 1960), Linda-a-Velha, ALAC, 1986.

Defesa – quinzenário sanicolaense, S. Nicolau, 1933-1934.

Diário de Cabo Verde, Praia, 1956.

Diário de Lisboa, suplemento Ler e Escrever, Lisboa, 9 de Janeiro de 1985.

Diário Popular, Lisboa, 21 de Fevereiro de 1949.

Jornal de Notícias, Porto, 10 de Novembro de 1984.

Juventude – Folha literária bi-mensal fundada pelos quintanistas de 1936-37 a favor da caixa escolar do liceu do Infante D. Henrique, S. Vicente, 1936.

Notícias de Cabo Verde, quinzenário regionalista independente, São Vicente, 1931-1962.

O Eco de Cabo Verde: em defesa do povo caboverdiano, Praia, 1933-1935.

O Independente: folha quinzenal republicana dedicada aos interesses da província de Cabo Verde, Praia, 1912-1913.

Publicação Comemorativa do Cinquentenário de Claridade – Revista de Artes e Letras, Cabo Verde, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

Ressurgimento – quinzenário regionalista, Santo Antão, 1933-1935.

Teoria e Crítica:

ALMADA, José Luís Hopffer C., *O ano mágico de 2006 – olhares retrospectivos sobre a história e a cultura caboverdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

ALMEIDA, Germano, «Manuel Lopes – Um homem comprometido» in Maia, Maria Armandina (coordenação), *Manuel Lopes: rotas da vida e da escrita*, Lisboa, Instituto Camões, 2001.

ANDRADE, Hypolitto O. da Costa, «Comunicado – instituição da imprensa política n'esta província», in *Boletim Oficial de Cabo Verde*, Nº 46, 18 de Novembro de 1871.

ANON, «5 minutos de palestra com o contista cabo-verdiano Teixeira de Sousa», (transcrição do *Primeiro de Janeiro*) in *Cabo Verde, boletim de propaganda e informação*, Nº67, Abril de 1955.

BADE, Patrick, *Gustave Courbet*, s.l., Parkstone, 1999.

BAPTISTA-BASTOS, «Literatura e Jornalismo», in *Público - Suplemento Leituras*, Lisboa, 4 de Junho de 1994.

BARBOSA, Francisco de Assis, «Prefácio», in Sevcenko, Nicolau, *Literatura como Missão*, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.

BARBOSA, Jorge, «Imprensa Cabo-verdiana», in *Ressurgimento*, Nº 14, Santo Antão, 1 de Dezembro de 1934.

BARRY, Peter, *Beginning theory*, Manchester/Nova Iorque, Manchester University Press, 1995.

BARTHES, R. *et alii*, *Literatura e realidade – que é o realismo?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

BEBIANO, J. Bacellar de, *Colóquios Cabo-verdianos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.

BRITO-SEMEDO, Manuel, *A construção da identidade nacional – análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

BURKE, Peter, *História e teoria social*, São Paulo, Editora da Unesp, 2002.

CAMPELO, Álvaro, «O Real como ficção», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol.38 (3-4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1998.

CANIATO, Benilde Justo, «Hora di bai: típica síntese caboverdiana», in *Les litteratures africaines de langue portugaise – actes du colloque international – Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1989.

CARREIRA, António, «Evolução demográfica de Cabo Verde», in *Boletim cultural da Guiné portuguesa*, Vol. 24, nº 94, 1964.

CARVALHO, Alberto, «De Baltasar Lopes, a obra e o homem», in *Revista Instituto de Cultura e Língua portuguesa*, Nº 16 e 17, Lisboa, ICALP, Jun-Set/1989.

---, «Emergência do discurso da agressividade na poesia cabo-verdiana», in *Les litteratures africaines de langue portugaise – actes du colloque internacional – Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1989.

---, «Emigração e orfandade em *Chiquinho* de Baltasar Lopes», in A.A.V.V, *Literaturas africanas de língua portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-ACART, 1987.

---, «Prefácio», in Baltasar Lopes, *Chiquinho*, Linda-a-Velha, ALAC, 1984.

CASIMIRO, Augusto, «As ilhas encantadas – visão de Cabo Verde», in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1935.

CHABAL, Patrick *et alii*, *The post-colonial literature of lusophone Africa*, Londres, Hurst & Company, 1996.

COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 2º vol., 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1979.

CORTÁZAR, Júlio, «O Jornalista se falhar uma reportagem fica ligado durante toda a vida a esse falhanço», in *Diário Popular - Suplemento Letras e Artes*, Lisboa, 16 de Fevereiro de 1978.

COSTA, Cristiane, *Pena de aluguel, escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

COSTA, José Maria, «O desejo de evasão», in *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 73, Outubro de 1955.

COSTA, Silva, «Jornalismo português: «literariedade» em excesso?», in *Jornalismo e Literatura – actas do II encontro afro-luso-brasileiro*, Porto, Coleção Trimedia, [Veja](#) e Escola Superior de Jornalismo, sd.

CUSSET, François, *French theory*, Paris, La Découverte, 2005.

DACOSTA, Fernando, *Público - Suplemento Leituras*, 4 de Junho de 1994.

DAMBARÁ, Kaoberdiano, «Para o estudo da literatura de Cabo Verde. Lugares comuns e estéreis», in *Les littératures africaines de langue portugaise – actes du colloque international – Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1989.

DENIS, Benoît, *Littérature et engagement – de Pascal à Sartre*, Paris, Seuil, 2000.

DIAS, Jorge, «Prefácio», in *Colóquios cabo-verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.

DUARTE, Manuel, *Caboverdianidade, Africanidade... e outros textos*, Mindelo, Spleen, Abril de 1999.

DUBOIS, Jacques, *Les romanciers du réel – De Balzac à Simenon*, Paris, Seuil, 2000.

DURING, Simon, *The cultural studies reader*, 2ª ed., Nova Iorque, Routledge, 1999.

FERNANDES, Gabriel, *Em busca da nação*, Florianópolis/Praia, Editora da UFSC/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FERNANDES, Margarida, *Hora di bai, os cabo-verdianos e a morte*, Lisboa, Nova Vega, 2004.

FERREIRA, Manuel, *Literaturas africanas de expressão portuguesa - I*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto da Cultura Portuguesa, 1977.

--- *No reino de Caliban I*, 1º volume, 4ª ed., Lisboa, Plátano Editora, 1997.

FERREIRA, Ondina, «Nota Prévia», in Spencer, Maria Helena, *Contos, Crónicas & Reportagens*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.

- FIGUEIREDO, Eurídice (org.), *Conceitos de literatura e cultura*, Juiz de Fora/Niterói, UFJF/EdUFF, 2005.
- FIGUEIREDO, Jaime, *Retalhos da rádio*, (transcrição de comentários radiofónicos), in *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*, Nº13, Outubro de 1950.
- FRANCO, Graça, *A censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- GOMES, Adelino, «Jornalismo, Literatura, a relação ambígua», in *Público - Suplemento Leituras*, 4 de Junho 1994.
- GOMES, Simone Caputo, *Cabo Verde, literatura em chão de cultura*, São Paulo, Ateliê Editorial/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.
- GOMIS, Lorenzo, *Teoría del periodismo, cómo se forma el presente*, Barcelona, Paidós Comunicación, 1991.
- GONÇALVES, António Aurélio, «Alguns poemas de Baltasar Lopes», in *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*, Nº80, Maio de 1956.
- HALL, Stuart *et alii*, *Culture, media, language – working papers in cultural studies, 1972-79*, s.l., Hutchinson, s.d.
- HANCIAU, Núbia Jacques, «Entre-Lugar», in Figueiredo, Eurídice (Org.), *Conceitos de Literatura e Cultura*, Juiz de Fora/Niterói, UFJF/EdUFF, 2005.
- MAIA, Maria Armandina (coord.), *Manuel Lopes, rotas da vida e da escrita*, Lisboa, Instituto Camões, s.d.
- JUNIOR, Benjamin Abdala, *De vôos e ilhas, literatura e comunitarismos*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- , *Literatura, História e política*, São Paulo, Ática, 1989.
- LABAN, Michel, *Cabo Verde, encontro com escritores*, vol. I, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992.
- LARANJEIRA, Pires, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

---, «Uma iniciativa inédita: acrescentar contos de Cabo Verde», in Fontes, Francisco (org.), *Tchuba na desert, antologia do conto inédito caboverdiano*, s.l., Saúde em Português e Autores, Novembro de 2006.

LEPECKI, Maria Lúcia, «Ficção», in *Balanço da actividade literária portuguesa* (Ano de 1982), Lisboa, Centro Português da Associação Internacional dos Críticos Literários, Publicações Dom Quixote, 1982.

LETRIA, José Jorge e Goulão, José, *Noções de jornalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

LEVY, Bento, «Já é tempo», in *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*, Nº6, Praia, 1 de Março de 1950.

--, «Um caboverdiano em Cabo Verde – notas de uma viagem», in *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 65, Praia, Fevereiro de 1955.

LOPES, Baltasar, «Cabo Verde visto por Gilberto Freyre» (Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento), in *Cabo Verd - Boletim de Propaganda e Informação*, Nºs 84, 85 e 86, Setembro, Outubro e Novembro de 1956.

--, «Palavras prévias», in *Publicação Comemorativa do Cinquentenário de Claridade – Revista de Artes e Letras*, Cabo Verde, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

LOPES, Manuel, «Considerações sobre as personagens de ficção e seus modelos», in *Manuel Lopes: rotas da vida e da escrita*, Lisboa, Instituto Camões, 2001.

LOPES, Óscar, e Saraiva, António José, *História da literatura portuguesa*, 15ª edição, Porto, Porto Editora, s.d.

MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

MARIANO, Gabriel, *Cultura cabo-verdiana – ensaios*, Lisboa, Vega, 1991.

MÁRQUEZ, Gabriel García, «Grande Reportagem», in *Público*, 17 de Setembro de 1995.

MELO, José Marques de, «A crónica», in *Jornalismo e literatura – actas do II Encontro afro-luso-brasileiro*, Porto, Vega e Escola Superior de Jornalismo, sd.

MÓNICA, Maria Filomena, *Eça de Queiroz, jornalista*, São João do Estoril, Principia – Publicações Universitárias e Científicas, 2003.

MONTEIRO, Félix, «A bandeira negra da fome», in *Publicação comemorativa do cinquentenário de Claridade – revista de artes e letras*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

OLIVEIRA, João Nobre de, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação de Macau, 1998.

PUTNAM, Hilary, *Las mil caras del realismo*, Barcelona, Ediciones Paidós, ICE de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1994.

REAL, Miguel, «A Psicologia no romance histórico», in *Jornal de Letras*, Nº 1009, 3-16 de Junho de 2009.

REIS, Carlos, *O Conhecimento da literatura, introdução aos estudos literários*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, Outubro de 2008.

REIS, Carlos, e Lopes, Ana Cristina, *Dicionário de narratologia*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, 2000.

REYS, Câmara, e Pereira, Lúcia Miguel (org.), *Livro do centenário de Eça de Queiroz*, Portugal-Brasil, Dois Mundos, 1945.

RICARDO, Daniel, *Manual do jornalista*, Lisboa, O Jornal, Dezembro de 1989.

RIVKIN, Julie, e Ryan, Michael, *Literary theory: an anthology*, Malden/Oxford, Blackwell Publishers, 1998.

RODRIGUES, Ernesto, *Mágico folhetim – literatura e jornalismo em Portugal*, Lisboa, Notícias, 1998.

ROMANO, Ruggiero (dir.), «Literatura – Texto», in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 17, Lisboa, Instituto Nacional-Casa da Moeda, 1989.

SÁ, Manuel Cascais, «Chiquinho: contar a História das histórias», *Revista colóquio/letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SAID, Edward W., *Culture and imperialism*, s.l., Vintage, 1994.

---, *Orientalismo*, (Trad. de Maria Luísa Fuentes), Madrid, Libertarias, 1990.

SANTOS, Elsa Rodrigues dos, «Revisitar Jorge Barbosa», in *Obra poética de Jorge Barbosa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Associação Cabo-Verdiana de Escritores, 2002.

SARAMAGO, José, «O diálogo com a História», in Reis, Carlos, *O Conhecimento da Literatura*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2008.

SERRA, Manuel, «Recenseamento da população», in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Nº8, Maio de 1950.

SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão*, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.

SILVA, Alveno Figueiredo, *Aspectos político-sociais na música de Cabo Verde do século XX*, Praia-Mindelo, Instituto Camões/Centro Cultural Português, 2003.

SILVA, Vítor Aguiar e, *Teoria da literatura*, 8ª edição, Coimbra, Almedina, 1991.

SILVEIRA, Onésimo, *A democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Colibri, Março de 2005.

---, *A Saga das as-secas e das graças de Nossa Senhora*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.

---, *Conscencialização na literatura caboverdiana*, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1963.

---, *Toda a gente fala: sim senhor*, Sá da Bandeira, Imbondeiro, 1960.

SOUSA, Alfredo de, «Cabo Verde – um território condenado?», in *Estudos políticos e sociais*, (Separata da Revista), vol. I, nº 4, Lisboa, Inst. Sup. de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Univ. Técnica de Lisboa, 1963.

SOUSA, Teixeira de, «Emigração para S. Tomé», in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Nº65, Fevereiro de 1955.

TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1989.

TENREIRO, Francisco, «Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – esquema de uma evolução conjunta», in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 76, Janeiro de 1956.

TERRY, Luís, «O problema da emigração cabo-verdiana», in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959.

TORGAL, Luís Reis *et alii*, *Comunidades imaginadas, nação e nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, 2ª ed., Lisboa, Vega, 1999.

TRIGO, Salvato, «Literatura colonial, literaturas africanas», in *Literaturas africanas de língua portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

VASCONCELLOS, L. Loff de, *O extermínio de Cabo Verde: pavorosas revelações*, Lisboa, Guimarães, Libânio & C.ia, 1903.

VEIGA, Manuel, *A Sementeira*, Linda-a Velha, ALAC, 1994.

VELOSA, Manuel, «Nocturno de Osvaldo Alcântara», in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Nº 78, Março de 1956.

VENÂNCIO, José Carlos, *Colonialismo, antropologia e lusofonias*, Lisboa, Vega, 1996.

VIEIRA, Henrique de Santa Rita, «Mão de obra cabo-verdiana para São Tomé», in *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Nº23, Agosto 1951.

VILLANUEVA, Darío, *Teorias del realismo literário*, Madrid, Instituto de España, Espasa Calpe, 1992.

WOLF, Mauro, *Teorias da comunicação*, Lisboa, Presença, 1987.

Publicações electrónicas:

ALMEIDA, Raymond: <http://www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cvchronp.htm>, 1995.

BÉJA, Alice « Au-delà de l'engagement : la transfiguration du politique par la fiction », *Tracés. Revue de Sciences humaines*, n° 11, *L'engagement*, 2006 : <http://traces.revues.org/index240.html>.

BARBOSA, Jorge, «Carta a Osório Silveira, 4 de Outubro de 1960», *Cartas inéditas de Jorge Barbosa, João Lopes e Eugénio Tavares a José Osório de Oliveira*, in *Revista colóquio/letras*, Doc. n.º 110/111, Julho de 1989, pp. 110-123: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=110&p=110&o=r>.

CABRAL, Amílcar, «Apontamentos sobre a Poesia caboverdiana», (apareceu pela primeira vez no *Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 28, 1 de Janeiro de 1952): <http://www.unb.br/il/liv/public/amilcar.htm>

CAMINHA, Pêro Vaz de, *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>.

CHAPARRO, Carlos, «O que é jornalismo?», *blog colectivo do Projecto Mediascópio (CECS–Universidade do Minho)*: <http://mediascopio.wordpress.com/2008/02/27/o-que-e-jornalismo-responde-carlos-chaparro/>

SAIAL, Joaquim, «O Desastre da Assistência», in *Arquivo Joaquim Saial*, 21 de Setembro de 2006: http://saial.info/index.php?option=com_content&task=view&id=158&Itemid=37

SANTOS, Carlos Pinto, *Vidas lusófonas - Amílcar Cabral, 1924-1973*: http://www.vidaslusofonas.pt/amilcar_cabral.htm.

SILVA, Luiz, «In memoriam Gabriel Mariano», in *Latitudes*, nº 16, Dezembro 2002: http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17_16_15.pdf.

Romano, Veladimir, «Dos famintos ao negrume», Lisboa, 8 de Julho de 2009. http://www.etnia.org.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=1

Outros:

Decreto-lei Nº 23.203 de 6 de Novembro de 1933 (regula a forma de punição dos delitos políticos e infracções disciplinares de carácter político).

Decreto-lei Nº 12:271 (transfere para as colónias os princípios reguladores da Imprensa, estabelecidos pelo Decreto 12.008, de 29 Julho de 1926).